INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS CUIABÁ – CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MAIKON BRUNO GIEHL

FORMAÇÃO ACADÊMICA E MUNDO DO TRABALHO: PROPOSTA DE UM *VODCAST* INCLUSIVO SOBRE VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES SURDOS DO IFMT

CUIABÁ – MT
2024

MAIKON BRUNO GIEHL

FORMAÇÃO ACADÊMICA E MUNDO DO TRABALHO: PROPOSTA DE UM *VODCAST* INCLUSIVO SOBRE VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES SURDOS DO IFMT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profª. Drª. Juliana Saragiotto Silva.

CUIABÁ – MT

2024

P 324f Giehl, Maikon Bruno

FORMAÇÃO ACADÊMICA E MUNDO DO TRABALHO: Proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de estudantes surdos do IFMT / Maikon Bruno Giehl – Cuiabá – MT, 2024

128 f.

Orientador(a) Profª. Drª. Juliana Saragiotto Silva

Dissertação. (CBA – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2024.

Bibliografia incluída

1. Educação Profissional Tecnológica. O trabalho como princípio educativo. Título

Catalogado por: (Nome do Bibliotecário e Registro no CRB)

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MAIKON BRUNO GIEHL

FORMAÇÃO ACADÊMICA E MUNDO DO TRABALHO: PROPOSTA DE UM *VODCAST* INCLUSIVO SOBRE VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES SURDOS DO IFMT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de setembro de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Juliana Saragiotto Silva

Instituto Federal de Mato Grosso

Orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
JULIANA SARAGIOTTO SILVA
Data: 26/12/2024 15:59:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinada pela Presidente da Banca, de acordo com a Resolução nº 018, de 15/04/2020 CONSUP/IFMT e seu anexo que regula as bancas a distância dos Programas de Pós-Graduação.

_____

Profª. Drª. Ângela Fátima da Rocha

Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT

_____

Profª. Drª. Nilce Maria da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MAIKON BRUNO GIEHL

VODCAST PAPO INCLUSIVO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Juliana Saragiotto Silva
Instituto Federal de Mato Grosso
Orientadora

Assinada pela Presidente da Banca, de acordo com a Resolução nº 018, de 15/04/2020 CONSUP/IFMT e seu anexo que regula as bancas a distância dos Programas de Pós-Graduação.

_____

Profª. Drª. Ângela Fátima da Rocha
Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT

_____

Profª. Drª. Nilce Maria da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Dedico esta pesquisa aos meus pais, Maria de Lourdes e Leomar Carlos, que durante todo o meu percurso, sob muito sol, me fizeram chegar até aqui, na sombra.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por toda a sabedoria para lidar com os desafios.

À minha mãe, ao meu pai e às minhas irmãs, que sempre foram os meus maiores exemplos de determinação na vida.

Ao meu professor e amigo Anderson Simão Duarte, por ser um grande mestre e por me ensinar tudo o que sei em relação à Língua Brasileira de Sinais.

À minha querida professora e orientadora Drª. Juliana Saragiotto Silva, que sempre acreditou no meu potencial. Obrigado por todos os ensinamentos.

Aos diretores dos *campi* participantes da pesquisa, por aceitarem e compreenderem a importância desta pesquisa para o IFMT.

Agradeço aos meus amigos Augusto Krebs e Ana Capistrano, por partilharem do seu tempo para me orientar e auxiliar durante as gravações e edição.

Ao pessoal do Coletivo MTQueer, que me acolheram durante o processo de criação do *vodcast.*

Às minhas amigas Jucinara Paniago, Janaina Ferri e Lucimar Silva, pela parceria e companheirismo durante a nossa trajetória.

Agradeço à Alessandra Leite, por ser uma excelente profissional e uma amiga muito especial.

Ao Antônio Leôncio Lima, por me motivar e incentivar mesmo antes de começar o mestrado. Além disso, por escrever um poema especialmente para esta dissertação.

Aos incríveis profissionais tradutores e intérpretes de Libras do IFMT, Helder Siqueira, Susi Morais e Deniza Adorno, por serem tão solícitos na elaboração do *vodcast* Papo Inclusivo.

Ao Departamento de Comunicação Social do IFMT (DECOM), em especial à Natália Ormond, por me emprestar as câmeras para executar as gravações.

Ao servidor do *Campus* de Barra do Garças Vinicius Xavier Perpetuo e à estagiária Dalyla Assunção Ribeiro, por me ajudarem com as gravações.

À Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidade do IFMT e ao IFMT de modo geral.

Agradeço ao IFMT por me proporcionar apoio financeiro por meio do edital de fomento à pesquisa nº109/2022 – RTR-SG/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT.

Por fim, agradeço aos estudantes surdos que participaram da pesquisa.

Comunico em movimentos
Dizendo pelas mãos
Palavras, que de mãos cheias desenha
Dialoga e acena
Frases que as mãos semeias
Aconchego e melodia
Compartilhado silêncio nos livra
Em cantigas de mãos alheias
Cantando palavras em Libras.

Antônio Leôncio Lima (2024).

RESUMO

A comunicação é um dos fatores fundamentais para a aprendizagem de todo ser humano. Por meio da língua, as pessoas expressam seus sentimentos, suas ideias, sua identidade e interagem com toda a sociedade. Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua natural da pessoa surda e a sua utilização é um dos principais recursos que possibilitam o aprendizado do estudante surdo. No que se refere ao contexto escolar, as ferramentas de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs) têm contribuído para o processo educativo, de forma lúdica e interativa; por exemplo, com o uso de *podcasts* (conteúdo em áudio, disponibilizado em um arquivo ou *streaming*, na *internet*). Dessa forma, este estudo teve por objetivo compreender de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos, egressos do Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), contribuíram para a escolha da formação acadêmica e carreira profissional. Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Além disso, contou com a participação de estudantes surdos, egressos do EMI do IFMT, que tiveram vínculo institucional entre os anos de 2018 e 2022 nos seguintes campi: Campo Novo do Parecis, Barra do Garças e Tangará da Serra. Para tanto, foram utilizados questionários e roteiros para entrevistas como instrumentos de apoio para a coleta de dados. Os resultados deste estudo demonstraram que os estudantes surdos enfrentaram algumas barreiras, como falta de intérpretes de Libras, ausência de materiais e atividades adaptadas e, sobretudo, a falta de comunicação. No entanto, durante a sua jornada no EMI, eles tiveram acesso a diversos recursos, eventos e atividades práticas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, que colaboraram para as suas escolhas pessoais e profissionais. A partir de então, foi desenvolvido, como Produto Educacional, um *vodcast* em Libras, intitulado “Papo Inclusivo”, a fim de compartilhar com a comunidade acadêmica e externa ao IFMT, as experiências vivenciadas por estes estudantes. Além disso, a presente pesquisa está inserida na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Inclusão. Mídias digitais. Educação de surdos. Ensino Médio Integrado. EPT.

ABSTRACT

Communication is one of the fundamental factors of the learning process present in all human beings. Through language, people express their feelings, their ideas, their identity and interact with the entire society. In that regard, Brazilian Sign Language (Libras) is the natural language of deaf people, and its use is one of the main resources that enable learning for deaf student. Concerning the school context, the tools of Digital Information and Communication Technologies have contributed to the educational process, in a playful and interactive way; for example, with the use of podcasts (audio content, available in a file or streaming, on the internet). Therefore, it aimed to understand how knowledge acquired by deaf students at the Integrated High School of the Federal Institute of Mato Grosso (IFMT), contributed to the choice of academic training and professional career. This research consists of field research, with an applied nature and qualitative approach. Furthermore, it counted on the participation of deaf students, graduates of the Integrated High School - IFMT, who had an institutional connection between the years 2018 and 2022 in the following campuses: Campo Novo do Parecis, Barra do Garças and Tangará da Serra. Therefore, questionnaires and interview guides were used as supporting instruments for data collection. The results of this study have demonstrated that deaf students face some barriers, such as lack of Libras interpreters, lack of adapted materials and activities and, above all, the lack of communication. However, during their IHS journey, they had access to various resources, events and practical activities aimed at teaching, research and extension, which contributed to their personal and professional choices. From then on, it was developed as a Product Educational, a vodcast in Libras, entitled “Inclusive Chat”, to share with the academic community and those outside IFMT, the experiences experienced by these students. Furthermore, this research is situated within the field of Educational Practices in Professional and Technological Education.

Keywords: Inclusion. Digital Media. Deaf Education. Integrated High School. EPT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia (em número de escolas).....26
Figura 2 – Instituições Federais de Ensino no ano de 2019.....27
Figura 3 – Mapa de localização geográfica dos campi do IFMT.....40
Figura 4 – Campi do IFMT selecionados para a pesquisa.....42
Figura 5 – Panorama geral das Etapas da Pesquisa 48
Figura 6 – Categoria temática de análise sobre os planos de vida antes de concluir o EMI.....53
Figura 7 – Categoria temática de análise sobre a participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão.....55
Figura 8 – Categoria temática de análise sobre os maiores desafios enfrentados quanto à acessibilidade linguística.....57
Figura 9 – Categoria temática de análise sobre a acessibilidade geral (presença do tradutor e intérprete e atividades adaptadas).....60
Figura 10 – Categoria temática de análise sobre as percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar.....62
Figura 11 – Categoria temática de análise sobre uma história que marcou sua vida durante o EMI.....66
Figura 12 – Categoria temática de análise sobre se, após o EMI, optou por trabalhar ou estudar 68
Figura 13 – Categoria temática de análise sobre como os conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras 70
Figura 14 – Categoria temática de análise sobre as perspectivas futuras 72
Figura 15 – Categoria temática de análise sobre algum conselho para quem deseja entrar no IFMT.....75
Figura 16 – Participação na gravação de um episódio do podcast “MT Queer”.....80
Figura 17 – Identidade Visual do Produto Educacional “Papo Inclusivo” 82
Figura 18 - Bastidores da gravação dos episódios do vodcast “Papo Inclusivo”.....84
Figura 19 – Página de hospedagem na plataforma YouTube.....86
Figura 20 – Folder de divulgação do Produto Educacional 88
Figura 21 – Interface do vodcast na plataforma de hospedagem YouTube.....89
Figura 22 - Folder de Divulgação do Produto Educacional em Português 127
Figura 23 - Folder de Divulgação do Produto Educacional em Inglês 128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas do sentido histórico do trabalho 29
Quadro 2 – Critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa 44
Quadro 3 – Categorias temáticas de análise criadas para classificar as respostas dos participantes da pesquisa 52
Quadro 4 – Categoria temática de análise (1): Planos de vida antes do Ensino Médio Integrado 53
Quadro 5 – Categoria temática de análise (2.1): Participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão 56
Quadro 6 – Categoria temática de análise (2.2): Maiores desafios 58
Quadro 7 – Categoria temática de análise (2.3): Acessibilidade Geral (presença do tradutor e intérprete e atividades adaptadas) 60
Quadro 8 – Categoria temática de análise (2.4): Percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar 63
Quadro 9 – Categoria temática de análise (2.5): História que marcou a sua vida durante do EMI 66
Quadro 10 – Categoria temática de análise (3.1): Após o EMI, optou por trabalhar ou estudar 68
Quadro 11 – Categoria temática de análise (3.2): Conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras 70
Quadro 12 – Categoria de análise temática (3.3): Perspectivas futuras 73
Quadro 13 – Categoria de análise temática (3.4): Conselho para quem deseja entrar no IFMT 75
Quadro 14 – Etapas da produção e desenvolvimento do PE 79
Quadro 15 - Escala disposta no questionário de avaliação do Produto Educacional 90
Quadro 16 – Perguntas 5 e 6 do questionário de Avaliação do PE 91
Quadro 17 – Pergunta 8 do questionário de Avaliação do PE 92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa 43
Tabela 2 – Quantidade de participantes da avaliação do Produto Educacional.....87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado,
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DECOM	Departamento de Comunicação do IFMT
DSAEstudantil	Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidade
DSE	Diretoria Sistêmica Estudantil
EAD	Educação a Distância
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
L1	Primeira Língua
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MT	Mato Grosso
PCDs	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação

PROEJA	Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-reitora de Ensino
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RED	Regime de Estudo Domiciliar
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
2 REFERENCIAL TEÓRICO 22
2.1 Educação Profissional Tecnológica e o Mundo do Trabalho 22
2.2 O trabalho como princípio educativo e a educação omnilateral 27
2.3 Inclusão de estudantes surdos na EPT 31
2.4 Mídias digitais inclusivas 34
3 METODOLOGIA 39
3.1 Caracterização do topo da pesquisa 39
3.2 Local da Pesquisa 40
3.3 Participantes da pesquisa 42
3.4 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa 44
3.5 Critérios Éticos 45
3.6 Riscos da pesquisa 45
3.7 Demonstração dos instrumentos de pesquisa 46
3.7.1 Roteiro para as entrevistas 46
3.7.2 Questionário para a avaliação do Produto Educacional 47
3.8 Metodologia para a Análise dos Dados 47
3.9 Etapas da Pesquisa 48
3.9.1 Etapa 1 – Revisão da Literatura 48
3.9.2 Etapa 2 – Realização de diagnóstico e análise de dados dos estudantes surdos egressos do EMI do IFMT 49
3.9.3 Etapa 3 – Mapeamento das percepções dos participantes da pesquisa 49
3.9.4 Etapa 4 – Desenvolvimento do Produto Educacional 50
4 UM *VODCAST* INCLUSIVO NO IFMT: O QUE REVELAM AS FALAS DOS ESTUDANTES SURDOS? 51
4.1 Antes de concluir o EMI 52
4.2 Durante o EMI 54
4.2.1 Participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão 55
4.2.2 Maiores desafios 57
4.2.3 Acessibilidade Geral 59
4.2.4 Percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar 62
4.2.5 História que marcou a sua vida durante o EMI 65
4.3 Após Concluir o EMI 67
4.3.1 Após o EMI, optou por trabalhar ou estudar 68
4.3.2 Conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras 70
4.3.3 Perspectivas futuras 72
4.3.4 Conselho para quem deseja entrar no IFMT 74
5 PRODUTO EDUCACIONAL 78
5.1 A Elaboração do Produto Educacional 78
5.2 As entrevistas e a criação dos episódios do *vodcast* 83
5.3 Aplicação e avaliação do Produto Educacional 86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 94
APÊNDICE A – Carta de Anuência 111
Apêndice B – TCLE – Estudantes Surdos Egressos do EMI do IFMT – Maiores de Idade 113
Apêndice C – TALE – Estudantes Surdos do EMI do IFMT – Menores de Idade –

Avaliação do Produto Educacional 116
Apêndice D – TCLE – Responsável Estudante Surdo do EMI do IFMT – Menor de Idade 119
Apêndice E – Declaração do Pesquisador 122
Apêndice F – Roteiro para a Entrevista – Estudantes Surdos Egressos do EMI do IFMT 123
APÊNDICE G – Questionário para a Avaliação do Produto Educacional 125
APÊNDICE H – *Folders* de divulgação do Produto Educacional 127

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, as pessoas com deficiência foram vistas como incapazes de assumir um papel atuante na sociedade e, por consequência, passaram por um processo histórico de desigualdade e marginalização. No Brasil, os debates acerca da Educação Inclusiva vêm crescendo, sobretudo a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994a), como também da Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e do Decreto n° 5.626/2005 (Brasil, 2005), que versam sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão do surdo. O resultado desses instrumentos legais é a legitimação de direitos culturais, linguísticos e educacionais para as pessoas surdas – embora, percebe-se, que muito ainda precisa ser realizado para a efetiva implementação desses direitos.

Vale ressaltar que, atualmente, o modelo educacional de inclusão de surdos no país é o Bilinguismo[1] e a Libras é primeira língua da pessoa surda. Dessa forma, o processo de aquisição de novos conhecimentos é diferente entre as pessoas ouvintes[2] e surdas, pois a leitura que a pessoa surda tem do mundo ocorre por meio de suas experiências visuais, ao passo que para o ouvinte, prevalece as suas experiências visuais e sonoras (Strobel, 2009). O surdo encontra o mundo com os olhos e essa experiência visual favorece a comunicação com o meio.

Dessa forma, a presença do tradutor e intérprete de Libras em sala de aula é fundamental para que o estudante surdo tenha acesso tanto ao conteúdo escolar quanto às informações institucionais que permeiam os ambientes da escola. De fato, sem comunicação não há inclusão! Sem o contato da Libras e a ausência do tradutor e intérprete de Libras no ambiente escolar, os surdos não têm acesso a debates e conteúdo que, geralmente, são criados para a língua oral (fala), barrando, muitas vezes, as pessoas surdas de terem acesso a questões sociais básicas, como política, cultura e seu livre exercício da cidadania (Brasil, 2004a).

---

[1] A educação nesse modelo bilíngue “considera a Língua de Sinais como fator central para o processo de escolarização, pois a língua é um elemento basilar da identidade cultural dos surdos e da comunidade à qual eles pertencem” (Silva; Silva, 2016, p. 38).

[2] O termo “ouvintes” se refere a todas as pessoas que contém o aparelho auditivo intacto e que ouvem. Além disso, suas experiências com o mundo ocorrem por meio dos sons.

Ainda no contexto da Educação, o advento da Covid-2019 obrigou todos os estados do país a adotarem o distanciamento social como uma das medidas mais eficazes no combate à doença. Por conseguinte, uma das ações adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) foi a aprovação para o ensino remoto[3] em todo o país (Brasil, 2020).

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), entre as 41 unidades, 38 adotaram atividades remotas para o ensino e serviço administrativo durante a pandemia da Covid-19 (IFMT, 2021). Isso resultou no afastamento dos alunos do ambiente escolar, pois foi estabelecido o Regime de Estudo Domiciliar (RED), que consistiu no desenvolvimento de atividades acadêmicas em domicílio pelo estudante, em função da sua impossibilidade de frequentar as aulas e participar das demais atividades regulares previstas para o curso. Com isso, as unidades de ensino precisaram, rapidamente, rever seus métodos e recursos de apoio ao ensino e utilizar das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDCs), a fim de contribuir para o processo educativo de forma lúdica e interativa.

Esse novo cenário para o ensino remoto, que emergiu a partir pandemia, ocasionou um grande impacto na forma de se relacionar, comunicar, ensinar e aprender; em especial para os estudantes surdos, que já têm dificuldades no processo de ensino-aprendizagem realizado de forma presencial e se torna ainda mais desafiador de forma remota. O principal obstáculo está em como incluir o estudante surdo nas atividades escolares, pois a adoção do ensino remoto pode aumentar as desigualdades sociais preexistentes (Senhoras, 2020).

Diante dessa realidade, surgiu a necessidade da criação de novos recursos e práticas educacionais. Como exemplo de recursos no apoio às práticas educativas, pode-se mencionar os *podcasts,* que estão ganhando cada vez mais destaque nos espaços escolares do Brasil. O *podcast* consiste em um “modo de produção/disseminação livre de programas distribuídos sob demanda e focados na reprodução de oralidade e/ou de músicas/sons” (Freire, 2013, p. 68).

De maneira geral, os conteúdos interativos são disponibilizados em formato de áudio voltado para o público ouvinte. No entanto, esta ferramenta não contempla a acessibilidade para todos os grupos sociais, como no caso da pessoa surda. Além do

[3] Uma alternativa adotada por instituições públicas e privadas no país na qual utiliza-se de plataformas virtuais para promover o ensino e seguir com os calendários de atividades letivas (Silva; Silva, 2020).

mais, a ausência de ferramentas adaptadas contribui para a exclusão desta comunidade.

Por isso, emerge a necessidade da utilização de novos recursos, como os *vodcasts*, que são episódios de um *podcast* disponibilizados também em formato de vídeo. No ambiente escolar, a criação de um *vodcast* inclusivo (produzido em Libras e legendado em português) pode funcionar como uma importante ferramenta em favor da inclusão escolar e social, pois ele possibilita a visualização (fundamentado na gravação de imagens dos episódios do *podcast*) do que antes era apenas voz e sons.

A partir de minhas vivências como tradutor e intérprete de Libras no IFMT, desde 2014, foi possível presenciar diversas situações educativas transformadoras com alunos surdos, seja na participação de processos seletivos, ou na conclusão de cursos no Ensino Médio Integrado (EMI), bem como no ensino de Libras para uma comunidade indígena (Tapirapé), na Região Norte-Araguaia de Mato Grosso (MT).

Ademais, por meio da minha atividade profissional, foi possível acompanhar momentos desafiadores, como a desistência de alunos surdos no EMI do IFMT em função da dificuldade na contratação de profissionais intérpretes de Libras, falta de metodologias adaptadas e dificuldade de acesso às informações institucionais.

Diante dessas experiências, emergiu a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos do IFMT contribuem para as suas escolhas futuras, quanto à sua formação acadêmica e carreira profissional, e de que forma o tradutor e intérprete de Libras contribui para esse processo?

Assim sendo, a hipótese inicial desta pesquisa é que a expressiva procura pelo ingresso em cursos técnicos do IFMT demonstra o quanto a comunidade surda compreende o potencial que a instituição pode proporcionar ao estudante surdo e a toda a comunidade estudantil.

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos, egressos do Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), contribuíram para a escolha sobre sua formação acadêmica e carreira profissional.

Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) apresentar e discutir o marco teórico conceitual que abarca esta pesquisa; (ii) realizar um diagnóstico sobre o número de matrículas, trancamentos, desistências e conclusões de estudantes surdos do EMI do IFMT entre os anos de 2018-2022; (iii) mapear as percepções dos participantes da pesquisa sobre temas relacionados à Educação

Profissional e Tecnológica (EPT) e ao mundo do trabalho; e (iv) desenvolver um Produto Educacional, no formato de um *vodcast*, para a divulgação de alguns resultados da pesquisa.

Como resultado desta pesquisa, foi produzido um *vodcast* em Libras, a fim de discutir e compartilhar as experiências vivenciadas por esses estudantes. Vale ressaltar que o Produto Educacional deste estudo está inserido na linha de pesquisa Práticas Educativas em EPT.

Para cumprir seu objetivo, esta dissertação está estruturada em seis seções, incluindo esta introdução. A seção 2 aborda o aporte teórico que serviu de base para esta pesquisa. Em seguida, a seção 3 descreve o percurso metodológico trilhado, a partir da descrição dos procedimentos de investigação, o local da pesquisa, os participantes, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, os aspectos éticos, os riscos e a metodologia para a análise de dados, além das etapas da pesquisa. A seção 4 apresenta os resultados e as discussões baseados nas percepções dos estudantes surdos, que compartilharam um pouco de suas vivências durante o EMI no IFMT. A seção 5 traz os procedimentos realizados para o desenvolvimento, aplicação e avaliação do Produto Educacional (PE). Para encerrar, a seção 6 discute as considerações finais da investigação, considerando os objetivos iniciais propostos pelo pesquisador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são discutidos os referenciais teóricos que fundamentaram esta pesquisa. Para tanto, inicialmente, será exposto um retrospecto das origens da Educação Profissional e do mundo do trabalho. Posteriormente, será realizada uma abordagem a respeito dos conceitos que envolvem o trabalho, tais como o princípio educativo e a educação omnilateral.

2.1 Educação Profissional Tecnológica e o Mundo do Trabalho

A história da formação para o trabalho no Brasil tem origem ainda no período colonial. O trabalho acompanha o homem desde os seus primórdios, quando os conhecimentos sobre as técnicas profissionais eram repassados de geração em geração, na construção de utensílios para a caça e outras atividades. Os métodos de formação para o trabalho eram a observação, a prática e a repetição do trabalho. Vale ressaltar que a educação sempre teve um caráter desumanizador do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição a base dos seus fundamentos (Mészáros, 2008).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como é conhecida hoje, se consolidou com a Revolução Industrial, na Inglaterra, no final do século XVIII. Essa revolução foi marcada por mudanças nos processos de produção artesanal e manual para a tecnológica, como máquinas, locomotivas e equipamentos para colheitas. Com essa mudança nos modos de produção de capital, os conhecimentos técnicos se tornaram importantes para a evolução do trabalho ter continuidade com as próximas gerações (Vieira; Souza Junior, 2016).

Outro marco histórico importante para a evolução da tecnologia no trabalho foi a descoberta de ouro no estado de Minas Gerais, pois foram desenvolvidas novas formas de organização do trabalho para a produção de riquezas. Nesse contexto, surgiram as casas de fundição e moeda que cunhavam moedas de outro. Com isso, surgiu a necessidade de profissionalização dos trabalhadores responsáveis pelo manuseio do ouro e exploração das minas. Além do mais, para que o ouro bruto se transformasse em barra, foi necessário que a mão de obra atendesse a demanda emergente de produção de bens para o consumo (Manacorda, 1995). Ainda conforme o autor, os responsáveis pelo trabalho braçal e aprendizes do ofício eram originários

dos povos indígenas e escravos, enquanto a elite e seus filhos se dedicavam a uma educação propedêutica, que os preparava para a vida acadêmica.

As atividades de trabalho manual (como carpintaria, construção, tecelagem entre outras) eram consideradas atividades indignas e estes ensinamentos eram direcionados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das Casas da Roda (garotos de rua e delinquentes). O aprendizado adquirido por eles, eram ensinados de acordo com as especialidades industriais de cada Estado, para proporcionar aos desprovidos da fortuna um ofício, uma profissão que disponibilizasse operários úteis para as novas indústrias (Kunze, 2009).

Nesse sentido, durante o Brasil Império (1822 a 1889), novas instituições privadas surgiram e, assim, a Educação Profissional, seguindo a lógica do ensino atrelado à formação para o trabalho, nasceu revestida de uma perspectiva assistencialista para acolher e educar as crianças menos favorecidas (Sales; Oliveira, 2011). Após a abolição do trabalho escravo no país, em 1889, já haviam instaladas cerca de 636 fábricas, que empregavam em torno de 54 mil trabalhadores. A economia brasileira era predominantemente agrário-exportadora, como prioridade nas relações de trabalho rural (Brasil, 2008a).

Considera-se o início da EPT a partir da publicação do Decreto nº 7.566, de 11 de setembro de 1909 (Brasil, 1909), fundada por Nilo Peçanha, então governador do estado do Rio de Janeiro. Suas primeiras escolas profissionalizantes correspondiam às unidades federativas de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. Em seu desígnio, ele cria dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Suas primeiras escolas profissionalizantes correspondiam às unidades Federativas de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul.

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas. Já no ano de 1959, as escolas industriais e técnicas ganharam autonomia, pois passaram a ter um regime de autarquia[4]. Isso fez com que houvesse crescimento e necessidade de mão de obra

[4] Conforme o Decreto-Lei nº 200/67, o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (Brasil, 1967).

mais especializada (Dantas, 2020).

No transcurso histórico, durante a implementação da Terceira República Brasileira (Estado Novo), a qualificação da educação visava o aumento da riqueza via elevação da produtividade e melhoria das condições do trabalhador, além do fortalecimento da economia brasileira. Nesse sentido, o presidente Getúlio Vargas incentivou a educação para o trabalho por meio da fundação do sistema S, a partir da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI), em 1943, e do Serviço Social da Indústria (SESI), em 1944 (Fonseca, 2003).

Em relação à área da educação, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou diretrizes e bases para o ensino do 1º e 2º graus, em que deveriam constar os planos curriculares dos estabelecimentos de ensino. Nesse período, foi expressivo o aumento da oferta de matrícula e implementação de novos cursos (Brasil, 1971). Nessa concepção, a LDB situa a EPT na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) ao incluir o direito à educação e à profissionalização como direitos que devem ser garantidos com prioridade.

O desenvolvimento industrial do Brasil ocorreu nos modelos de parâmetros fordistas e tayloristas de produção em massa. Assim, a EPT se adaptou a esse modelo, dividindo as classes de trabalho entre as atividades intelectuais e operacionais, fragmentando a questão da formação pedagógica, separando, então, o ensino propedêutico do profissional (Winckler; Santagada, 2012).

No ano de 1978, com a Lei nº 6.545, de 30 de Junho de 1978 (Brasil, 1978), criou-se três escolas técnicas federais (dos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Elas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) com a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos. Mais tarde, os CEFETs tornaram-se as unidades basilares da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) – também descrita apenas como Rede Federal.

Alguns anos depois, em 8 de dezembro de 1994, com a promulgação da Lei nº 8.948 (Brasil, 1994b), ocorreu a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, em que as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais foram se transformando, gradativamente, em Centros Federais de Educação Tecnológica

(CEFETs), a fim de preparar o país para uma revolução tecnológica.

De forma complementar, no ano de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que representou uma ruptura com o enfoque da educação de teor assistencialista, produtivista e mercadológica. Para tanto, também foi necessário reformular o ensino técnico, promovendo a separação das disciplinas de formação geral daquelas destinadas à formação técnico-profissional (Magalhães, 2011).

Assim, por meio da criação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (Brasil, 1997), a EPT foi apresentada separada da formação geral e, em seus primeiros artigos, retomou o objetivo de formação voltada para o setor produtivo, ou seja, de que a escola deveria capacitar jovens e adultos para o mercado de trabalho, moldando-se às necessidades do capitalismo. Pensar assim significa separar a produção intelectual e não romper com a lógica do capital. Nesse sentido, essa ruptura se equipara, portanto, a "[...] substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente" (Mészáros, 2008, p. 47).

Por seguinte, em 2004, a edição do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (Brasil, 2004b), contribuiu para os avanços na EPT, uma vez que traz para a agenda a construção de itinerários formativos que promovam a economia atrelada à escolaridade dos trabalhadores, além de prever uma nova forma de oferta de curso, além dos subsequentes e concomitantes – o Ensino Médio Integrado (EMI).

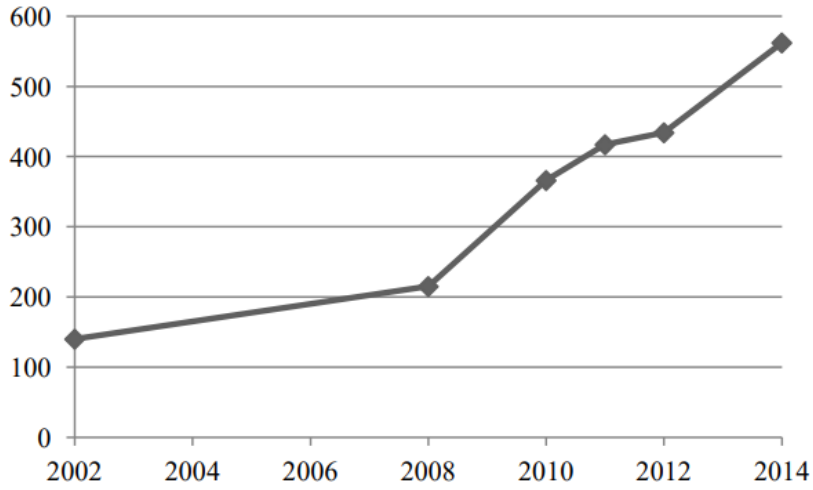
Em uma visão atual, a proposta de um currículo integrado visa promover a socialização dos saberes, atrelar as áreas do conhecimento em favor da formação de cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades, transformando a si e ao mundo (IFMT, 2019a). Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892 (Brasil, 2008b) para a criação de 38 Institutos Federais, alinhando-se à política de expansão e interiorização da educação, que era de expandir a Rede Federal de ensino para todo o território nacional.

Dessa forma, ocorreu a criação de universidades e institutos em regiões que não eram atendidas, em conformidade com as políticas públicas educacionais, proporcionando, assim, a "pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade" (Pacheco, 2011, p. 27).

De acordo com o plano de expansão da Rede Federal criado pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a primeira fase previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas, além da implantação de 33 novas escolas e contemplando 23 unidades da federação. No final de 2005, a segunda fase estabeleceu como meta a criação de 150 escolas distribuídas nos 26 estados da federação e, também, no Distrito Federal.

A terceira fase desse plano, que se iniciou em 2011, tinha como objetivo a superação das desigualdades e a criação de condições favoráveis para a viabilização de cursos de formação profissional e tecnológica aos menos favorecidos. Para tanto, a proposta contemplava a criação de mais 208 unidades escolares, até 2014, em todo o território nacional (Santos, 2018). De todas as unidades já existentes, somadas às 140 novas instituições, ao final de 201,4 a Rede Federal já contava com 562 *campi* vinculados aos IFs, como pode ser visto na Figura 1.

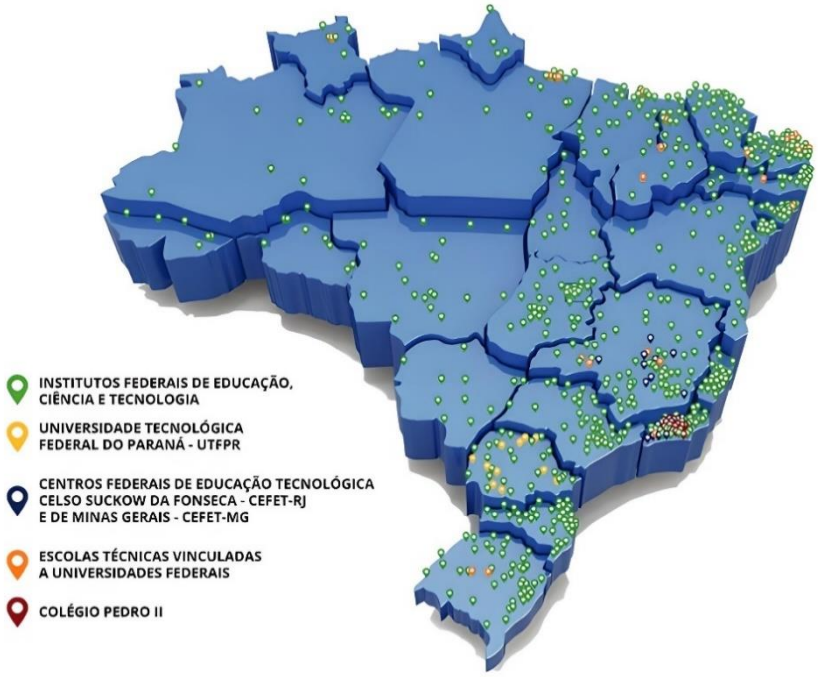
Figura 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia (em número de escolas)



Fonte: Brasil (2014).

No ano de 2019, já eram mais de 661 unidades (Figura 2) vinculadas a 38 IFs, 02 CEFETs, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas à Universidades Federais e o Colégio Pedro II (Brasil, 2019).

Figura 2 – Instituições Federais de Ensino no ano de 2019



Fonte: Brasil (2019a).

Assim, ao investir na EPT, o Brasil investe no futuro de seus cidadãos e na construção de uma nação mais justa, próspera e desenvolvida. A educação profissional e tecnológica continua contribuindo significativamente para o progresso individual e coletivo dos estudantes, impulsionando o crescimento econômico, a redução da desigualdade social e a construção de um futuro promissor para todos.

2.2 O trabalho como princípio educativo e a educação omnilateral

Inicialmente, ao se falar sobre trabalho, é importante destacar que o Brasil foi o último país no continente a abolir a escravidão. Séculos de trabalho escravo deixaram profundas marcas na sociedade que se refletem ainda nos dias atuais. Foram muitos anos de trabalho escravo, cujas marcas são ainda profundamente visíveis na sociedade.

Entretanto, apesar de também ser um tema sensível e relacionado ao trabalho, nos referimos aqui a um princípio educativo e ontológico, ou seja, como a sociedade se organiza para produzir as condições necessárias para a vida. Nossa vida está intrinsecamente ligada à natureza, dependendo dela para sua própria reprodução. Na visão de Karl Marx (1987), o trabalho significa colocar em movimento as forças

naturais do corpo, como braços e pernas, mãos e cabeça com o objetivo de se apropriar dos recursos oferecidos pela natureza. Desta maneira, atua sobre a natureza, modificando-a.

É por meio do trabalho que nós nos relacionamos com a natureza e entre nós mesmos, ou seja, os seres humanos produzem os meios de vida por meio do trabalho (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Isso demonstra que essa natureza é o ponto de partida para o desenvolvimento de uma atividade social. E é por meio dessas relações que conseguimos desenvolver as linguagens, os conhecimentos, as ciências, as culturas etc. Portanto, o trabalho não é discutido no sentido de emprego, mas enquanto uma atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza. Diferente dos animais, que agem guiados pelo instinto de forma quase imediata, o ser humano age por meio de mediações, de recursos materiais e espirituais que ele implementa para alcançar os fins desejados (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Sobre esse ponto, Saviani (1994) acrescenta que, ao produzir a sua própria existência, à medida que esse ser natural se destaca da natureza, é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outras palavras, enquanto os animais se adaptam à natureza, os homens têm que agir sobre ela e transformá-la. Dessa forma, o ato do ser humano agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que podemos definir enquanto trabalho. Por isso podemos dizer que o trabalho faz parte intrínseca da essência humana.

Depois de discutir o sentido ontológico do trabalho, cabe abordar outro ponto de destaque, ou seja, o sentido histórico do trabalho, que explica de que forma ocorre os diferentes modos de organização social, de acordo com os períodos ocorridos na história. Como vivemos em uma sociedade regida pelo capital, atualmente, é o trabalho assalariado, ou seja, a forma específica da existência humana no cenário do capitalismo (Brasil, 2007).

Nesse sentido, Antunes (2009) destaca alguns elementos que pressupõem a subordinação e o valor de uso do trabalho para os efeitos de troca. Além disso, o autor esclarece que o sistema em questão se caracteriza pelo distanciamento entre o trabalhador e os meios de produção, em que o proletariado não tem controle sobre essas ferramentas e recursos para a execução do trabalho, ocasionando a alienação. Em sua concepção, Antunes acrescenta que é necessário expandir o valor da troca em todos os níveis de necessidade básica e “mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, – devem

estar estritamente subordinados” (Antunes, 2009, p. 23).

Neste sentido, Ramos (2012) explica que o sentido histórico do trabalho se refere às formas específicas configuradas pelas relações sociais de produção. Para melhor compreender algumas formas do sentido histórico do trabalho em diversos momentos da história, Nilton, Rosa e Paulo (2018) elaboraram um esquema, com as definições de Saviani (1994), para melhor ilustrar os momentos – o qual está disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Formas do sentido histórico do trabalho

Período Histórico	Forma
Sociedades primitivas	Trabalho solidário e coletivo (produção apropriada por todos)
Idade Antiga	Trabalho escravo (Propriedade privada de terra)
Idade Média	Trabalho servil (Propriedade privada de terra)
Idade Moderna	Trabalho assalariado (Capitalismo burguês)

Fonte: Elaborado com base em Saviani (1994).

Observando o quadro acima, compreende-se que essas apropriações ideológicas constituem determinada divisão social do trabalho, gerando as classes sociais. Assim, se origina, também, a divisão de classes e a alienação dos seres humanos, da produção que se torna mercadoria avaliada, conforme o seu tempo de trabalho e o seu valor de troca. Isso faz com que eles não se reconheçam no produto do seu trabalho, como também no conhecimento produzido pelo trabalho (Marx, 1987).

Conforme Saviani (1994), no modo de produção capitalista, historicamente, os homens produzem a sua existência por meio do trabalho que exercem. E, conforme a sua história, são divididos em duas classes opostas: uma é composta por proprietários detentores dos meios de produção, mais conhecido como capitalistas; e a outra é composta por trabalhadores operários, os proletariados. Assim é construída a relação de desigualdades econômica e social.

Em relação à educação, existiu um projeto pedagógico com os princípios inerentes à lógica capitalista e a um projeto pedagógico capitalista. Nesse caso, Gramsci (1977) salienta que o princípio educativo é fundamentado em uma dualidade que reforça uma divisão de classe, separando a escola voltada para os intelectuais e a escola para os operários e trabalhadores.

Sobre a educação na perspectiva de Gramsci (1977), ele discute que a educação é formada por grupos dominantes que defendem a democratização da escola pública, laica e única com o foco central voltado para o trabalho. A ideia era proporcionar qualificação aos operários, criando a possibilidade para que cada cidadão tivesse a oportunidade de se governar e que a sociedade precisava apresentar essas condições para cada cidadão, mesmo que “abstratamente”.

Com o propósito de realizar uma reforma intelectual e moral na sociedade, embasado na ideia de elevar a civilidade dos grupos subalternos e para a conquista da hegemonia, Gramsci (1977) apresenta o esboço da escola unitária. Neste ponto, o autor entende por escola humanista aquela voltada ao desenvolvimento possível em cada humano da sociedade, o essencial poder de pensar e saber dirigir-se na vida.

Um ponto destacado por Manacorda (1995), é a criação da proposta socialista. Ela surgiu na época de aceleração do crescimento industrial e grande volume de força de trabalho coletivo, mais conhecido como “desenvolvimento industrial”, dando início a uma nova visão sobre a educação – a politecnização. Para o autor, a proposta inicial previa alterações parciais voltadas para a relação entre a escola e o trabalho. O autor mostra que a politecnia não existia, mas sim a formação profissional para suprir a falta de mão de obra qualificada.

Em resumo, em uma sociedade marcada pela divisão de classes, o projeto pedagógico é que define de que forma haverá a distribuição do conhecimento, dependendo da classe, mas sempre visando atender aos interesses do capital. Em seguida, a perspectiva socialista prevê o trabalho como um princípio educativo, enquanto parte intrínseca das relações sociais do atual momento, reunificando a cultura e a produção, fazendo com que seja inviável a sua implementação nas bases do capitalismo (Kuenzer, 2020).

Esse foi o momento de discussão decorrente da politecnia enquanto um princípio pedagógico na resistência e na busca pela superação da sociedade capitalista, de modo que proporcionasse instrumentos pedagógicos indispensáveis a um estilo de ensino e aprendizagem, que busca o desenvolvimento omnilateral e autônomo do ser humano (Frigotto, 2009). Neste sentido, a formação politécnica se encaminha para a proposta de ensino que atendia à formação em várias dimensões da sociedade, resultando na garantia de direitos de formação – básica e profissional – no ensino médio, o que assegura a legalidade e a legitimidade do Ensino Médio Integrado à educação profissional (Frigotto, 2012).

Na concepção de Frigoto (2012), a educação omnilateral busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano como também as condições subjetivas e concretas para o seu desenvolvimento histórico. Essas dimensões elucidadas envolvem sua vida em vários sentidos sociais como o seu desenvolvimento cultural, intelectual, educacional, afetivo entre diversos outros.

Dessa maneira, o conceito de formação humana integral propõe a superação da ideia de divisão social do trabalho para incluir ações que exaltam a individualidade de cada pessoa. Transpondo para o momento atual, Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) elucidam que a oferta de educação profissional articulada com o ensino médio deve se basear na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo do estudante, visando à formação omnilateral.

Nesse sentido, não se trata somente de integrar um a outro na forma, mas sim de se constituir o ensino médio como num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, do trabalho, da ciência e da cultura. Também se trata de abrir novas perspectivas de vida para os jovens para a superação das desigualdades entre as classes sociais (Ramos, 2012).

Essa forma de integração de educação profissional não precisa estar, necessariamente, integrada ao ensino médio, como é o caso do Brasil. Assim, observa-se que a temática abordada defende que o ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral possibilitem a integração das variadas dimensões existentes no campo do trabalho, da educação, da ciência e da tecnologia, além de contribuir em todas as dimensões de sua formação humana (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

2.3 Inclusão de estudantes surdos na EPT

O ensino médio integrado, enquanto um projeto educacional, surgiu com o objetivo de fomentar a educação para todos, de maneira que se alinhasse a sua formação politécnica centrada no trabalho, na ciência e na cultura, relacionando os ensinamentos teóricos com a formação profissional. O ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Para compreender a EPT voltada às pessoas com deficiência, é preciso analisar, primeiramente, as condições em que se desenvolveram a Educação Profissional e a Educação Inclusiva. Assim, as políticas de educação profissional

voltadas para pessoas com deficiência resultam da interseção entre as políticas gerais de educação profissional e as políticas de Educação Especial (Silva, 2011).

A inclusão de estudantes surdos nas classes regulares de ensino, ainda se apresenta como um grande desafio, visto que as leis que asseguram a inclusão das Pessoas com Deficiência (PcDs) não têm se mostrado satisfatórias para a sua prática no ambiente escolar. Ainda existem diversas questões que precisam ser planejadas pelas instituições e seus profissionais para que seja garantida a formação integral do estudante surdo. Sobre este assunto, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 36) esclarecem que:

> [...] não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação integral.

Para que haja um maior efeito, a organização didática das instituições de ensino precisa prever e utilizar recursos visuais e todo tipo de referência que possam colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo na sala de aula comum.

No que se refere à inclusão de estudantes surdos no Instituto Federal, a instituição oferece à sociedade a oportunidade de cursar o ensino médio integrado, em que o estudante consegue estudar de forma integrada o ensino médio e um curso técnico, proporcionando ao estudante um título de técnico profissional após os três anos de estudo (IFMT, 2019a). Nesse sentido, o IFMT, enquanto parte integrante da Rede Federal, tem em sua composição a oferta do EMI, que precisa estar alinhado às mudanças na política educacional brasileira, sobretudo em uma perspectiva inclusiva, que garanta ao estudante não apenas sua entrada, mas, também, condições para a sua permanência e êxito.

Vale ressaltar que o vínculo escolar é algo que se constrói e o pertencimento se fortalece por meio das experiências, lembranças e ações práticas vivenciadas pelos alunos. Além disso, o IFMT tem como missão educar para a vida e para o trabalho, a partir de uma formação omnilateral[5] (IFMT, 2019b). Isso implica dizer que, para que o estudante surdo se sinta pertencente ao IFMT, é necessário um

---

[5] A formação omnilateral tem um caráter totalizante, ela possibilita uma formação humana integral e preocupada com o desenvolvimento do homem enquanto ser “não-alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana, omnilateral” (Sousa, 2013, p. 100).

planejamento para o processo de acolhimento desse aluno nas unidades de ensino e que ele seja realizado por meio de ações inclusivas, articuladas à realidade do contexto escolar.

Uma das primeiras ações que visa a inclusão de pessoas com deficiência no IFMT ocorreu por meio da resolução CONSUP/IFMT nº 043/2013 (IFMT, 2013b), que definiu a implementação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE nos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. Em seu Art. 4º, o documento reforça que entre seus objetivos está:

> a) Sensibilizar a comunidade escolar para a convivência com a diversidade e a promoção da acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e comunicativa; INSTRUÇÃO NORMATIVA – NAPNE/IFMT;
> b) Identificar e atender as pessoas com necessidades específicas do IFMT;
> c) Conhecer, na comunidade externa, as pessoas com necessidades específicas;
> d) Promover a inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFMT e no mundo do trabalho;
> e) Estabelecer parcerias com instituições, órgãos representativos e de atendimento às pessoas com necessidades específicas;
> f) Acompanhar a aplicação da legislação vigente relativa aos direitos das pessoas com necessidades específicas (IFMT, 2013).

Em seguida, visando a implementação de novas políticas de inclusão no âmbito do IFMT, no ano de 2022, o Instituto Federal de Mato Grosso, por meio da Resolução CONSUP/IFMT nº 88 (IFMT, 2022), instituiu a Política de Educação Inclusiva para Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT.

Esse documento abrange um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam ações da instituição com o intuito de assegurar os direitos à educação, à acessibilidade e ao atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas no IFMT (IFMT, 2022).

Outro importante setor criado após a implementação desta política, foi a criação do Departamento de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidade do IFMT (DSAEstidantil), no ano de 2017. De maneira geral, esse departamento tem o intuito de criar e debater ações voltadas para as políticas públicas de inclusão com o intuito assegurar os direitos à educação, à acessibilidade e ao atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas no IFMT.

Dentre as ações propostas, a resolução ainda prevê que o departamento deverá apoiar projetos de pesquisa e extensão que envolvam os estudantes atendidos; apresentar estratégias pedagógicas, inovadoras e de acessibilidade, inclusive fontes de financiamento; bem como o acompanhando junto à Escola de Formação do IFMT, a oferta de capacitação dos servidores para atuação nos processos educacionais voltados às ações da Educação Inclusiva para os estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas no IFMT (IFMT, 2022). Dessa maneira, as discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência vão além da eliminação das barreiras, mas também envolvem criar ações que ofereçam condições de igualdade no ensino-aprendizado do estudante surdo.

Assim, a inclusão de estudantes surdos não deve se restringir aos espaços de salas de aulas, mas deve ser garantida em outros espaços institucionais e estar presente no processo de formação do aluno. Estar em um ambiente acadêmico como o IFMT é gratificante para o estudante, uma vez que a instituição colabora na promoção da formação ética, científica e técnica de indivíduos para a construção de uma sociedade (Sobrinho, 2013).

Dessa forma, é preciso refletir que as práticas inclusivas e suas políticas de inclusão devem estar sempre presentes no planejamento escolar. Neste processo, é preciso considerar as peculiaridades no atendimento ao estudante surdo, em especial com o uso de recursos de apoio, como as mídias digitais inclusivas descritas a seguir.

2.4 Mídias digitais inclusivas

Após contínuas batalhas a favor do movimento inclusivo, no ano de 2014, a comunidade surda do Brasil conquistou o direito de um ensino bilíngue e da inclusão de escolas bilíngues para surdos por meio do Plano Nacional de Educação – PNE sancionada pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014). Esta lei reconhece a importância da língua de sinais nos espaços escolares, fortalecendo o valor linguístico da cultura e da identidade de toda a comunidade surda.

Com o passar dos anos, a comunidade surda do Brasil vem se fortalecendo e lutando pelos seus direitos em prol do uso da Libras como sua primeira língua (L1). Com o surgimento e a expansão do acesso às novas tecnologias, também emergiu a necessidade da comunidade surda se tornar bilíngue e aprender a língua portuguesa em sua modalidade escrita para ampliar sua forma de aprender e se relacionar com

as pessoas. Entre outras possíveis definições, o bilinguismo considera o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais (Quadros, 2010).

Nas últimas décadas, o avanço na criação de tecnologias de informação e comunicação continuou contribuindo para produção de novos recursos e materiais adaptados para a educação das pessoas surdas. No ano de 2020, o mundo passou por uma pandemia ocasionada pela Covid-19, este foi um fator determinante para a evolução e criação de novas TDICs voltadas para a área educacional.

Ressalta-se que, para a educação de estudantes surdos, é muito importante que esse aprendizado seja mediado por tecnologias digitais de informação e comunicação. Assim, conforme o aluno for aprendendo, vai se criando novas formas de aprendizado que, quando adequadamente aplicadas, podem auxiliar os professores, as escolas e os próprios alunos no processo de ensino e aprendizagem (Moran, 2006).

Outro ponto de discussão é o fato de que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece os conteúdos e compreende a importância do uso das tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo nos ambientes escolares). Além disso, é de grande relevância o uso dessas tecnologias no ambiente escolar para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018a).

Assim, faz-se necessária a criação de TDICs acessíveis e adaptadas em Libras para o desenvolvimento de novas competências e habilidades da comunidade surda estudantil. O interesse dos alunos surdos pela tecnologia se entrelaça com o uso de ferramentas que podem minimizar a defasagem apresentada no seu aprendizado, na interação com o corpo estudantil, bem como contribuir para a divulgação e difusão da Língua de Sinais.

É nesse contexto que as TDICs se apresentam enquanto recurso na luta contra as barreiras de comunicação. O uso de novas ferramentas demonstra a sua grande eficiência para a difusão da Libras. Entre os principais recursos disponíveis atualmente, é possível destacar a janela de interpretação em Língua Brasileira de Sinais, materiais de audiovisual, interação por meio de práticas *online*, uso de aplicativos com jogos, conteúdos e atividades, além das plataformas de aulas

síncronas e assíncronas, como nas plataformas *Google Classroom*, *Google Meet*, Zoom, entre outros (Garcia, 2022).

Dessa maneira, a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, na concepção de Corrêa e Cruz (2019), constitui no uso de um conjunto de ferramentas digitais que favorecem o compartilhamento de informações para o gerenciamento da aprendizagem. Além disso, para potencializar seu efeito, é fundamental o estímulo adequado para que a aprendizagem ocorra. Por isso, para estimular ainda mais o estudante surdo, é essencial que essas ferramentas apresentem elementos visuais como imagens, vídeos, desenhos, gráficos, tabelas e toda forma de atividade que estimule uma comunicação imagética (Rosado; Taveira, 2022).

Dessa maneira, um dos caminhos propostos para o desenvolvimento linguístico bilíngue das pessoas surdas é a partir da criação de melhores condições de acesso às informações e à comunicação por meio das mídias e recursos digitais. Observa-se, atualmente, que as Tecnologias Assistivas[6] e as novas mídias digitais, como o uso dos *podcast*s, vêm ganhando mais espaço na sociedade e, em função disso, podem se tornar um importante instrumento para a discussão e inclusão acessível para as PcDs.

Pensar em educação para alunos surdos é pensar em estratégias visuais, de forma que seja atrativo e interessante ao estudante surdo. Isso ocorre porque, segundo Fernandes (2006), não é possível acreditar que os estudantes conseguirão evoluir no processo educativo com as estratégias e métodos tradicionais.

Uma informação relevante nessa discussão é o fato de o estudante surdo precisar passar, anteriormente, pelo processo de alfabetização e letramento digital desde pequeno, por meio da Libras, uma vez que sua primeira língua é a língua de sinais. Nesse ponto, Quadros e Neves (2017) esclarecem que o letramento para alunos surdos tem as suas bases na língua de sinais. A significação e identificação do uso da Libras e seu uso nas diferentes esferas da sociedade acontecem ao longo do desenvolvimento da pessoa surda.

Desse modo, a acessibilidade digital para estudantes surdos é um fator crítico para que, de fato, ocorra a inclusão social e escolar. Com todo o aparato tecnológico nos dias de hoje, é importante que as empresas e instituições que realizam pesquisas

---

[6] “[...] práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Brasil, 2009, p. 9).

nessa área criem aplicativos, plataformas, *softwares*, recursos de legendas automáticas, suporte para a comunicação por meio de mensagens de texto ou vídeos acessíveis em Libras, entre outros (Stumpf, 2010).

Outro ponto que pode ser destacado na contribuição da inclusão digital para estudantes surdos é a oferta de formação adequada para a rede de professores, para que estes aprendam e consigam criar novas metodologias e recursos para o ensino inclusivo. Contribuindo com este assunto, Monteiro *et al*. (2023) destacam que ainda há muitos desafios a serem enfrentados, como a falta de formação adequada para os professores e a escassez de recursos e materiais pedagógicos acessíveis.

Estudos realizados apontam que a carência de recursos dentro da escola, como formação de professores e equipe escolar, para lidar com as especificidades do estudante surdo, são um dos principais percalços para a melhoria da educação inclusiva (Ferreira; Oliveira, 2019). Por conta disso, diversos estudantes precisam se adaptar a um ensino pensado e preparado para alunos ouvintes.

Nesse sentido, os debates na escola acerca das estratégias pedagógicas de inclusão, que envolvem o uso das TDICs, precisam ser debatidas e repensadas para todos os níveis de ensino. Especificamente quando o foco são os estudantes surdos, uma vez que há uma lacuna de conhecimentos didáticos e a quantidade de materiais para o ensino das disciplinas que contemplam o ensino na perspectiva bilíngue acaba sendo insuficiente (Santos, 2018). Mas essa responsabilidade não pode ser aplicada apenas ao professor, uma vez que para este feito, a instituição deve proporcionar formações específicas na área da inclusão.

Nesse sentido, a educação inclusiva voltada para os estudantes surdos é um processo que deve envolver toda a comunidade e esses temas precisam ser compartilhados com toda a sociedade. Uma das primeiras coisas a ser pensada para que ocorra essa acessibilidade é a reformulação dos currículos e a inclusão da Libras, para que todos os estudantes surdos tenham o direito de acesso igualitário às tecnologias voltadas para o ensino e aprendizado (Garcia, 2022).

Nas escolas, faz-se necessário o conhecimento e o incentivo acerca do uso das novas tecnologias, considerando que as mídias digitais já fazem parte do dia a dia das pessoas, sobretudo dos surdos. Na sala de aula, a incorporação das tecnologias pode facilitar o aprendizado de novos conhecimentos das pessoas (com ou sem deficiência) e, por meio de reformulações de estratégias e metodologias, pode contribuir para a inclusão social dos estudantes (Nascimento, 2018).

Vale ressaltar que o avanço dessas tecnologias coloca em evidência o distanciamento existente nas condições de aprendizagem entre estudantes surdos e ouvintes, uma vez que grande parte dos recursos digitais criados são voltados para o público ouvinte. Essa barreira deve ser levada em conta, em especial nas etapas de planejamento das atividades escolares, de forma que a instituição de ensino busque adicionar e/ou criar recursos didáticos que contemplem as mídias digitais e, assim, contribua para a inclusão escolar do estudante surdo, independentemente de suas diferenças e particularidades.

Após a apresentação do marco teórico basilar da pesquisa, a próxima seção traz os procedimentos metodológicos adotados para a coleta dos dados.

3 METODOLOGIA

Esta seção tem o propósito de descrever os procedimentos metodológicos abordados nesta pesquisa desde a sua caracterização, o *locus* escolhido, os participantes, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, os critérios éticos, os riscos, os instrumentos, a metodologia para a análise dos dados e as etapas que foram seguidas para se chegar aos objetivos propostos e à construção do Produto Educacional.

3.1 Caracterização do topo da pesquisa

Esta pesquisa buscou compreender de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos do IFMT contribuem para as suas escolhas futuras, quanto à sua formação acadêmica e carreira profissional, e de que forma o tradutor e intérprete de Libras contribui para esse processo.

Nesse sentido, esta pesquisa se caracteriza como de natureza aplicada, uma vez que se buscou gerar conhecimentos para a sua aplicação prática, a fim de contribuir para a mitigação de problemas que envolvem os interesses da comunidade escolar surda do IFMT. O que justifica a escolha por uma pesquisa aplicada foi a ideia de concentrar-se nos problemas reais presentes nas instituições, grupos sociais e, a partir de então, propor soluções com base nas necessidades concretas (Appolinário, 2004).

No que tange à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois buscou uma compreensão mais detalhada de como um determinado grupo social (os estudantes surdos do IFMT) descreveram suas vivências diante de alguma dificuldade. Essa opção se deu por entender que a pesquisa é baseada na interpretação dos fenômenos observados dentro desta comunidade, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos (Prodanov; Freitas, 2013).

Já com relação aos objetivos, esta investigação classifica-se como uma pesquisa exploratória, pois promoveu um maior aprofundamento sobre o tema ou problema da investigação. Neste tipo de pesquisa, houve a necessidade de envolver levantamento bibliográfico e entrevistas (com pessoas diretamente ligadas ao problema pesquisado), a fim de contribuir para uma ação viável (Gil, 2008).

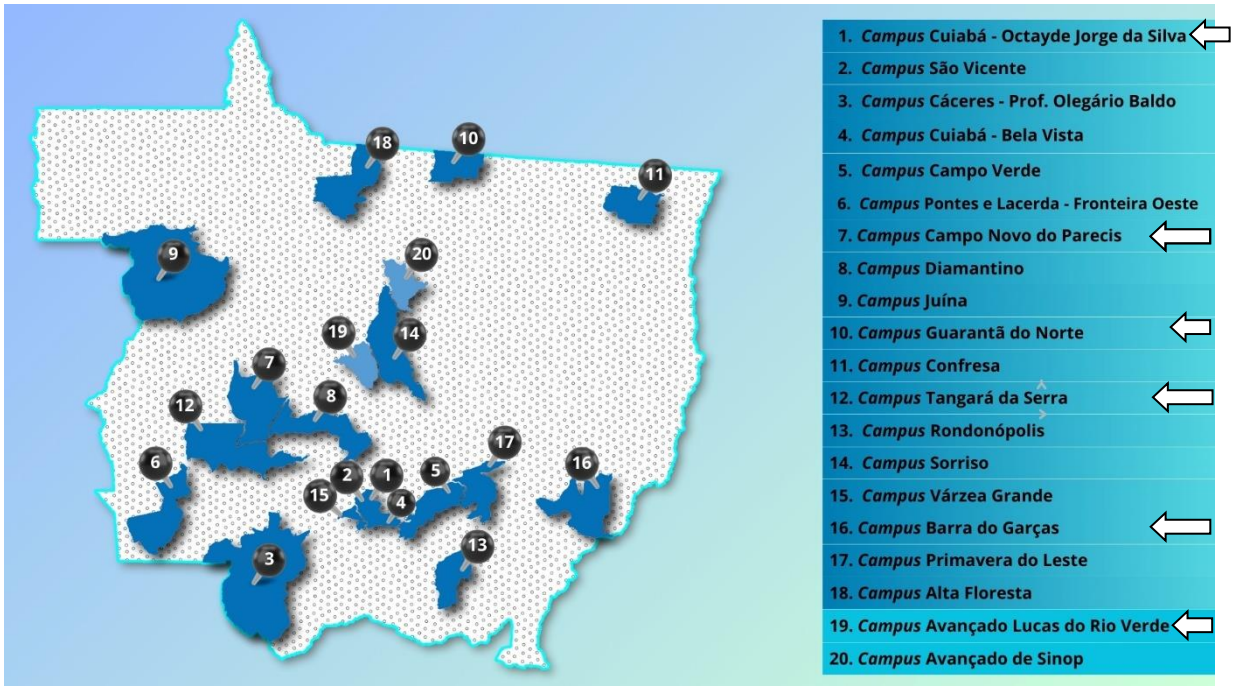
Por fim, o procedimento adotado foi uma pesquisa de campo, uma vez que se

buscou compreender a realidade e as percepções dos estudantes surdos, de 3 *campi* diferentes, quanto aos temas da EPT e sua relação com o mundo do trabalho. Vale ressaltar que a pesquisa de campo exige que o pesquisador tenha um encontro direto com a população pesquisada. Nesse contexto, o pesquisador precisou ir aos espaços onde ocorre ou ocorreu o fenômeno para reunir o maior número de informações a serem documentadas (Gonsalves, 2001).

3.2 Local da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no contexto do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), instituição que, em abril de 2024, passou por uma mudança em sua estrutura, e algumas unidades tiveram sua tipologia alterada para *campus*. Dessa forma, por meio da Portaria nº 411/2024 (Brasil, 2024a), o IF passou a contar com mais de 20 *campi* em sua estrutura, distribuídos por todo o território do estado de Mato Grosso (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de localização geográfica dos campi do IFMT



Fonte: Adaptado de IFMT (2019a).
Nota: o mapa é adaptado para pessoas com a condição de daltonismo (discromatopsia), por isso contém uma paleta com cores frias em azul (claro e escuro). Além disso, as setas brancas indicam a localização geográfica dos *campi* selecionados para a pesquisa.

Para a realização desta pesquisa, alguns dados foram pesquisados na plataforma Nilo Peçanha (2023) (Brasil, 2018b), os quais apontam que o IFMT possui cerca de 28 mil alunos nos mais de 300 cursos distribuídos nos níveis superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), pós-graduação (especializações e mestrados), técnico (com Ensino Médio Integrado, subsequente, concomitante e Proeja), Educação a Distância (Universidade Aberta do Brasil e Profuncionário), além de cursos de curta duração, como Formação Inicial e Continuada.

Neste contexto, o *locus* da pesquisa foram os *campi* de Campo Novo do Parecis, Barra do garças e Tangará da Serra. A escolha desses locais foi motivada por eles terem sido os *campi* com a maior quantidade de estudantes surdos egressos do EMI do IFMT entre os anos de 2018 e 2022. O passo seguinte foi realizar uma consulta à Diretoria Sistêmica Estudantil (DSAEstudantil) do IFMT. Além disso, foram contactados os *campi* que possuem o profissional tradutor e intérprete de Libras em seu quadro de servidores, para colaborar na procura dos estudantes surdos.

Vale ressaltar que todos os *campi* que possuem estudantes surdos dispõem de um profissional tradutor e intérprete de Libras, respeitando o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005). Sendo assim, os *campi* selecionados para participar das entrevistas da pesquisa podem ser vistos na Figura 4.

Figura 4 – Campi do IFMT selecionados para a pesquisa

Fonte: Adaptado de IFMT (2023).

Para a aplicação do questionário de avaliação do PE, foram selecionados os *campi* de Guarantã do Norte e o *Campus* Avançado de Lucas do Rio Verde. A escolha por esses locais se deu em razão de estas serem as unidades com estudantes surdos matriculados no EMI do IFMT.

A participação de cada unidade foi oficializada por meio de uma Carta de Anuência enviada ao gestor de cada *campi* (modelo disponível no Apêndice A), solicitando a autorização prévia para a realização da pesquisa nesses locais.

3.3 Participantes da pesquisa

A inquietação do pesquisador em conhecer a realidade dos estudantes surdos egressos do IFMT e em compreender as vivências e experiências adquiridas por eles

durante a jornada no EMI foi a maior motivação para a escolha e seleção dos participantes desta pesquisa.

Nesse sentido, esta pesquisa contou com a participação de dois grupos de pessoas: (i) Grupo 1: estudantes surdos egressos do EMI do IFMT; e (ii) Grupo 2: estudantes surdos matriculados no EMI do IFMT. O recorte da amostra e a contribuição de cada um desses grupos está descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa

Grupo	Participantes	Amostra	Contribuição
1	Estudantes surdos egressos do EMI do IFMT	3	Participar de entrevistas
2	Estudantes surdos do EMI do IFMT	3	Avaliação do Produto Educacional
Total		6	

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A formação de cada grupo visou selecionar pessoas surdas que utilizassem a Libras para se comunicar, que representassem a comunidade estudantil (egressos e matriculados) e que estivessem no processo de formação educacional e profissional ou já ingressados no mundo do trabalho.

Para encontrar esses alunos, foi verificado inicialmente se haviam dados quantitativos voltados para estudantes surdos do IFMT na plataforma Nilo Peçanha. As informações disponíveis na plataforma ofereciam apenas uma visão geral da área da educação, faltando os dados específicos requeridos pela pesquisa.

Posteriormente, foram solicitadas algumas informações sobre os estudantes surdos do IFMT, por meio de Lei de Acesso à Informação (LAI), em dois departamentos do IFMT: Pró-reitora de Ensino (PROEN) e Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidade (DSAEstudantil). Os dados solicitados referiam-se ao número de matrículas, trancamentos, desistências e conclusões dos estudantes surdos do EMI do IFMT de 2018 a 2022.

Com relação à essa solicitação, foi identificado que as informações são essenciais para a execução da política de Assistência Estudantil do IFMT, mas que a instituição não dispunha de informações sobre os estudantes surdos durante o período em questão. No entanto, a DSAEstudantil iniciou, no final do ano de 2021, um processo de customização do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), visando a inclusão dessas informações, que são essenciais para o planejamento e a

execução da política de assistência estudantil do IFMT. Só então é que foi possível identificar os potenciais estudantes que seriam convidados a participar da pesquisa.

Desse modo, com relação ao Grupo 1, foram definidos como participantes 3 estudantes surdos egressos do EMI do IFMT, sendo cada um egresso de um dos seguintes *campi*: (i) Campo Novo do Parecis; (ii) Barra do Garças; e (iii) Tangará da Serra. A escolha se deu considerando o número de estudantes que conseguiram concluir o EMI entre os anos de 2018 e 2022.

Após o consentimento dos estudantes (detalhes adicionais constam na subseção 3.5), eles participaram de uma entrevista estruturada, na qual puderam se expressar e expor as suas vivências em relação ao seu percurso acadêmico, mundo do trabalho e formação profissional após concluir o EMI no IFMT.

Já o Grupo 2 foi composto por 3 estudantes surdos matriculados no EMI do IFMT nos *campi* de Lucas do Rio Verde e Guarantã do Norte. Esses alunos tiveram o propósito de avaliar vários aspectos do Produto Educacional (*vodcast*), como o conteúdo, efeitos visuais, acessibilidade, eficiência e relevância. A quantidade de participantes nesta fase da pesquisa foi determinada pelo número de estudantes surdos atualmente matriculados nos EMI dos *campi* selecionados.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa

Os critérios de inclusão e exclusão dos participantes desta pesquisa variam entre os integrantes dos grupos, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa

	Grupo	Critério de Inclusão	Critério de Exclusão
G1	Estudantes surdos que estudaram nos *campi* objeto da pesquisa entre os anos de 2018 e 2022.	Estudante surdo egresso do EMI do IFMT e que usa a Libras como L1. Estar matriculado em alguma universidade ou ter algum vínculo empregatício.	Estudante surdo egresso do EMI do IFMT que não assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – (Apêndice B).
G2	Estudantes surdos matriculados no EMI do IFMT.	Estudante surdo matriculado no ano de 2023 no EMI do IFMT e que usa a Libras como L1.	Estudante que não assinou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - (Apêndice B) e/ou cujo responsável não assinou o TCLE – (Apêndice C).

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

3.5 Critérios Éticos

Como esta pesquisa envolveu seres humanos, ela foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFMT e aprovada em 17 de julho de 2023, conforme Parecer nº 6.185.679. Além disso, seguiu as orientações da resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 07 de abril de 2016 (Brasil, 2016), que versa sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Dessa maneira, de acordo com os grupos participantes da pesquisa selecionados, foram elaborados os seguintes documentos: (i) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Estudantes surdos egressos do EMI do IFMT – Maiores de idade (Apêndice B); (ii) Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – Estudantes surdos do EMI do IFMT – Menores de idade (Apêndice C); e (iii) TCLE – Responsável pelo estudante surdo do EMI do IFMT – Menor de idade (Apêndice D).[7]

Para a realização da pesquisa foi necessário o consentimento dos participantes, garantidos por meios dos termos de compromissos. Para tanto, ao participante, foi assegurada a liberdade de participar, recusar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Além disso, os materiais produzidos estão sob a responsabilidade do pesquisador e tudo o que foi assegurado aos participantes está descrito nos TCLEs e TALE. Após a conclusão da pesquisa, os resultados (dissertação e o *vodcast)* estarão à disposição para serem compartilhados.

3.6 Riscos da pesquisa

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, conforme os tipos e gradações. De acordo com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), os riscos de uma pesquisa podem ser definidos a partir de fatores que envolvem a “possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente” (Brasil, 2012, p. 142).

---

[7] Esses termos já estão acessíveis em Libras no seguinte endereço: https://www.youtube.com/playlist?list=PLhaAmGRIFzpmIUT-tZjJ11re4OLlZ2dtK.

Sendo assim, os riscos para esta pesquisa foram classificados como de gradação mínima, conforme a Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016), pois é um estudo que emprega técnicas e métodos que não interferem ou modificam as variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos participantes. No que diz respeito à tipificação, a pesquisa se enquadra na categoria III - A3, que contempla a realização de entrevista e aplicação de questionário enquanto ferramenta de coleta de dados (Brasil, 2022).

Nesse sentido, pensando em minimizar os riscos e possíveis danos durante a pesquisa, foi garantido ao participante: (i) a retirada do consentimento a qualquer momento da pesquisa; (ii) a não indução ou interferência do pesquisador durante a entrevista; (iii) a imparcialidade e objetividade na condução das atividades propostas por parte do pesquisador responsável; e (iv) o direito de o participante ter acesso ao teor do conteúdo da entrevista antes de responder às perguntas.

Por fim, conforme consta na Declaração (disposta no Apêndice E), caso ocorresse algum dano decorrente dos riscos apresentados em alguma etapa desta pesquisa, o pesquisador ficaria responsável por arcar com a indenização ou o ressarcimento dos eventuais prejuízos ao participante. Embora o pesquisador tenha se responsabilizado, não houve qualquer problema que tenha gerado algum dano ou prejuízo aos participantes.

3.7 Demonstração dos instrumentos de pesquisa

Em busca de enriquecer os dados da pesquisa, esta seção detalha os diferentes instrumentos usados para a coleta de dados, como roteiros para as entrevistas e um questionário.

3.7.1 Roteiro para as entrevistas

Dentro de uma pesquisa, um dos objetivos do pesquisador é obter informações ou coletar dados que ultrapassem os limites da pesquisa bibliográfica e da observação. Para tanto, a elaboração de um roteiro para a entrevista é um instrumento que orienta e estimula a discussão no decorrer do trabalho a ser feito e deve ser usado com flexibilidade, uma vez que durante o processo de interação há imprevistos que não constam no roteiro (Gatti, 2005).

Para a coleta dos dados desta pesquisa, foi elaborado um roteiro estruturado para a realização de entrevistas, com perguntas abertas, para o grupo participante selecionado, conforme disposto no Apêndice F.

O objetivo da entrevista com o Grupo 1 foi instigar o estudante surdo egresso do EMI do IFMT a relatar suas vivências e experiências durante sua trajetória, como também após a conclusão dos estudos no EMI do IFMT. Para tanto, o roteiro elaborado para essa entrevista abordou questões norteadoras, com o intuito de verificar os desafios enfrentados por uma pessoa surda no contexto escolar, perante os obstáculos de acessibilidade. Além disso, foi possível também conhecer suas vivências e planos futuros em relação ao mundo do trabalho.[8]

3.7.2 Questionário para a avaliação do Produto Educacional

O questionário pode ser conceituado como uma técnica de investigação que contém questões apresentadas ao participante com o objetivo de desvelar as opiniões, os sentimentos, interesses, expectativas, bem como suas vivências (Gil, 2008).

Dessa maneira, foi aplicado um questionário (disposto no Apêndice G) ao final da pesquisa, no momento da avaliação do Produto Educacional (*vodcast*). Dessarte, quem respondeu ao questionário foram os participantes do Grupo 2 – estudantes surdos, menores de idade, matriculados no EMI do IFMT. Assim, os alunos assistiram aos episódios do *vodcast* e, posteriormente, responderam ao questionário de avaliação do Produto Educacional.

As perguntas foram organizadas e distribuídas em quatro blocos temáticos: (i) quanto às questões estéticas; (ii) quanto à composição e clareza do conteúdo; (iii) quanto à aplicabilidade e acessibilidade; e (iv) comentários adicionais.

3.8 Metodologia para a Análise dos Dados

Para a realização da análise dos dados coletados nas entrevistas, foi selecionada a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados e embasada

---

[8] É importante registrar que os roteiros foram traduzidos e estão acessíveis em Libras no seguinte endereço: https://www.youtube.com/playlist?list=PLhaAmGRIFzpmIUT-tZjJ11re4OLlZ2dtK.

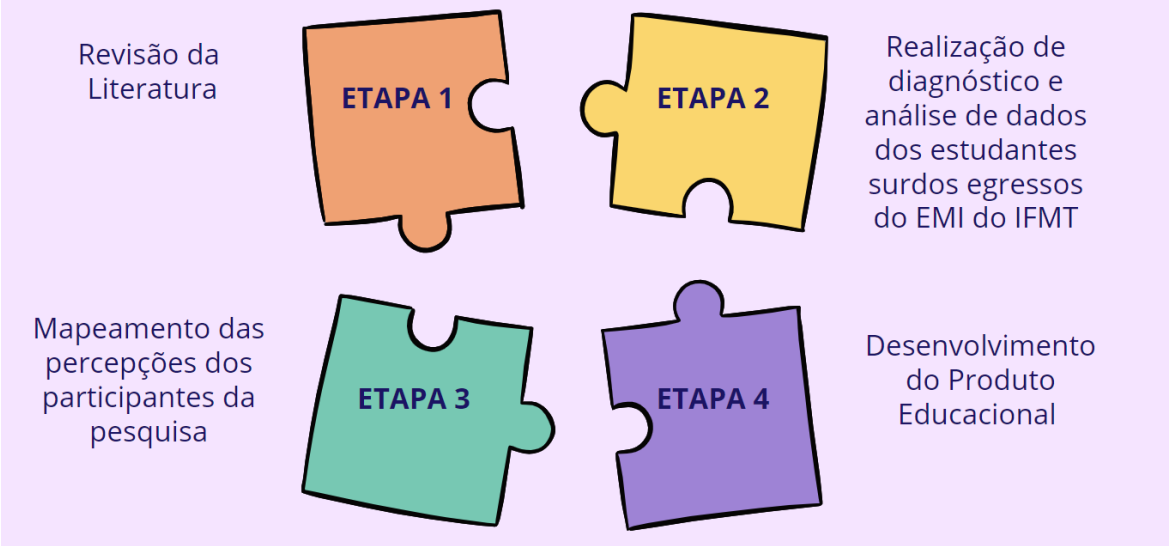
na dedução – a inferência, como descrito por Bardin (2016). Dentro da Análise de Conteúdo, foi feita uma análise categorial, utilizando-a de forma mais interpretativa dos dados qualitativos. As categorias não foram pré-definidas, pois emergiram a partir das falas dos participantes.

Nesse sentido, as informações obtidas pelas entrevistas foram organizadas em três polos cronológicos (Bardin, 2016): (i) a pré-análise, definição do *corpus* da análise, com a formulação da hipótese e dos objetivos; (ii) a exploração do material ou codificação, etapa em que os dados foram sistematizados, permitindo uma descrição do conteúdo expresso; e (iii) a interpretação dos resultados, de forma qualitativa.

3.9 Etapas da Pesquisa

Um bom planejamento é essencial para que a pesquisa ocorra de maneira fluida. Nesse contexto, esta pesquisa foi elaborada a partir de quatro etapas (dispostas na Figura 5) apresentadas a seguir.

Figura 5 – Panorama geral das Etapas da Pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

3.9.1 Etapa 1 – Revisão da Literatura

Este foi o momento para apresentar e discutir os marcos teóricos conceituais que nortearam os caminhos da pesquisa. Nesse sentido, a primeira etapa foi a

realização de uma pesquisa bibliográfica para a verificação dos principais livros, revistas e artigos da área proposta.

Para tanto, buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: “Inclusão”, “Mídias Digitais”, “Educação de Surdos”, “Ensino Médio Integrado”, “EPT”, “Mundo do Trabalho”, “Princípio Educativo” e “Educação Omnilateral”. As datas de publicação dos materiais selecionados compreenderam os anos de 1988 a 2023.

Vale ressaltar ainda que esta etapa de revisão da literatura foi utilizada como aporte teórico, tanto no desenvolvimento do projeto de pesquisa quanto na produção da dissertação.

3.9.2 Etapa 2 – Realização de diagnóstico e análise de dados dos estudantes surdos egressos do EMI do IFMT

Esta etapa consistiu em buscar dados sobre o número de matrículas, trancamentos, desistências e conclusões dos estudantes surdos do EMI do IFMT correspondente aos anos de 2018 a 2022. O objetivo dessa ação foi desvelar a proporção de ingresso, permanência e êxito de estudante surdos nos diversos *campi* do IFMT.

Vale ressaltar que esta etapa de coleta de dados foi iniciada somente após a submissão e aprovação da pesquisa pelo CEP/IFMT. A partir de então, foi realizada uma consulta na plataforma Nilo Peçanha com o propósito de se obter alguns dados sobre os estudantes surdos na Rede Federal.

Como os dados não foram encontrados na plataforma, foi necessário solicitar à DSAEstudantil e à PROEN do IFMT, além de consultar os profissionais tradutores e intérpretes de Libras que atuam nos *campi* da instituição. Por seguinte, as informações obtidas foram apresentadas por meio de figuras ou tabelas, análises e discussões dos resultados.

3.9.3 Etapa 3 – Mapeamento das percepções dos participantes da pesquisa

Esta etapa foi desenvolvida com o propósito de coletar informações sobre os estudantes egressos do EMI do IFMT quanto às suas vivências, reflexões e

percepções sobre temas relacionados ao mundo do trabalho, educação profissional e formação acadêmica.

Para a realização dessa etapa da pesquisa, o instrumento escolhido foi um roteiro para as entrevistas, com perguntas estruturadas e abertas. Detalhes adicionais sobre o conteúdo de cada questão pode ser observado na subseção “3.7.1 Roteiros para as Entrevistas”. Dessa maneira, a realização das entrevistas foi importante para a coleta de informações, que serviram de subsídio para o conteúdo de cada episódio do *vodcast*.

3.9.4 Etapa 4 – Desenvolvimento do Produto Educacional

A última etapa da pesquisa compreendeu o desenvolvimento do Produto Educacional e teve como finalidade registrar, por meio de vídeos, as informações compartilhadas pelos participantes quanto às motivações, percurso e percepções sobre a vida no contexto acadêmico e o mundo do trabalho.

Para tanto, foi desenvolvido um *vodcast* inclusivo, em que os participantes surdos foram entrevistados de forma presencial. O roteiro para as entrevistas (Apêndices F), composto por perguntas estruturadas e abertas, possibilitou ao participante refletir e compartilhar sobre suas experiências durante o EMI.

Após o desenvolvimento do Produto Educacional (*vodcast*), ele foi avaliado por uma amostra de 3 estudantes surdos matriculados no EMI do IFMT nos *campi* de (i) Guarantã do Norte e (ii) Lucas do Rio Verde. Para essa avaliação, os participantes assistiram aos episódios do *vodcast* e, posteriormente, responderam ao questionário de avaliação do Produto Educacional (Apêndice G).

Até o momento, foram descritos os caminhos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa e desenvolvimento do Produto Educacional. Na próxima seção são apresentados as discussões e os resultados da pesquisa.

4 UM *VODCAST* INCLUSIVO NO IFMT: O QUE REVELAM AS FALAS DOS ESTUDANTES SURDOS?

Esta seção tem o propósito de apresentar e discutir os resultados da pesquisa por meio de uma análise categorial, realizada a partir dos dados obtidos durante as entrevistas com os estudantes surdos, participantes deste estudo. Essa coleta de dados ocorreu entre os meses de junho e novembro de 2023 e foi realizada na cidade em que residem os estudantes.

De acordo com Bardin (2016), a análise categorial é realizada com base nas operações de desmembramento do texto em unidades, descritas como categorias que podem se reagrupar. Já as inferências sobre as categorias temáticas foram propostas pelo pesquisador, baseado nas respostas mais expressivas dos participantes da pesquisa.

Assim, esta pesquisa buscou compreender de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos egressos do Ensino Médio Integrado (EMI) do IFMT contribuíram para a sua escolha sobre sua formação acadêmica e carreira profissional. Para tanto, foi elaborado um Roteiro para a Entrevista (Apêndice F), que continha 10 (dez) perguntas abertas as quais os participantes respondiam por meio de uma entrevista gravada em Libras.

A partir das respostas obtidas durante a entrevista e após uma minuciosa observação do material, foi possível mapear as percepções dos participantes da pesquisa. As categorias temáticas identificadas emergiram de suas falas. Para a apresentação dos dados, foram criados 3 blocos temáticos (que se transformaram nas categorias primárias de análise temática), referentes a uma perspectiva cronológica sobre: (i) Antes de concluir o EMI, (ii) Durante o EMI no IFMT e (iii) Após concluir o EMI no IFMT.

A partir dessas categorias primárias, foram identificadas as categorias secundárias e terciárias, que emergiram das falas dos participantes. Essas categorias estão apresentadas no Quadro 3 e são detalhadas a seguir.

Quadro 3 – Categorias temáticas de análise criadas para classificar as respostas dos participantes da pesquisa

Categorias primárias	Categorias secundárias	Categorias terciárias
(1) Antes de concluir o EMI	(1.1) Planos de vida antes do EMI	(1.1.1) Curso superior
(2) Durante o EMI	(2.1) Participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão	(2.1.1) Pesquisa e Extensão
		(2.1.2) Eventos
	(2.2) Maiores desafios	(2.2.1) Falta de tradutor e intérprete de Libras
		(2.2.2) Comunicação nas interações na escola
		(2.2.3) Falta de material adaptado
	(2.3) Acessibilidade Geral (presença do tradutor e intérprete e atividades adaptadas)	(2.3.1) Prova adaptada
		(2.3.2) Palestras acessíveis
	(2.4) Percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar	(2.4.1) Gestos
		(2.4.2) Aplicativos *online*
		(2.4.3) Colegas perguntavam os sinais
		(2.4.4) Oralidade
	(2.5) História que marcou a sua vida durante o EMI	(2.5.1) Participação em projetos
		(2.5.2) Aulas presenciais e visitas técnicas
(3) Após concluir o EMI	(3.1) Após o EMI, optou por trabalhar ou estudar	(3.1.1) Estudar
	(3.2) Conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras	(3.2.1) Escolha do curso superior
	(3.3) Perspectivas futuras	(3.3.1) Curso de Letras-Libras
		(3.3.2) Mestrado
	(3.4) Conselho para quem deseja entrar no IFMT	(3.4.1) Colabora na preparação para o futuro
		(3.4.2) Diversas oportunidades

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Desse modo, no decorrer da análise, foram apresentados trechos de relatos obtidos nesta pesquisa, utilizando-se a letra A, seguida de um número (A1; A2 e; A3) para representar os alunos surdos participantes da pesquisa e garantir o seu anonimato nas respostas.

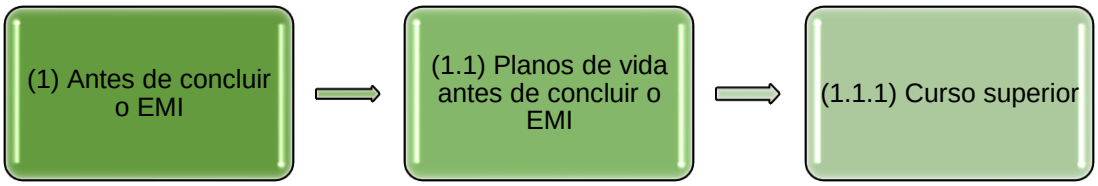
4.1 Antes de concluir o EMI

Nesta subseção são apresentados os resultados obtidos com as respostas da pergunta do primeiro bloco temático do roteiro para a entrevista (Apêndice F), das entrevistas dispostas no questionário 1 (Apêndice F), que corresponde ao primeiro

tópico da categoria primária – (i) Antes de concluir o EMI.

O tema proposto na primeira questão buscou compreender quais eram os planos de vida dos estudantes surdos antes de concluir o EMI. Como as respostas gravitaram em uma mesma direção, foram organizadas em, apenas, uma categoria secundária e uma terciária dispostas na Figura 6.

Figura 6 – Categoria temática de análise sobre os planos de vida antes de concluir o EMI



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Sobre esse tema, Klein (2011) acrescenta que ter planos futuros sobre sua vida pessoal envolve a criação de metas e de orientação para que os estudantes sejam bem direcionados ao longo de suas vidas. A partir da definição das categorias de análise, o Quadro 4 apresenta mais detalhes sobre a percepção dos estudantes surdos egressos do EMI sobre aos seus planos de vida antes do EMI.

Quadro 4 – Categoria temática de análise (1): Planos de vida antes do Ensino Médio Integrado

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(1.1) Planos de vida antes de concluir o EMI	(1.1.1) Curso superior	"Eu queria **fazer faculdade,** mas não sabia qual curso." (A1) "Eu tinha o sonho de **cursar Arquitetura,** até passei no vestibular." (A2) "Antes do EMI eu não sabia o que queria fazer de profissão ou **faculdade**, mas queria entrar no IFMT." (A3)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Por meio da análise de conteúdo, foi possível perceber que, antes do EMI, os estudantes surdos já tinham em seus planos a perspectiva de estudar para ingressar, futuramente, em algum curso superior.

Sobre essa questão, é importante mencionar que a presença de estudantes surdos em contextos universitários ainda é recente e decorre de diversos fatores, entre eles: o reconhecimento da Libras como uma língua oficial para a comunidade surda brasileira, com a criação da Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005); o aumento de propostas de políticas públicas de educação, na modalidade bilíngue, para os surdos, além do aumento da participação da comunidade surda em diferentes contextos da sociedade (Bisol *et al.,* 2010).

No Brasil, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), conforme salientem Sebastián-Herdero e Lara (2020). Enquanto resultado da ação, foi possível perceber um número expressivo de estudantes surdos matriculados no ensino superior. Um exemplo disso são os dados revelados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) (Brasil, 2013), que apontaram que, no ano de 2013, o número de estudantes surdos matriculados no ensino superior era de 1.488. Já no ano de 2023, as pesquisas demonstraram que, nas universidades, há 4.842 matrículas de estudantes surdos e 1.397 já concluíram os cursos (Brasil, 2023).

O aumento do número de estudantes surdos que buscam ingressar no ensino superior coloca em evidência a necessidade de ações inclusivas que estimulem a participação da comunidade surda em vestibulares, processos seletivos e outras formas de ingresso. Isso revela que os estudantes compreendem que o ingresso em um curso superior pode ser essencial para mudar a sua vida e sua realidade.

Demonstrados os resultados acerca dos planos de vida dos estudantes participantes da pesquisa, antes de concluírem o EMI, a próxima subseção traz as expectativas da trajetória durante o EMI.

4.2 Durante o EMI

Nesta subseção são descritas as subcategorias de análise da pesquisa, que foram identificadas no bloco da categoria primária (ii): Durante o EMI. Conhecer um pouco mais da trajetória dos estudantes surdos foi importante para se compreender de que forma os conhecimentos práticos e teóricos adquiridos por eles contribuíram para a sua formação crítica e participativa na sociedade.

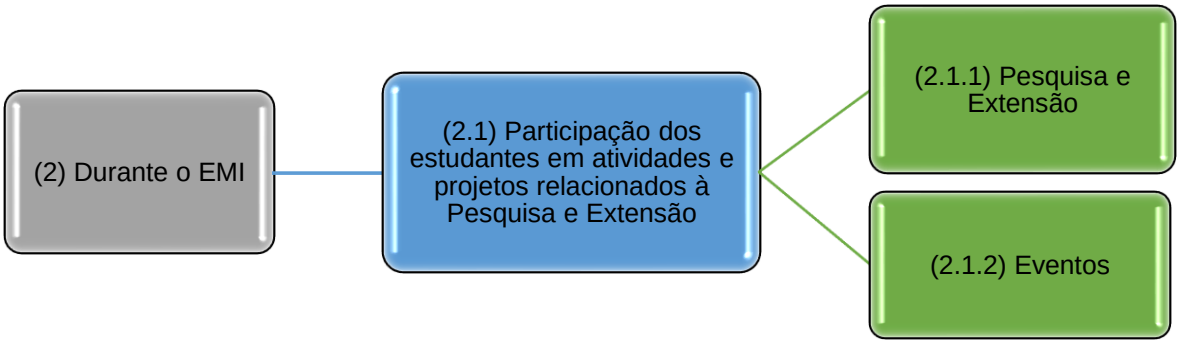
Assim, este bloco temático corresponde à segunda parte da entrevista

(Apêndice F), que conteve 5 (cinco) perguntas abertas, a fim de conhecer as vivências dos estudantes surdos durante o percurso acadêmico no EMI do IFMT. Os resultados da Análise de Conteúdo realizada com cada uma das perguntas são apresentados nas subseções a seguir.

4.2.1 Participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão

Sendo assim, a primeira pergunta deste bloco buscou compreender qual foi a percepção do estudante surdo quanto à sua participação em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão (2.1 – categoria secundária). Assim, as respostas foram organizadas em duas categorias terciárias de análise: (2.1.1) Pesquisa e Extensão; e (2.1.2) Eventos (dispostas na Figura 7).

Figura 7 – Categoria temática de análise sobre a participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Dessa forma, após definidas as subcategorias de análise, alguns relatos foram organizados e detalhados no Quadro 5.

Quadro 5 – Categoria temática de análise (2.1): Participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(2.1) Participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão	(2.1.1) Pesquisa e Extensão	"Os professores sabiam Libras e me convidaram para participar como **voluntário em 2 projetos;** e um deles (na APAE) tinha remuneração." (A 1) "Eu participei com o professor <omitido para publicação>, que criou o **projeto de instrumentalização para pessoas surdas**." (A 2)
	(2.1.2) Eventos	"Eu já viajei para **apresentar trabalho**; o IFMT que pagou tudo. [...] Também participei de **palestras** sobre a área agrícola que eu estudava." (A1) "Viemos **apresentar o projeto** aqui em Cuiabá, no **Workif**. Foi tudo muito legal!" (A2)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A respeito das respostas obtidas na categoria terciária "(2.1.1) Pesquisa e Extensão", foi possível perceber que o IFMT proporcionou diversas atividades às quais os estudantes surdos tiveram acesso. Além disso, verificou-se que tiveram projetos voltados diretamente para a comunidade surda, contribuindo significativamente para o aprendizado, interação e inclusão desses alunos na comunidade escolar.

Por meio dessas atividades, os Institutos Federais proporcionam espaços que favoreçam as vivências e de trocas de experiências e saberes, além da reflexão crítica dos participantes (IFMT, 2013a). Por isso, é importante que sejam tecidas propostas de projetos inclusivos para que todos os estudantes consigam participar em condições de igualdade.

Dessa maneira, a partir dos relatos coletados na pesquisa, foi possível compreender que participar das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão são essenciais para todos os estudantes, sobretudo o surdo. Por meio dessas ações, é possível trocar e compartilhar conhecimentos, além de reconstruir ideias que somente a pesquisa e a extensão nos proporcionam (Diehl; Terra, 2017).

Entender as propostas do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão como ferramentas para construção do conhecimento, evidencia que essas ações não podem ser meramente pontuais. A escola deve sempre promover e divulgar as atividades realizadas na escola, pois fortalece seu papel institucional e destaca o protagonismo do estudante no processo de ensino aprendizagem (SEDUC, 2021).

Além disso, foi possível perceber que a participação nas atividades existentes

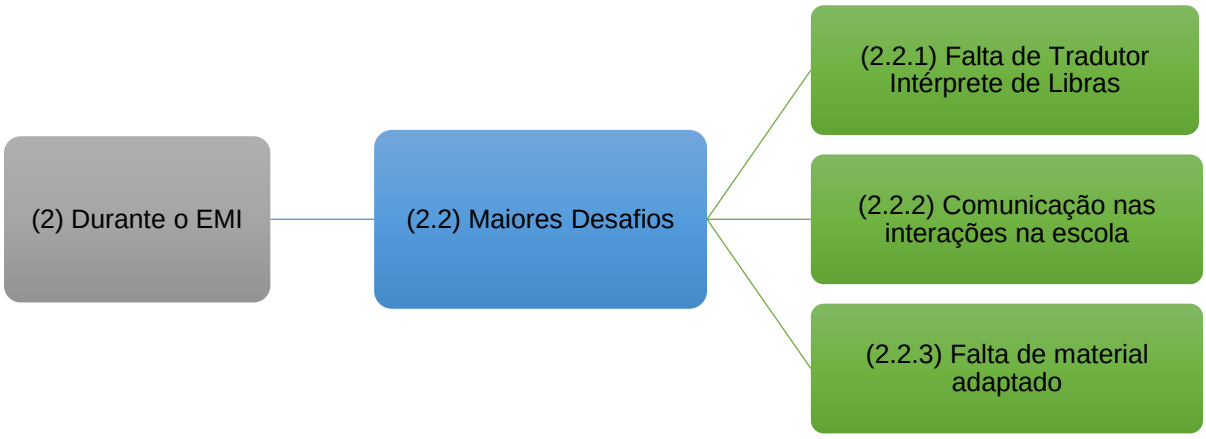
na escola é fundamental para que o estudante se sinta pertencente à instituição. Além disso, sua plena participação nas atividades propostas contribui para além de sua dimensão intelectual, favorecendo o aperfeiçoamento de aspectos físicos, sociais, emocionais e culturais, portanto, uma formação integral (Brasil, 2018).

Referente à categoria terciária de análise "(2.1.2) Eventos", notou-se que, durante sua passagem pelo EMI, alguns estudantes surdos participaram de eventos organizados pelo IFMT, (como o Workif) e, além disso, representaram a instituição em apresentação de trabalhos e projetos em ambientes externos do IFMT (como eventos ligados à área de estudo do aluno).

4.2.2 Maiores desafios

Uma vez que se tenha conhecimento sobre a participação dos estudantes em atividades e projetos relacionados à Pesquisa e Extensão (2.1), a próxima categoria secundária de análise (2.2 – disposta na Figura 8) apresenta as respostas dos estudantes surdos sobre os maiores desafios encontrados quanto à acessibilidade linguística durante o seu percurso no EMI do IFMT.

Figura 8 – Categoria temática de análise sobre os maiores desafios enfrentados quanto à acessibilidade linguística



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após mapeadas as categorias terciárias de análise, os relatos dos estudantes surdos entrevistados foram organizados e detalhados no Quadro 6 apresentado a seguir.

Quadro 6 – Categoria temática de análise (2.2): Maiores desafios

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(2.2) Maiores Desafios	(2.2.1) Falta de tradutor e intérprete de Libras	“Em **reunião** ou **conversa particular** com a direção; quando preciso ir ao **psicólogo** ou quando a intérprete **não vai à aula.**" (A1) “Se não tem intérprete na escola, **não tem comunicação.”** (A1)
	(2.2.2) Comunicação nas interações na escola	“Às vezes acontece alguma coisa e eu fico com **vergonha de falar na presença da intérprete**.” (A1) “Quando entrei no IFMT **ninguém sabia Libras** e **eu não me comunicava com ninguém**.” (A2) “A maior dificuldade era a **comunicação para aprender as disciplinas**, por exemplo <omitido para publicação.” (A3)
	(2.2.3) Falta de material adaptado	"Não tinham **atividades adaptadas**." (A2)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Analisando as respostas na categoria de análise terciária “(2.2.1) Falta de tradutor e intérprete de Libras”, foi possível observar que os participantes citam a necessidade da presença do profissional tradutor e intérprete de Libras, no contexto do IFMT, para colaborar na interação e integração do estudante surdo.

Sobre esta necessidade do profissional tradutor e intérprete de Libras na escola, a legislação garante o direito linguístico dos estudantes surdos, recomendando que seu aprendizado ocorra por meio de sua língua materna (Libras). Pode-se mencionar, como exemplo, o Inciso IV, do Art. 28, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), que:

> Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
> [...]
> IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; capítulo IV, inciso IV, defende a oferta de educação bilíngue, com a Libras como primeira língua e a modalidade escrita do português como segunda língua, em escolas e classes bilíngues, bem como em escolas inclusivas.

Dessa forma, constata-se que a presença de um profissional tradutor e intérprete de Libras, no contexto escolar, torna-se essencial para contribuir para a diminuição das barreiras de comunicação. Para Albres (2010), o intérprete pode colaborar, orientando algumas adaptações no trabalho do professor com os alunos

surdos, e, além disso, seus conhecimentos podem ajudar na superação dos desafios presentes na escola.

Em relação à categoria terciária de análise “(2.2.2) Comunicação nas interações na escola”, ficou evidente que um dos maiores desafios para os estudantes surdos participantes da pesquisa foi a falta de comunicação e interação com os professores, com os colegas ou com qualquer outra pessoa, no ambiente escolar, sem a presença do tradutor e intérprete de Libras. Isso demonstra que o estudante entrevistado acabou dependendo da presença do intérprete para conseguir ter acesso inclusivo e acessível aos diversos ambientes da instituição.

Referente aos índices da Educação Especial no Brasil, o Censo Escolar realizado pelo INEP (Brasil, 2013) apontou que, no ano de 2013, havia 648.921 estudantes com algum tipo de deficiência ou transtorno matriculados na Educação Especial em classes comuns de ensino.

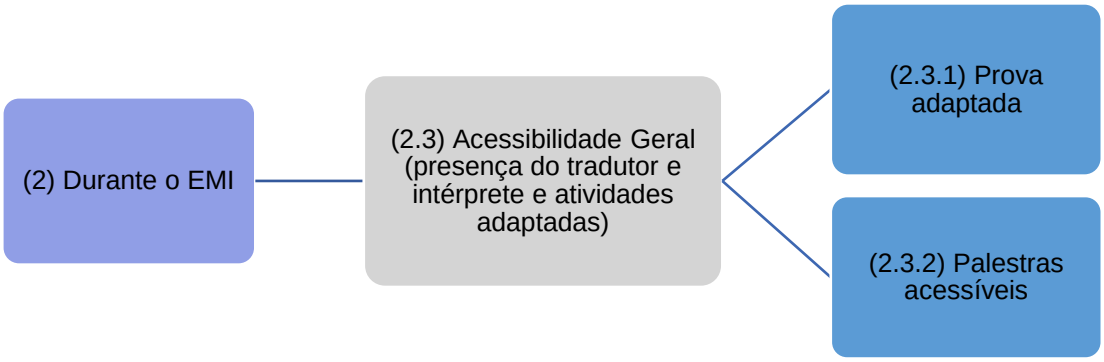
As estatísticas coletadas no Censo Escolar 2023 (Brasil, 2024b) revelaram um aumento no número de matrículas, chegando ao total de 1.372.985 estudantes com deficiência. Esse crescente número de alunos surdos, frequentando a escola regular, reforça a necessidade de que a escola precisa pensar em um currículo que atenda às necessidades específicas desses estudantes (Meletti; Bueno, 2010).

Além do mais, o conteúdo da resposta apresentada pelo estudante (A2) no subitem (2.2.3) "Não tinham *atividades adaptadas*.", reforça a necessidade dos professores e da direção escolar de buscarem estratégias para atender às necessidades educacionais de cada estudante. Uma alternativa possível é a capacitação dos professores, garantindo que eles estejam preparados para o atendimento desses alunos na promoção de um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

4.2.3 Acessibilidade Geral

A próxima pergunta feita aos estudantes surdos, abordou a acessibilidade de forma geral, na escola, como a presença do profissional tradutor e intérprete de Libras e atividades adaptadas (2.3 – categoria secundária). As respostas foram organizadas em três categorias terciárias de análise e são apresentadas na Figura 9.

Figura 9 – Categoria temática de análise sobre a acessibilidade geral (presença do tradutor e intérprete e atividades adaptadas)



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Como resposta, os participantes relataram situações em que se sentiram atendidos durante a prática de algumas ações inclusivas, como a adaptação em provas e a presença dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras para a acessibilidade em palestras, conforme evidenciado no Quadro 7.

Quadro 7 – Categoria temática de análise (2.3): Acessibilidade Geral (presença do tradutor e intérprete e atividades adaptadas)

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(2.3) Acessibilidade Geral (presença do tradutor e intérprete e atividades adaptadas)	(2.3.1) Prova adaptada	"**Prova adaptada** tinha, principalmente na disciplina de <omitido o nome da disciplina>." (A1) "Depois que chegou a intérprete, teve **adaptação nas provas** e apresentações." (A2)
	(2.3.2) Palestras acessíveis	"Se tivesse algum evento, eu era avisado antes e havia a interpretação." (A1)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Ao analisar as respostas dos participantes da pesquisa, foi possível constatar que os estudantes surdos, participantes da pesquisa, tiveram, ao longo de sua jornada no EMI, alguma atividade adaptada e vivenciaram ações acadêmicas acessíveis (eventos).

Outro fator que chamou a atenção, foi que nem todos os docentes dos

estudantes surdos, participantes da pesquisa, estavam utilizando adaptações em atividades de ensino (como avaliações); no entanto, essa situação se reverteu após a chegada de uma profissional tradutora e intérprete de Libras, no *campus* em questão.

Quando se fala em inclusão de um estudante com alguma deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) foi um marco importante para o avanço dos direitos das pessoas com deficiência, pois contribuiu para a garantia dos direitos a todos os estudantes, com deficiência ou não, para que não sofra qualquer tipo de discriminação, buscando o pleno desenvolvimento do aluno.

Além disso, com a criação desta Lei, ficou esclarecido que as unidades escolares devem incluir, em seus componentes curriculares, ações e metas que colaborem para a eliminação das barreiras, como na comunicação, e que haja uma real atenção nas adaptações das atividades que permeiam o ambiente escolar. Outro ponto descrito no Inciso III, do Art. 28, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), esclarece que:

> III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015).

A proposta de educação escolar inclusiva é um desafio para todos. Vale ressaltar que a responsabilidade das adaptações curriculares não cabe apenas aos professores (Bernardino, 2018); mas, também, a todos os atores e instâncias que compõem o ambiente escolar. A construção de uma escola mais inclusiva é um esforço coletivo que exige a participação de todos no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos.

No âmbito do IFMT, no ano de 2022, foi instituída a Resolução nº 88/2022 (IFMT, 2022), que criou a Política de Educação Inclusiva para Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas. Dentre os objetivos dessa Política de Educação Inclusiva do IFMT, constantes no Art. 2º do anexo deste instrumento normativo, consta o seguinte:

> V - incentivar e promover estratégias de acompanhamento pedagógico para a realização das adaptações curriculares e provas adaptadas quando necessário, para estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas;

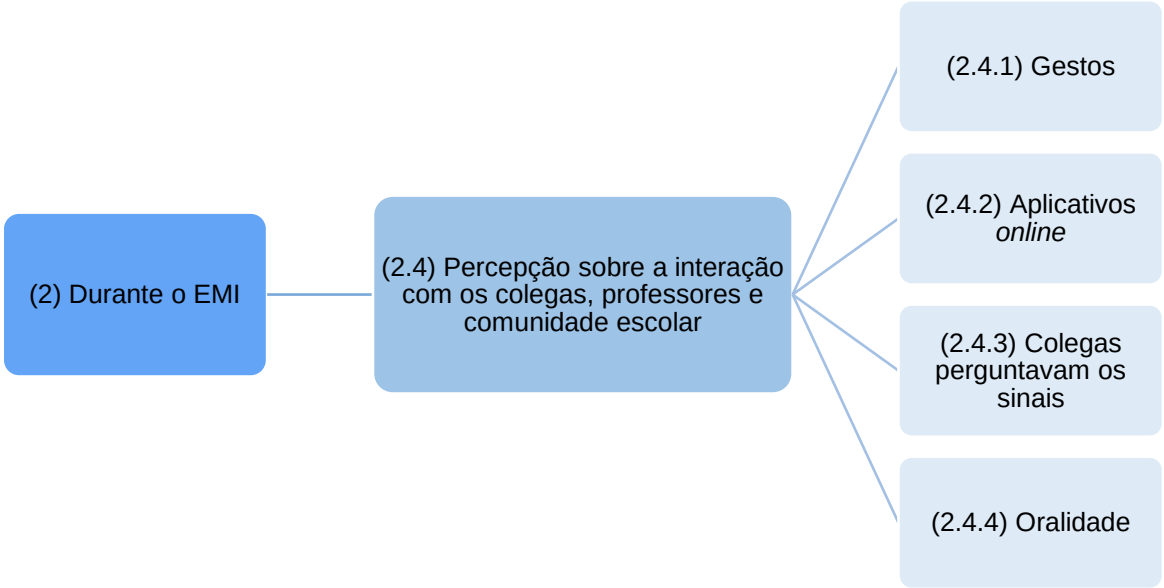
Além disso, no ano de 2023, o IFMT adotou em suas diretrizes de ensino um novo regulamento para os procedimentos em prol da inclusão, sendo a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), que traz orientações sobre o acompanhamento e a avaliação de estudantes com necessidades educacionais específicas. A Instrução Normativa nº 2/2023 – RTR-DSAE/RTR/IFMT (IFMT, 2023) estabeleceu a necessidade de se realizar a flexibilização e as adaptações curriculares relativas às singularidades dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Portanto, é de grande pertinência que a instituição promova espaços de formação voltados para a educação inclusiva, de maneira que o atenda às necessidades educacionais da comunidade surda estudantil.

4.2.4 Percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar

Por seguinte, para corroborar esta pesquisa, foi questionado aos estudantes surdos quais foram suas percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar. As respostas foram organizadas em quatro categorias terciárias de análise e são apresentadas na Figura 10.

Figura 10 – Categoria temática de análise sobre as percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Dessa forma, após definidas as subcategorias de análise, alguns relatos foram organizados e detalhados no Quadro 8.

Quadro 8 – Categoria temática de análise (2.4): Percepções sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(2.4) Percepção sobre a interação com os colegas, professores e comunidade escolar	(2.4.1) Gestos	"Quando entrei, as pessoas se **comunicavam em gestos**." (A1)
	(2.4.2) Aplicativos *online*	"A **conversa era feita por aplicativo** de mensagem." (A2)
	(2.4.3) Colegas perguntavam os sinais	"Os meus colegas sempre perguntavam **qual era o sinal das palavras**." (A1)
	(2.4.4) Oralidade	"Às vezes o **diretor falava usando a oralidade**." (A2)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A partir dos relatos obtidos, foi possível compreender que, durante o percurso no EMI, alguns estudantes tiveram a necessidade de utilizar diferentes mecanismos comunicacionais para conseguir interagir com a comunidade estudantil.

Em relação às percepções dos estudantes registradas na categoria terciária "(2.4.1) Gestos", observou-se que os integrantes da comunidade escolar desconheciam os sinais da Libras, pois os estudantes surdos tiveram que utilizar de artifícios gestuais para conseguirem se comunicar com os demais colegas, professores e outros indivíduos.

De acordo com Quadros, Cerny e Pereira (2008), a Libras é uma modalidade de língua que se utiliza de uma comunicação gestual-visual, em que é possível haver o uso de gestos, expressões faciais e corporais. A autora complementa, dizendo que a organização do vocabulário nas línguas de sinais se mistura com a organização dos gestos, pois se apresentam na mesma modalidade.

Ademais, é necessário esclarecer que a Libras tem seu *status* de língua, pois é composta por sinais ideológicos e possui uma gramática própria, formando um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Ao que se referente à Análise de Conteúdo da categoria terciária "(2.4.2)

Aplicativos *online*", nota-se que o uso dos aplicativos de mensagens *online* foi uma das maneiras utilizadas pelos estudantes surdos para se comunicarem com os colegas, professores e toda a comunidade escolar.

Dessa forma, compreende-se que o uso das tecnologias de informação e comunicação, como ferramenta de apoio no ambiente escolar, pode colaborar para potencializar o processo de ensino e aprendizagem, desde que utilizada enquanto uma ferramenta que contribui para a inclusão. Nesse sentido, Sousa (2021) discute que o uso das tecnologias, por si só, não transmite aos alunos surdos o sentimento de inclusão e que tenham acesso aos ambientes inclusivos e atividades em Libras. É necessário que todos tenham o conhecimento mínimo da Libras no processo inclusivo.

Além disso, os autores Corrêa, Silva e Batista, (2019) debatem que a intensificação do uso das TDICs, como o aplicativo *WhatsApp,* se tornou um recurso móvel bastante utilizado pelas pessoas surdas. Neste sentido, aliar os aplicativos digitais com as práticas pedagógicas acessíveis em Libras, no ambiente escolar, pode contribuir para a promoção de novas práticas de inclusão no IFMT.

No que tange às respostas apresentadas na categoria terciária "(2.4.3) Colegas perguntavam os sinais", foi possível detectar que uma das formas do estudante surdo interagir com os colegas da turma era no momento em que os colegas perguntavam os sinais em Libras.

Sobre este ponto, Franco (2016) evidencia que a falta de comunicação e interação em Libras no ambiente escolar pode trazer algum prejuízo no desenvolvimento social e educacional do estudante surdo. Além disso, acrescenta que a ausência da comunicação entre o professor e os estudantes, e destes com os colegas, pode trazer diversos desafios, sendo o maior deles a falta de interação. É justamente em função dessa realidade que emerge a importância do conhecimento da Libras no ambiente escolar, que deve ser aprendida tanto pelo professor, quanto pelos demais colegas.

Por outro lado, destaca-se que, em sala de aula, é fundamental que o estudante surdo tenha oportunidades de interação com os demais colegas. A presença do estudante surdo no ambiente escolar não só contribui para o aprendizado coletivo, como também desperta o interesse dos colegas ouvintes em aprender a língua de sinais, promovendo, assim, a interação social e a inclusão.

Nesse sentido, é importante que a escola proporcione ações de orientação e atividades inclusivas com todas as pessoas que trabalham na instituição, desde os

anos iniciais até o ensino superior. Uma ideia sugerida por Mantoan (2015) é que as instituições proporcionem uma formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva para apoiar o corpo docente em suas práticas pedagógicas.

O último ponto de discussão referiu-se à categoria terciária de análise "(2.4.4) Oralidade[9]", que é uma das maneiras de se comunicar no ambiente escolar do IFMT mencionada pelo estudante surdo (A2). Sobre esse tema, é preciso esclarecer que, no Brasil, mesmo que a língua oficial das relações institucionais seja a língua portuguesa, a principal forma de comunicação e interação social com uma pessoa surda é por meio da Libras.

Além disso, em alguns momentos, é possível utilizar a oralidade para a comunicação com uma pessoa surda. Sobre esse assunto, é importante mencionar que existe uma diferença cultural e linguística entre ser uma pessoa surda[10] e alguém com deficiência auditiva.[11]

Outro ponto para se destacar é as estatísticas coletadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Censo Escolar do ano 2022, que apontam que cerca de 61.594 alunos, com alguma deficiência relacionada à surdez, se matricularam nas classes regulares de ensino (que reúnem estudantes com e sem deficiência). Além disso, distingue-se esses estudantes em três perfis: surdos, com deficiência auditiva, e surdo-cegos.

Portanto, é importante que o IFMT conheça o perfil dos estudantes que ingressam no EMI e, com os dados coletados, crie ações e estratégias para que todos os estudantes, sobretudo os surdos, possam ser acolhidos e incluídos na comunidade escolar.

4.2.5 História que marcou a sua vida durante o EMI

Para finalizar esta categoria terciária de análise "(2) Durante o EMI", na pergunta seguinte, os participantes relataram uma história que marcou suas vidas durante o percurso acadêmico no EMI do IFMT (2.5 – categoria secundária). As

---

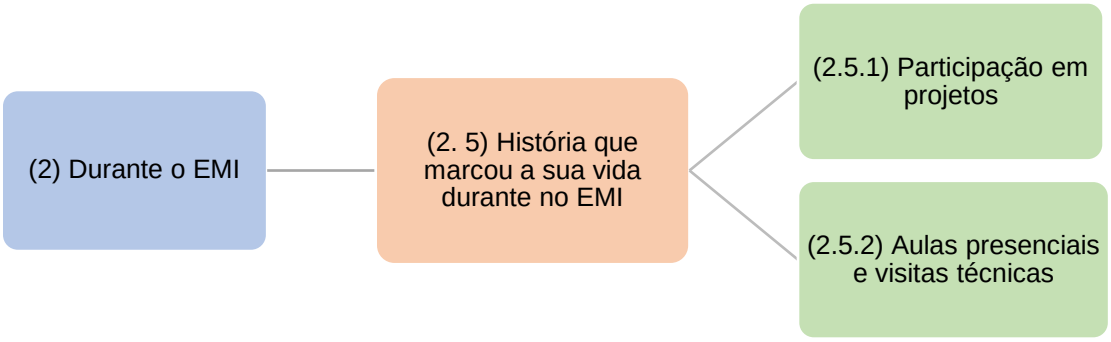
[9] Método utilizado pela fonoaudiologia para o exercício e treinamento da fala para as pessoas com deficiência auditiva (Marcuschi, 2001).

[10] As pessoas surdas compreendem e interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Brasil, 2005).

[11] As pessoas denominadas "deficiente auditiva" podem utilizar diversos recursos para estabelecer a comunicação, incluindo o uso da oralidade e leitura labial (Brasil, 2005).

respostas foram organizadas em duas categorias terciárias de análise e estão demonstradas na Figura 11.

Figura 11 – Categoria temática de análise sobre uma história que marcou sua vida durante o EMI



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Dessa maneira, após o mapeamento dessas categorias terciárias de análise, alguns estudantes relataram que as histórias mais marcantes, durante sua jornada no EMI do IFMT, estavam relacionadas ao retorno às aulas presenciais, como as atividades acadêmicas e eventos e estão detalhados no Quadro 9.

Quadro 9 – Categoria temática de análise (2.5): História que marcou a sua vida durante do EMI

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(2. 5) História que marcou a sua vida durante do EMI	(2.5.1) Participação em projetos	"Quando recebi uma bolsa para ensinar Libras em um **projeto de extensão**" (A1); "Quando eu criei um **projeto** sobre a comunidade negra e apresentei para todos." (A2)
	(2.5.2) Aulas presenciais e visitas técnicas	"**O retorno da aulas** pós Covid-19, com a presença de professores, alunos e também as **visitas técnicas.**" (A3)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Questionados sobre alguma história que marcou a vida do estudante surdo, durante a sua trajetória no EMI, os aspectos citados estavam relacionados à participação em projetos no ambiente escolar, em visitas técnicas e o retorno às aulas presenciais pós Covid-19.

Com isso, alguns estudantes entrevistados relataram que, de alguma forma,

participaram das atividades práticas, seja em projetos de Pesquisa e Extensão ou visitas técnicas, durante sua trajetória no IFMT. Isso demonstra que essas atividades promovidas pelo IFMT são importantes contribuições para que o estudante vivencie todas as práticas pedagógicas, dentro da instituição.

Participar de alguma dessas ações pode contribuir para que o estudante, ao chegar ao último ano do EMI, consiga refletir sobre sua futura vida acadêmica e profissional. Além disso, vai ao encontro da concepção de formação humana integral do estudante, que se constitui na integração de toda a dimensão do processo formativo do estudante surdo, buscando a formação omnilateral.

> Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p. 85).

A escola torna-se um ambiente em que os estudantes passam boa parte de suas vidas, interagindo e compartilhando saberes sociais com diversas pessoas (Silva; Ferreira, 2014). Portanto, o espaço escolar pode ter um papel fundamental para proporcionar a seus estudantes, surdos e ouvintes, o desenvolvimento de saberes e experiências que podem colaborar tanto na tomada de decisões quanto no seu futuro acadêmico profissional.

Uma vez que já se tem uma visão geral sobre as percepções dos participantes da pesquisa durante o EMI, volta-se o olhar para as partilhas realizadas acerca das vivências após concluir esta etapa do ensino, como disposto a seguir.

4.3 Após concluir o EMI

Nesta última subseção da pesquisa, são apresentados os resultados mapeados para esta categoria primária de análise, que correspondeu à terceira parte do questionário, contendo 4 (quatro) perguntas abertas, com o objetivo de desvelar as experiências que os estudantes surdos egressos tiveram após concluir o EMI no IFMT.

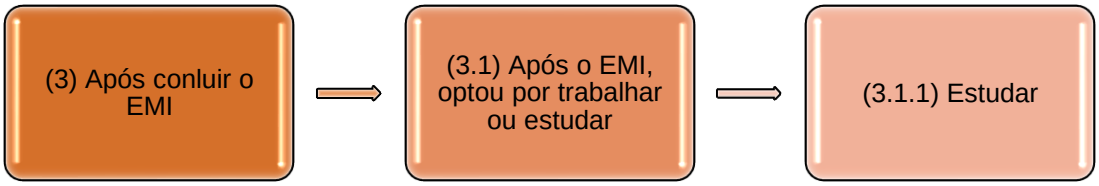
Cada uma dessa perguntas gerou uma categoria secundária de análise: (3.1) Após o EMI, optou por trabalhar ou estudar; (3.2) Conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras; (3.3) Perspectivas futuras; e (3.4) Conselho

para quem deseja entrar no IFMT. O detalhamento de cada uma delas é descrito a seguir.

4.3.1 Após o EMI, optou por trabalhar ou estudar

Compreende-se que a fase de estudos no ensino médio é um momento de grandes transformações para jovem, que podem contribuir para a conquista da sua autonomia, identidade e tomada de importantes decisões (Nosella, 2009). Portanto, a primeira pergunta deste bloco temático buscou compreender se os estudantes surdos, após concluírem o EMI no IFMT, optaram por trabalhar ou continuar os estudos. Como as respostas desta categoria secundária gravitaram em uma mesma direção, elas foram organizadas na Figura 12.

Figura 12 – Categoria temática de análise sobre se, após o EMI, optou por trabalhar ou estudar



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após a definição da subcategoria de análise, o Quadro 10 apresenta alguns dos relatos coletados sobre a escolha do estudante surdo entre continuar os estudos ou ingressar no mundo do trabalho após concluir o EMI.

Quadro 10 – Categoria temática de análise (3.1): Após o EMI, optou por trabalhar ou estudar

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(3.1) Após o EMI, optou por trabalhar ou estudar	(3.1.1) Estudar	"Eu optei por **estudar**. Minha mãe sempre me falou, para primeiro me formar para depois trabalhar." (A1) "Fiquei na dúvida, mas uma intérprete me incentivou a **estudar** na faculdade de Letras-Libras." (A2) "Eu optei por **estuda**r em casa, fazer cursinho." (A3)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Observando as respostas apresentadas no Quadro 10, foi possível observar que os estudantes participantes da pesquisa, após concluírem o EMI no IFMT, optaram por continuar os estudos. As motivações relatadas para essa continuidade foram diversas, incluindo o apoio da família, o incentivo da intérprete de Libras e a possibilidade de estudar em casa. Isso indica que os estudantes surdos participantes da pesquisa estão empenhados em se qualificar e completar as etapas subsequentes de seus estudos antes de ingressarem, de fato, no mundo do trabalho.

Diante desse cenário, constata-se que o ensino médio é um momento de transição, movido por grandes questões internas que envolvem seu futuro pessoal e profissional. De acordo com Magalhães, Maciel e Moraes (1993), a escolha da profissão se entrelaça com o período da adolescência, uma fase marcada por transformações físicas, emocionais e sociais. Nesse período de amadurecimento ao concluir o ensino médio, os jovens enfrentam o desafio de tomar uma decisão que impactará significativamente suas vidas.

De forma complementar, Malacarne *et al.* (2007) chamam a tenção para o fato de que é importante considerar que a escolha profissional dos estudantes está condicionada a diferentes fatores que podem influenciar suas decisões, como as expectativas familiares, as situações sociais, culturais e econômicas, o acompanhamento do profissional tradutor e intérprete de Libras, as oportunidades educacionais, as perspectivas profissionais da região onde residem e as próprias motivações dos sujeitos.

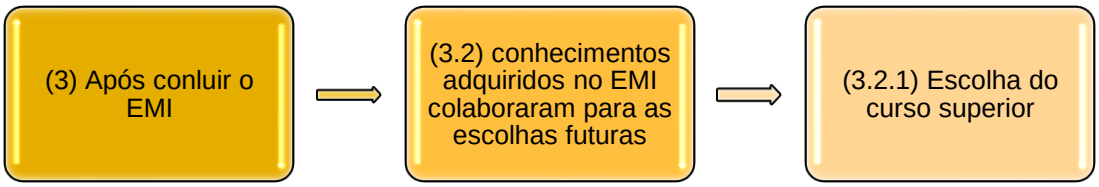
Nesse sentido, o período do ensino médio é um momento propício para que os estudantes surdos reflitam sobre as diversas oportunidades disponíveis e se preparem para alcançar seus objetivos futuros, tanto pessoais quanto profissionais. Para tanto, é importante que a escola realize a oferta de ensino para todos, para que haja uma verdadeira formação omnilateral (Moura, 2013).

Desse modo, com base nas respostas coletadas dos participantes da pesquisa, nota-se que o IFMT tem se mostrado um ambiente propício para que os estudantes surdos planejem suas vidas após o EMI, uma vez que a instituição oferece as condições necessárias para uma maior imersão em conhecimentos práticos, como visitas técnicas e projetos de extensão, preparando-os para o ensino superior e futuras oportunidades profissionais.

4.3.2 Conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras

Uma vez que se tem conhecimento sobre quais foram as escolhas profissionais e pessoais dos egressos surdos do EMI do IFMT, a próxima categoria secundária de análise (3.2) buscou compreender se os conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras dos estudantes participantes da pesquisa, como pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 – Categoria temática de análise sobre como os conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A partir de uma imersão nas respostas dos participantes, foi possível identificar relatos em eles discutiram se os conhecimentos adquiridos no EMI contribuíram as suas escolhas futuras (como apresentado no Quadro 11).

Quadro 11 – Categoria temática de análise (3.2): Conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(3.2) Conhecimentos adquiridos no EMI colaboraram para as escolhas futuras	(3.2.1) Escolha do curso superior	"Tinha medo de me arrepender da escolha do **curso** [superior], mas estudar no IFMT me ajudou na escolha." (A1) "[...] com o incentivo da intérprete eu passei no **curso Letras-Libras**." (A2) "No IFMT [...] fazíamos simulados, práticas e **provas preparatórias** para o ENEM." (A3)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após a análise das respostas coletadas, verificou-se que os conhecimentos adquiridos durante o EMI no IFMT influenciaram na escolha de um curso superior e

que a maioria dos entrevistados optaram por realizar o curso superior Letras-Libras.

Antes de adentrar essa discussão, vale refletir que, ao longo das últimas duas décadas, tem-se aumentado os debates, as legislações e os direitos acerca da educação bilíngue para os estudantes surdos. Um exemplo foi a criação da Política Nacional de Inclusão (Brasil, 2008c): desde a sua criação, o número de estudantes surdos que tiveram êxito na educação básica ampliou e, com isso, seu interesse e acesso ao ensino superior (Junqueira; Lacerda, 2019).

No Brasil, para assegurar os direitos educacionais da comunidade surda nos diferentes níveis de ensino, tem sido de suma importância a participação e o protagonismo surdo, sobretudo no delineamento de políticas públicas direcionadas a esses estudantes. De acordo com Silva (2023), a comunidade surda tem se organizado social e politicamente, contribuindo para a tomada de decisões acerca dos processos sociais e educacionais voltados aos surdos. Uma conquista significativa no acesso ao ensino superior para os estudantes surdos foi a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em Libras, a partir de 2017. Essa medida facilitou a participação desses estudantes no exame, garantindo uma avaliação mais acessível.

Mesmo sendo um avanço, somente a garantia de acesso em Libras ao ensino superior, não é o suficiente para que o estudante seja incluído. Faz-se necessário criar estratégias para a permanência e êxito destes alunos, considerando que, muitas vezes, no ensino superior, a falta de adaptação e a exigência das atividades acadêmicas propostas pelos docentes, podem levar ao fracasso e à desistência de muitos estudantes surdos (Maia, 2016). De acordo com Mesquita (2018), ainda há barreiras no acesso de estudantes surdos às universidades. Conforme o autor, mesmo havendo um movimento a favor da democratização do acesso ao ensino superior, são poucas as oportunidades oferecidas aos surdos que atendam às suas especificidades linguísticas.

O IFMT possui uma política de atendimento aos estudantes, com o intuito de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior. Além disso, ele fomenta de estratégias para reduzir as taxas de retenção e evasão, além de contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (IFMT, 2019a).

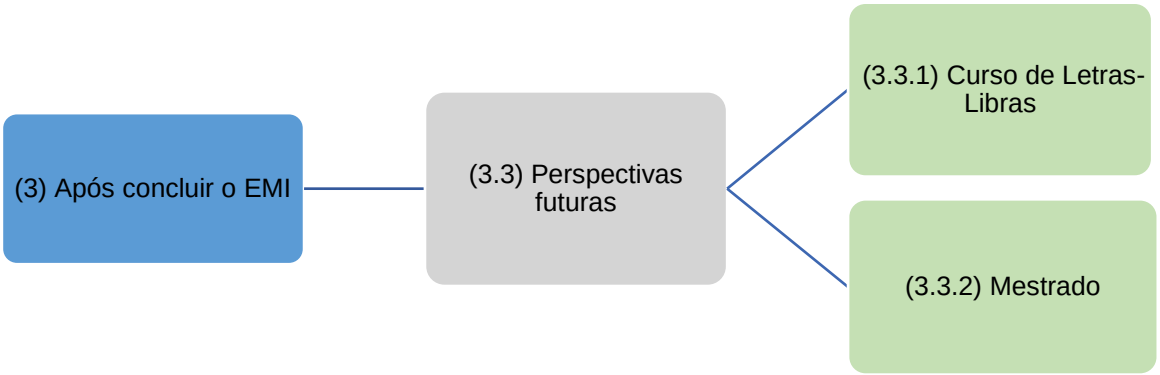
A partir dos relatos emanados desta pesquisa, observa-se a necessidade da criação e manutenção de políticas voltadas para a permanência e êxito de estudantes

surdos, acompanhando-os e preparando-os para enfrentar os desafios da vida acadêmica.

4.3.3 Perspectivas futuras

Após compreender de que forma os conhecimentos adquiridos no IFMT colaboraram para a escolha de um curso universitário, a próxima categoria secundária de análise (3.3) apresenta as respostas dos estudantes surdos sobre suas perspectivas futuras, que foram organizadas em duas categorias de análise e estão demonstradas na Figura 14.

Figura 14 – Categoria temática de análise sobre as perspectivas futuras



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Os participantes relataram que pretendem, enquanto perspectivas futuras, ingressar futuramente em uma universidade ou continuar na pós-graduação, conforme destacado no Quadro 12.

Quadro 12 – Categoria de análise temática (3.3): Perspectivas futuras

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(3.3) Perspectivas futuras	(3.3.1) Curso de Letras-Libras	"Mas estudar no IFMT me ajudou na escolha do **curso de Letras-Libras**." (A1) "Eu já me formei no **curso de Letras-Libras**." (A2) "Eu pretendo estudar no curso de Letras-Libras ou fazer Medicina." (A3)
	(3.3.2) Mestrado	"Após terminar a faculdade eu quero entrar **no mestrado** e, se eu puder, no doutorado também." (A1) "Já formei na faculdade, mas quero fazer uma **pós-graduação ou mestrado** na área de Pedagogia bilíngue." (A2)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Por meio das respostas coletadas, foi possível observar que na categoria terciária de análise, "(3.3.1) Curso de Letras-Libras", todos os estudantes entrevistados têm como perspectiva futura cursar ou concluir uma graduação no curso de Letras-Libras.

Para iniciar esta discussão, vale destacar que o curso de Letras-Libras foi criado no Brasil no ano de 2006, sob as orientações do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005). Coube às instituições de ensino superior o solicitar ao Ministério da Educação a autorização para a implementação de cursos de Licenciatura em Libras e Especialização em Tradução e Interpretação de Libras e língua portuguesa. Como exemplo, pode-se mencionar a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que criou o primeiro curso de Letras-Libras no Brasil, na modalidade de educação à distância (EaD), voltado para as pessoas surdas (Quadros, 2014).

Além disso, o Decreto nº 5.626 prevê que este curso tenha como público-alvo instrutores surdos de Libras e surdos fluentes em Libras. Assim, a prioridade é para estudantes com algum tipo de surdez e, por seguinte, ouvintes fluentes em Libras que tenham concluído o ensino médio.

De acordo com Quadros, Cerny e Pereira (2008), os professores formados em Letras-Libras atuarão na formação de professores em nível universitário, de fonoaudiólogos e na formação básica de alguns alunos surdos e ouvintes. No ambiente acadêmico, os surdos são postos em tom de igualdade com estudantes ouvintes, e esse novo posicionamento pode contribuir para o aumento da autoestima e valorização da comunidade surda, da sua identidade e o fortalecimento de sua cultura (Quadros; Cerny; Pereira, 2008).

Já na Rede Federal, o curso de Letras-Libras é uma realidade apenas em algumas unidades país, como no Instituto Federal do Norte de Minhas Gerais (IFNMG) e no IF Baiano. No IFMT, até o momento, ainda não há nenhuma previsão de proposta que abranja a abertura desse curso, visto que, para a sua implementação, é necessário uma série de adequações no planejamento pedagógico, curricular e estrutural.

Referente à categoria terciária de análise “3.3.2 Mestrado”, as respostas coletadas evidenciaram que, mesmo existindo ainda algumas barreiras, os estudantes surdos continuam buscando avançar em sua escolarização por meio do ingresso no ensino superior e, em especial, na pós-graduação.

A ampliação do acesso à pós-graduação foi uma conquista obtida em função de alguns fatores, como a valorização de pesquisas sobre a Libras e Educação de Surdos; a ampliação do número de tradutores e intérpretes de Libras nas universidades; e a procura de novos materiais (Monteiro, 2017). Além disso, o autor destaca que essas ações colaboram com a inclusão, possibilitando que futuros acadêmicos tenham menos dificuldade no acesso ao ensino superior.

Dessa maneira, a partir dos mapeados desta pesquisa foi possível compreender que a comunidade surda vem conquistando o seu espaço e garantindo avanços nas questões educacionais, uma vez que os estudantes entrevistados conseguiram cursar (ou estão cursando) o ensino superior e até mesmo almejam cursar um mestrado e/ou doutorado. Além disso, foi possível perceber que, para eles, ingressar em um curso de pós-graduação significa romper barreiras e traçar novos caminhos em busca de conhecimento e da valorização da Libras.

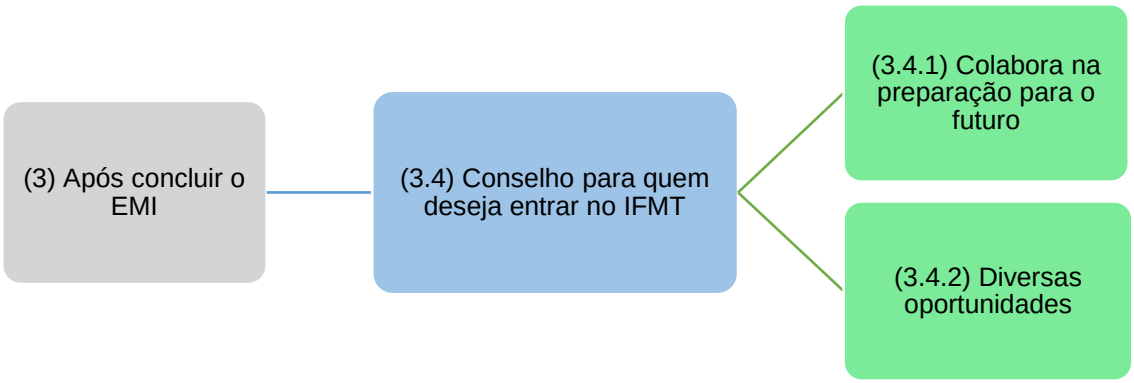
Em suma, foi possível constatar que o ingresso do estudante surdo no ambiente acadêmico é fundamental para o seu desenvolvimento educacional, linguístico e sociocultural. No entanto, possibilitar a participação de pessoas surdas no meio acadêmico não significa apenas abrir vagas no quadro de alunos, mas sim incluir novas estratégias de ensino que possibilitem a integração deles com os demais participantes das aulas (Monteiro; Germano; Barbosa, 2023).

4.3.4 Conselho para quem deseja entrar no IFMT

Finalizando esta categoria temática de análise ((3) Após concluir o EMI), foi solicitado que o estudante participante da pesquisa desse algum conselho para quem

desejar entrar no IFMT (categoria secundária – 3.4). As respostas foram organizadas em duas categorias terciárias de análise e são apresentadas na Figura 15.

Figura 15 – Categoria temática de análise sobre algum conselho para quem deseja entrar no IFMT



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Em suas respostas (como dispostas no Quadro 13), os estudantes surdos aconselharam quem deseja entrar no IFMT, indicaram que os ensinamentos aprendidos na escola colaboraram para eles se prepararem para o futuro e que a instituição oferece várias oportunidades.

Quadro 13 – Categoria de análise temática (3.4): Conselho para quem deseja entrar no IFMT

Categoria secundária	Categoria terciária	Exemplos de respostas
(3.4) Conselho para quem deseja entrar no IFMT	(3.4.1) Se preparar para o futuro	"É um ensino diferenciado, pois abre a sua mente para você se **preparar para o futuro**." (A1) "Ele te prepara para você conseguir **escolher, no futuro, o que tem em mente**." (A2) "Vocês surdos também podem conseguir se formar, **escolher, no futuro, o que mais combina com você.**" (A3)
	(3.4.2) Diversas oportunidades	"Vai ser muito bem-vindo! **Tem diversas atividades** e são apenas 3 anos!" (A1) "Eu sempre digo para todos que, no IFMT, tem intérpretes, **bolsas, oferta de cursos gratuitos, certificação, viagens para eventos (JIFs),** no Brasil e mundo." (A3)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Analisando as respostas apresentadas no Quadro 13, foi possível observar, na categoria “(3.4.1) Colabora na preparação para o futuro”, que os estudantes surdos entrevistados reconheceram que suas experiências no IFMT foram uma oportunidade de se planejarem para os acontecimentos futuro, em questões de formação profissional ou para o mundo do trabalho.

Como já mencionado, o ensino médio é uma fase muito especial para a vida de qualquer estudante, pois é nesse período que são feitas as escolhas importantes que podem determinar o seu futuro. Nesse sentido, os relatos evidenciaram que para o estudante surdo este é um momento ainda mais delicado, pois, além de envolver vários fatores externos, como condição social, influência da família e amigos, ainda requer a garantia de acessibilidade linguística, entre outros.

De acordo com a LDB (Brasil, 1996), um dos objetivos do ensino médio, muito mais do que preparar o estudante para o exame do vestibular, deveria prepará-lo para a vida adulta, relacionando os conceitos teóricos com a prática, formando cidadãos éticos e críticos, preparados para enfrentar os desafios que poderão surgir futuramente.

> Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais, conforme diretrizes definidas pelo Ministério da Educação (Brasil, 1996).

Nessa perspectiva, o IFMT é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, incluindo o EMI (IFMT, 2019a). Em consonância com a missão de “educar para a vida e para o trabalho”, a instituição defende uma formação omnilateral, ou seja, uma educação integral que considera o sujeito com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo (Ramos, 2012).

Já no que concerne aos relatos coletados na categoria terciária de análise, “(3.4.2) Diversas oportunidades”, foi possível constatar que durante o percurso desses estudantes surdos no EMI, alguns deles puderam participar de diversas atividades e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo IFMT, como demonstrado nos excertos do Quadro 13. A participação dos estudantes surdos em contato com as práticas acadêmicas durante o EMI, além de contribuir para a sua formação integral, pode

colaborar para uma escolha mais direcionada ao que o estudante queria fazer futuramente.

Desse modo, a Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008a), que estabelece os princípios gerais para a educação profissional técnica de nível médio, destaca que a relação entre a formação desenvolvida no ensino médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas são planejadas visando à formação integral do estudante, como por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, pautado na oferta de uma educação voltada para a vida e para o trabalho, concluiu-se que o IFMT parte da concepção de que a educação pode mudar a sociedade. Assim, a oferta de um ensino inclusivo para os estudantes surdos faz parte desse compromisso com a proposta de uma educação transformadora. Ademais, este estudo revelou que os estudantes surdos participantes da pesquisa reconheceram que estudar no IFMT é uma grande oportunidade de aprender mais do que apenas conhecimento técnico.

Após apresentar as discussões e os resultados, na próxima seção são apresentados maiores detalhes sobre a elaboração, desenvolvimento e aplicação do Produto Educacional.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Enquanto requisito para a conclusão do curso, o programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) exige, além da dissertação e da publicação de um artigo, a elaboração de um Produto Educacional (PE).

Para tanto, o PE proposto neste estudo foi um *vodcast* intitulado “Papo Inclusivo”, que teve como propósito compreender de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos do IFMT contribuem para as suas escolhas futuras quanto à sua formação acadêmica e carreira profissional.

Vale ressaltar que este *vodcast* corresponde a uma mídia digital composta por imagens das gravações de filmagens com a captação de áudio e transformadas em um programa de vídeo *online* acessível, visualmente, para os seus usuários (ouvintes e surdos). Com isso, os estudantes surdos, a comunidade escolar e a sociedade em geral poderão ter acesso a alguns debates e reflexões acerca dos temas abordados.

No que diz respeito à classificação e tipologia de Produtos Educacionais definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), este PE corresponde à categoria mídias educacionais, que contempla vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e *blogs*, jogos educacionais de mesa ou virtuais (CAPES, 2016).

Dessa forma, esta seção apresenta e detalha os procedimentos utilizados na elaboração, aplicação e avaliação do PE desenvolvido. Já a sua validação se deu no momento da defesa desta dissertação de mestrado pelos membros da banca examinadora.

5.1 A Elaboração do Produto Educacional

A proposta para a criação deste *vodcast* (PE) surgiu a partir da necessidade de fomentar ações inclusivas na nossa sociedade que proporcionasse uma maior visibilidade para a comunidade surda e, em especial, para os estudantes surdos do IFMT, enquanto protagonistas de suas próprias histórias. Além disso, por meio da elaboração do PE, se buscou criar um material inclusivo para os estudantes surdos, em Libras, e para os estudantes ouvintes, por meio das legendas e das dublagens.

Assim, foram escolhidos para as entrevistas três estudantes surdos, egressos do IFMT, dos seguintes campi: Campo Novo do Parecis, Barra do Garças e Tangará da Serra. Detalhes adicionais sobre esta amostra estão descritos na seção “3.3 Participantes da pesquisa”.

Para o desenvolvimento do *vodcast*, foram necessários os seguintes passos: (i) pré-produção; (ii) produção; e (iii) pós-produção, os quais estão organizados no Quadro 14.

Quadro 14 – Etapas da produção e desenvolvimento do PE

Etapas	Execução	Instrumentos utilizados
Pré-produção	– Mapeamento dos estudantes surdos egressos do EMI do IFMT; – Contato com os tradutores e intérpretes de Libras dos *campi* selecionados; – Autorização das chefias dos *campi* selecionados; . – Agendamento para as entrevistas.	– TCLE (Apêndice B – Estudantes Surdos Egressos do EMI do IFMT – Maiores de Idade); – TALE (Apêndice C – Estudantes Surdos do EMI do IFMT – Menores de Idade – Avaliação do Produto Educacional); – Carta de anuência.
Produção	– Visita aos *campi* selecionados; – Realização das gravações das entrevistas; – Realização da captação de áudio para as dublagens dos episódios do *vodcast*.	– Câmeras profissionais; – Tripé; – *Notebook;* – Iluminação de Led; – Microfone condensador; – Celular; – Roteiro para as entrevistas (Apêndice F); – Editor de vídeos.
Pós-produção	– Edição dos vídeos para a criação dos episódios do *vodcast;* – Criação da vinheta do *vodcast* Papo Inclusivo; – Adição de Legenda e dublagem dos episódios do *vodcast*; – Hospedagem dos episódios na plataforma *YouTube*; – Divulgação e aplicação do PE para os estudantes surdos do EMI.	– Aplicativo para edição de vídeos; – Aplicativo para a criação do *folder* de divulgação do PE e vinheta dos episódios do *vodcast*; – *YouTube* – Plataforma de hospedagem.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A primeira ação após decidir que o PE seria um *vodcast* foi procurar referências de *podcasts* em Mato Grosso. Nas buscas realizadas, foi possível encontrar o trabalho

do coletivo LGBTQIA+ “MT Queer[12]”, que é uma produtora independente e tem um canal no *YouTube* para promover curta-metragens, *webséries*, *reality shows* e outros conteúdos voltados para essa comunidade. Após contato com os representantes, o proponente desta pesquisa foi convidado a acompanhar um dia de gravação no estúdio “Altia – *podcasts* Criativos”. Esse acompanhamento de gravação foi de suma importância para o pesquisador compreender o processo de filmagens, equipamentos, roteiros entre outras dúvidas. Um registro deste dia pode ser visto na Figura 16.

Figura 16 – Participação na gravação de um episódio do *podcast* “MT Queer”

Fonte: Giehl (2023a).

A partir de então, deu-se o início do mapeamento e contato com os estudantes surdos egressos do IFMT e, para isso, foi preciso a colaboração dos profissionais tradutores e intérprete de Libras do IFMT, da direção de ensino dos *campi* selecionados e da Direção de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidade (DSAEstudantil).

[12] Disponível em: MTQUEER. Acesso em: 26 jan. 2023.

Após obter esses dados, foi o momento de entrar em contato com os intérpretes desses *campi* para saber se ainda havia alguma relação de proximidade ou forma contato com o estudante. Com isso, as profissionais dos *campi* de Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Barra do Garças e Pontes e Lacerda retornaram dizendo que ainda mantinham contato com os estudantes egressos do EMI de seu *campus*.

Os servidores foram solícitos e se dispuseram a colaborar no contato inicial com os estudantes surdos, intermediando a relação entre o pesquisador e os futuros entrevistados. Além disso, foi realizado o contato com a Direção Geral de todos os *campi* previstos na entrevista, com a qual foram compartilhados os detalhes do projeto e a proposta do PE. Foi solicitada a autorização para a realização da pesquisa com os alunos egressos do respectivo *campus*. Também houve solicitação para que o pesquisador realizasse uma visita nos *campi* para efetuar as gravações dos episódios do *vodcast*.

Após o aceite dos estudantes e a autorização dos *campi*, foi o momento de reunir uma equipe para colaborar nas gravações. Com isso, entrou-se em contato com profissionais que já trabalham na área de Produção Multimídia. Também houve a colaboração do Departamento de Comunicação Social (DECOM) do IFMT. Este departamento foi um grande colaborador, dispondo de 2 (duas) câmeras profissionais para realizar as gravações sempre quando necessário.

Em seguida, foi criado um grupo no aplicativo *WhatsApp* com a participação dos estudantes. A partir desse canal de comunicação, o pesquisador enviou aos participantes um vídeo em Libras, contendo a apresentação pessoal do pesquisador e a explicação da proposta do *vodcast* seguido do convite.

No início desta pesquisa, havia um planejamento de se entrevistar 5 (cinco) estudantes; no entanto, durante o andamento das gravações, duas estudantes desistiram da participação, uma do *Campus* de Barra do Garças e outra do *Campus* Pontes e Lacerda. Isso era algo previsto no TCLE (Apêndice B) do estudante, ou seja, ele poderia deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem que isso lhe trouxesse qualquer prejuízo.

Contudo, é importante registrar que isso não trouxe empecilho à pesquisa, pois os demais participantes tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências em um tempo maior, trazendo riqueza à pesquisa.

Para a produção do Produto Educacional, o primeiro desafio foi com a escolha

do nome do programa, que passou por diversas modificações até que fosse decidido o nome definitivo de “Papo Inclusivo” uma ideia trazida por um dos membros da banca de qualificação e que se fortaleceu ao longo da pesquisa. Outro ponto para destacar foi a escolha das cores, cujo objetivo era ter contrastes fortes, vibrantes e interativos. Por isso, foram definidas as cores: roxa (representando a sabedoria), o branco (que remete à paz e tranquilidade) e o amarelo (que representa a comunicação) (Fernandes; Benigni, 2023).

Em relação à identidade visual do PE, a proposta era utilizar elementos que fizessem parte da comunidade surda (as mãos sinalizando) e que representassem uma gravação de vídeo. Assim, surgiu a ideia da criação de uma logomarca (disposta na Figura 17), que foi criada pelo autor em colaboração com a profissional Janaina Ferri Candea Saldanha, que trabalha no Departamento de Comunicação Social do IFMT (DECOM).

Figura 17 – Identidade Visual do Produto Educacional “Papo Inclusivo”

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Nesse sentido, a criação de uma identidade visual[13] desempenha um papel fundamental na construção da marca, no diferencial do seu produto e na criação de uma conexão mais duradoura com o público-alvo (Farhana, 2014). Após se ter o conhecimento do processo de elaboração do PE, a próxima subseção traz os detalhes das gravações com os estudantes surdos, o conteúdo da entrevista, bem como a elaboração dos episódios, etapa primordial para o desenvolvimento do *vodcast*.

[13] Disponível em: *Vodcast* Papo Inclusivo.

5.2 As entrevistas e a criação dos episódios do *vodcast*

O público-alvo das entrevistas foram os estudantes surdos, egressos do Ensino Médio Integrado do IFM. O objetivo foi para que as gravações ocorressem somente nos *campi* ou em algum local onde o entrevistado se sentisse acolhido e pertencente e não em um estúdio fechado, como ocorre com os convencionais *podcasts* e *vodcasts*.

Nesse sentido, as gravações ocorreram em locais onde os estudantes surdos egressos do IFMT possuíam alguma relação de proximidade: (i) a primeira gravação foi realizada com o estudante de Campo Novo do Parecis na biblioteca do IFMT – *Campus* Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, em 24/07/2023; (ii) a segunda foi com a estudante do *Campus* Avançado de Tangará da Serra, que optou por realizar a gravação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 06/10/2023, onde se formou na graduação no curso de Letras-Libras; e (iii) a terceira foi gravada com o estudante do IFMT *Campus* Barra do Garças, em 09/11/2023, onde, logo na entrada, possui uma fonte de água com peixes ornamentais, lugar considerado “cartão postal” do *campus*. Os bastidores da primeira gravação estão apresentados na Figura 18.

Figura 18 - Bastidores da gravação dos episódios do *vodcast* “Papo Inclusivo”

Fonte: Giehl (2023b).

Foi necessário um planejamento prévio das ações referentes aos locais onde os estudantes se formaram e onde residem atualmente. O primeiro estudante entrevistado, por exemplo, após concluir o ensino médio, foi aprovado em 2 (duas) instituições de ensino superior, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, ele reside em Florianópolis, portanto, foi necessário conciliar as datas em que ele estaria em Cuiabá e aproveitar a oportunidade.

A segunda participante das entrevistas formou-se no IFMT – *Campus* de Tangará da Serra e, atualmente, reside em Cuiabá com familiares. O contato com ela ocorreu por meio do tradutor e intérprete que trabalhava do *Campus* Tangará da Serra, na época em que ela estudava. A escolha do local da gravação foi na UFMT, e foi

motivada por ela, pois corresponde ao local onde se formou no curso superior de Letras-Libras.

O terceiro participante é egresso do IFMT – *Campus* de Barra do Garças. A tradutora e intérprete do *campus* intermediou o contato com o estudante e, também, com a Direção de Ensino. Ao perguntar se tinha algum lugar preferido que ele gostaria de gravar, respondeu que queria que fosse no *campus* em que estudou o EMI, que é um lugar que contém belos espaços arborizados.

Nessa última gravação, foi necessário o deslocamento com um conjunto de equipamento como, por exemplo, câmeras, tripés, *notebook*, iluminação, entre outros. Vale ressaltar a colaboração do Departamento de Comunicação Social do IFMT (DECOM), sob a supervisão da servidora Natália Ferraz Ormond, que se dispuseram a emprestar duas câmeras profissionais para a gravação dos vídeos para os episódios.

As entrevistas foram previamente roteirizadas (Apêndice F), contendo 10 (dez) perguntas abertas e divididas em blocos temáticos: (i) Antes de concluir o EMI; (ii) Durante o EMI; e (iii) Após concluir o EMI. A entrevista ocorreu na forma de diálogo e todos os estudantes responderam às mesmas perguntas do referido roteiro. Após analisar as imagens das gravações, o pesquisador selecionou as melhores respostas. Houve o cuidado para que as perguntas selecionadas fossem diferentes em cada episódio.

Desde o início do projeto, o pesquisador teve em mente um formato mais interativo e já idealizava algumas especificidades, como a trilha sonora, o ambiente aberto e o formato das entrevistas na forma de *vodcast*. Após a finalização das gravações, foi contratada uma profissional para auxiliar o pesquisador na edição dos vídeos.

Finalizada a gravação dos vídeos, o pesquisador estabeleceu parcerias com profissionais tradutores e intérpretes de Libras para iniciar o processo de dublagem dos episódios. Com isso, cada episódio contou com a colaboração de diferentes profissionais, para que a voz de cada episódio tivesse características similares ao comportamento do entrevistado.

Concluída a fase da edição do material, o passo seguinte foi verificar um local para a hospedagem e divulgação dos episódios. Dessa maneira, foi criada uma página

na plataforma *YouTube*[14], para que todos os estudantes surdos e comunidade estudantil em geral pudessem ter acesso, assistir e compartilhar com a família e amigos. A página de hospedagem dos episódios, na plataforma *Youtube,* pode ser observada na Figura 19.

Figura 19 – Página de hospedagem na plataforma *YouTube*

Fonte: Giehl (2023c).

Uma vez que já se tenha conhecimento do processo de criação dos episódios do *vodcast*, o próximo tópico explica o processo de avaliação do Produto Educacional.

5.3 Aplicação e avaliação do Produto Educacional

A etapa de aplicação do PE foi fundamental na pesquisa para se verificar, na prática, a eficácia e a aplicabilidade do produto desenvolvido e, posteriormente, realizar os ajustes necessários, assim como a etapa de avaliação foi essencial para verificar se o PE atingiu os objetivos propostos, além de permitir identificar os pontos positivos e negativos do produto. Nesse sentido, a fase de avaliação se iniciou por meio do contato com a DSAEstudantil em busca de dados atualizados para o ano de 2024, referente ao número de estudantes surdos matriculados nos cursos técnicos do EMI e em quais *campi* esses alunos estudavam.

[14] Disponível em: *Vodcast Papo Inclusivo*.

Após receber o retorno do departamento com a relação dos *campi* com estudantes surdos matriculados em 2024, foi o momento de entrar em contato com cada *campus*: (i) *Campus* Avançado de Lucas do Rio Verde (2 estudantes surdos) e (ii) o *Campus* Avançado de Guarantã do Norte (1 estudante surdo).

Com isso, entramos em contato, inicialmente, com a direção geral de cada *campus* para apresentar o projeto e solicitar a autorização para aplicar o PE nos devidos *campi*, por meio da assinatura da Carta de Anuência (Apêndice A). O quantitativo de estudantes surdos participantes da avaliação do PE pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de participantes da avaliação do Produto Educacional

Descrição	Amostra	Participantes	*Campus*
Estudantes surdos matriculados no EMI do IFMT	3	2	Lucas do Rio Verde
		1	Guarantã do Norte

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após essa etapa, foi estabelecido contato com os tradutores e intérpretes de Libras dos *campi* selecionados para coletar algumas informações sobre esses alunos e para que colaborassem na mediação entre o pesquisador e os estudantes surdos. A colaboração desses profissionais foi essencial para conhecer um pouco mais do perfil de cada estudante, como também para o contato e a aplicação do PE.

Para facilitar a comunicação com os estudantes, foi elaborado um *folder* de divulgação do PE (maiores detalhes podem ser observados na Figura 20). Para sua criação, a ideia foi utilizar as cores do “Papo Inclusivo”, além de propor que fosse atrativo visualmente e de fácil acesso ao conteúdo. Além do mais, esse *folder* de divulgação foi traduzido para o inglês com o objetivo de ter um alcance ainda maior para o público, além de estar cumprindo o requisito de internacionalização do PE (disposto no Apêndice H).

Figura 20 – *Folder* de divulgação do Produto Educacional

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

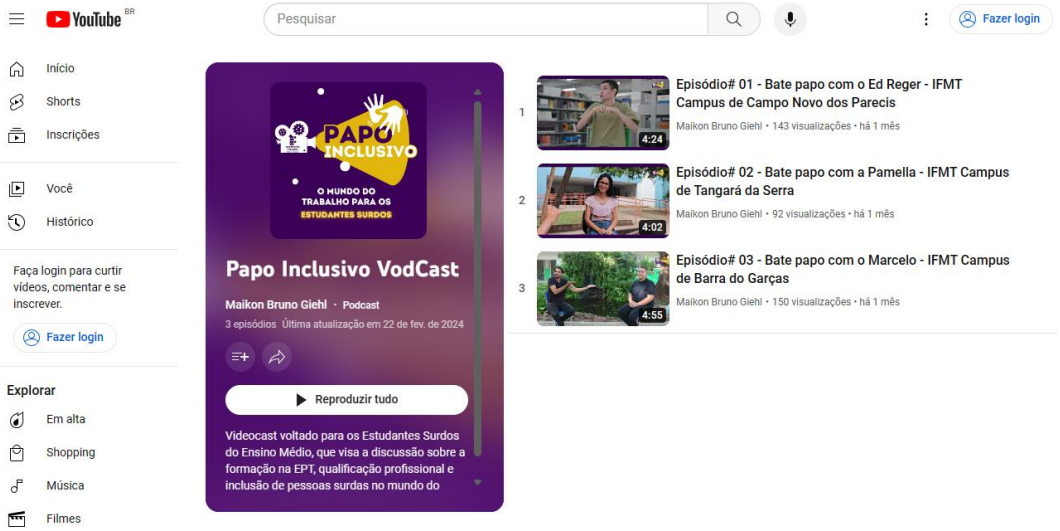
Após os profissionais tradutores e intérpretes dos *campi* intermediarem o contato entre o pesquisador e os estudantes surdos, foram agendados dois momentos com eles: (i) primeiro, para conhecer e apresentar a proposta; e (ii) o segundo momento para a aplicação do PE. As informações necessárias foram apresentadas por meio do aplicativo *WhatsApp,* assim como a comunicação em geral, utilizando vídeos em Libras.

A avaliação do PE ocorreu nas datas agendadas (22 e 23 de fevereiro de 2024) com os profissionais intérpretes e estudantes surdos, de maneira síncrona, por meio

da plataforma *Google Meet.* Para tanto, foi elaborado um formulário eletrônico, contendo 8 (oito) perguntas sobre a eficiência e qualidade do PE. Assim, os estudantes precisaram assistir aos 3 episódios e, posteriormente, responder o questionário de avaliação do PE (Apêndice G).

O objetivo foi que os estudantes dos dois *campi* (Guarantã do Norte e Lucas do rio Verde) pudessem se reunir no mesmo dia e na mesma sala do *Meet* para a aplicação do questionário; mas, por motivos de conflitos de horários das aulas dos alunos, a aplicação ocorreu em dias diferentes. Durante a avaliação, os estudantes abriram o *folder* de divulgação do PE (Apêndice H) enviado e, ao clicarem no *QrCode*, foram redirecionados para a página inicial da plataforma onde estavam hospedados os episódios do *vodcast*[15] (como demonstrado na Figura 21).

Figura 21 – Interface do *vodcast* na plataforma de hospedagem *YouTube*



Fonte: Giehl (2023d).

Após terminarem de assistir aos episódios, os estudantes foram orientados sobre a próxima etapa, que era de responder um questionário avaliativo. Vale ressaltar que, a todo o momento, os profissionais tradutores e intérpretes de Libras dos *campi* acompanharam e colaboraram na aplicação deste questionário avaliativo.

Dessa forma, o questionário foi estruturado em 8 perguntas, sendo 4 questões fechadas, compostas por cinco alternativas (conforme escala demonstrada no Quadro 15). Após as perguntas fechadas, foram inseridas 4 questões abertas para que o

[15] Disponível em: *Vodcast* Papo Inclusivo.

participante registrasse o seu ponto de vista, de forma argumentativa, e pudesse descrever o que mais/menos gostou e, também, o que poderia ser melhorado. Além disso, todas as perguntas do questionário tinham a alternativa “não quero responder”, como recomendado pelo CEP/IFMT.

Quadro 15 - Escala disposta no questionário de avaliação do Produto Educacional

1= Péssimo	2 = Ruim	3 = Indiferente	4 = Bom	5 = Excelente

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

É importante mencionar, também, que as perguntas foram organizadas, previamente (no momento da elaboração do instrumento da coleta) em quatro categorias de análise temática: (i) quanto às questões estéticas; (ii) quanto à composição e clareza do conteúdo; (iii) quanto à aplicabilidade e acessibilidade; e (iv) comentários adicionais.

Apesar de o número de estudantes surdos matriculados no EMI do IFMT, em fevereiro de 2024, ser pequeno (3 estudantes), todos os estudantes convidados aceitaram participar dessa etapa de aplicação e avaliação do *vodcast*. Dessa forma, por meio das respostas coletadas, foi possível realizar a análise dos resultados da etapa de aplicação do PE, que é descrita a seguir.

A primeira pergunta foi elaborada de modo que os participantes pudessem verificar a apresentação (o aspecto visual) do PE, como o título do programa e dos episódios, identidade visual, descrição das informações. Dessa maneira, 66% dos entrevistados (2 estudantes) responderam que acharam “Bom” e 33% “Excelente” (1 estudante). Esse resultado demonstra que os recursos visuais utilizados foram atrativos a esses participantes, o que pode colaborar para que o estudante se sinta instigado a conhecer mais do PE.

Na questão dois, buscou-se compreender o conteúdo abordado no *vodcast* e, como resultado, 66% (2 estudantes) descreveram como “Bom” e, 33% (1 estudante), como “Indiferente”. A partir dessas respostas, percebe-se que o conteúdo pode conter outras abordagens.

Sobre a terceira pergunta, que se refere à qualidade dos efeitos visuais e acessibilidade visual, 66% (2) dos entrevistados avaliaram como “Bom” e 33% (1) como “Excelente”, o que reforça a importância de conteúdos adaptados e acessíveis para os surdos.

A quarta pergunta tinha o intuito de averiguar o potencial de promover, ao público que assistiu ao *vodcast*, reflexões acerca da temática. Quanto a essa questão, 66% (2) dos entrevistados também afirmaram como “Bom” e 33% (1) disseram ser “Excelente”. Isso confirma o potencial do PE para a divulgação dos cursos do EMI do IFMT com toda a comunidade escolar e, até mesmo, a comunidade externa.

As próximas questões avaliativas do PE corresponderam às perguntas abertas respondidas por meio da Libras, de forma que os estudantes surdos pudessem utilizar sua própria língua para externar suas opiniões. Sobre essa particularidade, vale ressaltar que a escrita de um estudante surdo pode conter algumas diferenças gramaticais em sua estrutura, principalmente pelo fato de que, segundo Gesser (2009), o surdo pode apresentar dificuldades de compreensão da língua portuguesa por vivenciar uma cultura oralizada e, em função disso, é necessário considerar toda a sua diversidade social e cultural.

Desse modo, as perguntas 5 e 6 tinham o intuito de identificar o que o estudante mais gostou ou menos gostou no PE. As respostas coletadas foram traduzidas para a língua portuguesa e são apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16 – Perguntas 5 e 6 do questionário de Avaliação do PE

Perguntas 5 e 6	Respostas coletadas
5 – O que você mais gostou?	“Ambiente, a maneira como estavam sentados. “(A1)
	“Gostei do ambiente do episódio 3.” (A2)
	“Gostei porque era tudo em libras. “(A3)
6 – O que você menos gostou?	“Gostei de tudo.” (A1 e A2)
	“Nada.” (A3)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Observa-se, na pergunta cinco, que as respostas gravitaram em 3 pontos diferentes: (i) o ambiente e a posição em que os participantes e o entrevistador estavam sentados; (ii) o ambiente de gravação; e (iii) o fato de todas as entrevistas terem sido realizadas em Libras, sem a necessidade da intermediação de um tradutor e intérprete.

Outro ponto que merece ser destacado é que esses estudantes possuíam níveis linguísticos diferentes, ou seja, havia alunos que tinham o conhecimento aprofundado da estrutura da Libras e outros nem tanto, sendo utilizados outros recursos, como mímica, gestos e expressões. Para garantir a inclusão de toda a comunidade surda, a criação de um *vodcast* acessível requer que o pesquisador

adapte seu conteúdo e linguagem, tornando-os acessíveis a todos.

Na sexta pergunta, em que os participantes poderiam opinar, os que menos gostaram, para surpresa do pesquisador, foi um deles que disse que não tinha nada a comentar e os outros dois comentaram que gostaram de tudo. Igualmente, na questão sete, 100% dos estudantes responderam que não identificaram algum conteúdo inadequado. Isso reflete que todo o conteúdo criado para o estudante surdos foi adequado e que os estudantes se sentiram confortáveis em responder as questões.

Por fim, a pergunta de número oito tinha por finalidade saber se o estudante indicaria o *vodcast* para outras pessoas. Em caso positivo, para quem ele indicaria o acesso. As respostas elencadas por eles são descritas no Quadro 17.

Quadro 17 – Pergunta 8 do questionário de Avaliação do PE

Pergunta 8	**Respostas coletadas**
8 - Você indicaria este *vodcast* para outras pessoas? Se sim, quem você gostaria que tivesse acesso a ele?	"Sim, [para os] professores aprenderem a adaptar atividades. " (A1)
	"Sim, meus irmãos." (A2)
	"Sim, alguns amigos." (A3)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Vale destacar que a diversidade apresentada nas respostas dos estudantes também demonstrou que cada um apresentaria o *vodcast* para pessoas distintas, dentro da sua convivência. O período escolar é uma fase ainda mais turbulenta para a pessoa surda, por isso a necessidade das pessoas de sua convivência como a família, amigos e até mesmo, a escola terem o conhecimento da Libras para que realmente a inclusão aconteça.

Embora tenha sido possível aplicar este PE com uma amostra pequena de estudantes surdos do EMI do IFMT (que é a que se tinha disponível no momento), como houve a oportunidade de mapear as percepções a partir de perguntas abertas, nota-se a riqueza desse momento avaliativo. Dessa forma, a avaliação do PE realizada pelos estudantes surdos foi de extrema relevância, pois este produto foi idealizado para eles e, também, na perspectiva de se difundir, na comunidade escolar, a necessidade premente da inclusão desses estudantes em todos os ambientes da escola.

Finalizada a apresentação das etapas de elaboração, aplicação e avaliação do

PE, a próxima seção compõe as considerações finais desta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é o resultado do percurso realizado pelo pesquisador no ProfEPT, quando ele se dedicou a conhecer mais de perto as vivências e experiências adquiridas pelos estudantes surdos egressos do EMI do IFMT ao longo de sua jornada estudantil.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos, egressos do Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), contribuíram para a escolha da formação acadêmica e carreira profissional.

Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) apresentar e discutir o marco teórico conceitual que abarca esta pesquisa (Cf. seção 2); (ii) realizar um diagnóstico sobre o índice de matrículas, trancamentos, desistências e conclusões de estudantes surdos do EMI do IFMT, entre os anos de 2018-2022 (Cf. seção 3); (iii) mapear as percepções dos participantes da pesquisa sobre temas relacionados à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ao mundo do trabalho (Cf. seção 4); e (iv) desenvolver um Produto Educacional (PE), no formato de um *vodcast*, para a divulgação de alguns resultados da pesquisa (Cf. seção 5).

Nesse sentido, optou-se por uma investigação qualitativa e exploratória, em que alguns estudantes surdos egressos do IFMT puderam expressar as suas percepções sobre a realidade enfrentada pela comunidade surda estudantil durante toda a sua trajetória no EMI. Além disso, tiveram a oportunidade de relatar algumas experiências anteriores ao ingresso no EMI e, também, após a sua conclusão.

No que tange ao aporte teórico desta pesquisa, buscou-se apresentar, inicialmente, o histórico da EPT, que teve a sua consolidação a partir da revolução industrial, na confluência de direitos fundamentais a todo cidadão, como à educação e ao trabalho.

Já na subseção “O trabalho como princípio educativo e a educação omnilateral”, os autores dialogam sobre os princípios da educação politécnica, que legitimou a integração do ensino médio à educação profissional, tendo em vista a formação humana e integral dos estudantes. Dessa forma, o IFMT segue na busca por proporcionar uma formação que contribua para a sua missão de ensinar e preparar os estudantes surdos e ouvintes para a vida e para o trabalho.

Além disso, no momento em que foi abordada a temática “Inclusão de estudantes surdos na EPT”, observou-se que tem aumentado os debates e as legislações que fortalecem as políticas de EPT direcionadas às pessoas com deficiência no Brasil. Nesse sentido, o IFMT tem se empenhado em elaborar estratégias voltadas para a inclusão, criação e acompanhamento, por meio da Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidades (DSAEstudantil), de novas políticas de Educação Inclusiva voltadas para os estudantes surdos do IFMT.

Um outro momento importante da pesquisa foi a coleta de dados. Para esse propósito, foi utilizado como instrumento um roteiro para as entrevistas (Apêndice F) com perguntas estruturadas e abertas, que possibilitou identificar as vivências e experiências dos estudantes surdos egressos do EMI do IFMT participantes da pesquisa. Essas perguntas foram agrupadas nas seguintes categorias primárias de análise – que correspondem ao período cronológico vivenciados pelos alunos: (i) Antes de concluir o EMI; (ii) Durante o EMI; e (iii) Após concluir o EMI. Este instrumento possibilitou conhecer mais de perto a realidade desses alunos e também utilizar esses dados coletados como base para o desenvolvimento do PE. O resultado foi a elaboração do *vodcast* “Papo Inclusivo[16]”, disponibilizado para toda a comunidade estudantil do IFMT bem como na plataforma do *YouTube*.

Ademais, os dados revelaram que antes de entrar no EMI, os participantes surdos entrevistados já almejavam ingressar no IFMT e tinham expectativas quanto à qualidade do ensino e a disponibilização de recursos para a sua inclusão escolar. Relataram ainda que ao ingressar no IFMT, tiveram disponibilidade de acessibilidade linguística, porém, no decorrer das aulas, eles se depararam com algumas barreiras; a principal delas, a falta de comunicação em Libras.

Dessa forma, foi possível compreender que o não uso da Libras no contexto escolar, a falta de práticas inclusivas, como também a falta de materiais e recursos adaptados podem colaborar para um distanciamento do estudante com os professores e conteúdos aprendidos, aumentando a chance de evasão escolar.

Para que, de fato, a inclusão seja fortalecida, é essencial que toda a equipe escolar tenha o conhecimento mínimo da Libras para se comunicar e interagir com o estudante surdo. Por isso a necessidade de a instituição criar ações e projetos de

---

[16] Disponível em: Episódios do *Vodcast* Papo Inclusivo.

ensino, pesquisa ou extensão que fomentem o uso e a difusão da Libras nas atividades acadêmicas e nos espaços escolares.

Além disso, foi observado que a presença dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras no ambiente escolar é essencial para a inclusão desse estudante nos diversos ambientes e setores da escola. É importante ressaltar, contudo, que somente a sua presença não é o suficiente para que ocorra a inclusão. Além disso, o estudante, muitas vezes, acaba ficando dependente do intérprete para executar atividades básicas de interação.

No entanto, durante o período em que cursaram o EMI, alguns dos estudantes surdos tiveram a oportunidade de participar de diversas atividades práticas de ensino, esporte e cultura, além de ações voltadas à pesquisa e extensão. Todas essas participações foram valiosas experiências para que os estudantes experimentassem, na prática, como as ações estudantis inclusivas podem contribuir para a sua formação omnilateral.

Além do mais, foi possível notar que essas experiências vivenciadas pelos estudantes surdos participantes da pesquisa durante sua jornada no EMI no IFMT contribuíram para a tomada de decisões sobre o futuro de suas carreiras e vidas pessoais. Um reflexo disso é o fato de que todos os entrevistados optaram por continuar na área acadêmica: um já se formou e os outros dois estão em processo de formação.

Tais constatações confirmam a hipótese inicial apresentada na pesquisa de que a procura para o ingresso nos EMI do IFMT em alguns *campi* demonstra o quanto a comunidade surda compreende o potencial que a instituição pode proporcionar.

Durante e desenvolvimento da pesquisa e do PE foram encontrados alguns obstáculos de percurso; entre eles, a dificuldade de se obter acesso à dados relacionados aos estudantes surdos do IFMT e em geral, tanto nas plataformas de dados ofertados pelo MEC quanto pela instituição. Sem esses dados, foi necessário fazer um mapeamento maior para identificar e contactar os estudantes surdos.

Diante do exposto, pode-se concluir que esta pesquisa poderá beneficiar diretamente toda a comunidade estudantil IFMT. De um lado, os estudantes, sobretudo os surdos, terão a oportunidade de acessar conteúdos inclusivos (por meio de um *vodcast*) que contribuem para fomentar a reflexão sobre futuras decisões de caráter pessoal, sua formação e carreira profissional. Do outro, o PE desenvolvido, o *vodcast* “Papo Inclusivo”, também poderá beneficiar toda a comunidade do IFMT por

se tratar de um produto inovador, inclusivo, replicável e com potencial para contribuir para a promoção da inclusão dos estudantes surdos a conteúdos e debates antes destinados apenas ao público ouvinte.

Igualmente, pretende-se ainda, por meio do PE desenvolvido, dar continuidade à criação de novos episódios que fomentem ainda mais a discussão acerca da inclusão de estudantes surdos no IFMT e em toda a Rede Federal de ensino, com o envolvimento da comunidade escolar, em especial dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para futuras pesquisas na área de Educação de Surdos, como também possa ser utilizada como referência para outros profissionais tradutores e intérpretes de Libras que queiram desbravar a pós-graduação na EPT.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. **Surdos e Inclusão Educacional**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010. 240 p.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 264 p.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. 300 p.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 141.

BERNARDINO, E. L. A.; SANTOS, E. R. Ensino de Português para surdos: uma análise da prática. *In*: SILVA, I. R.; SILVA, M. P. M. (org.). **Letramento na diversidade**: surdos aprendendo a ler/escrever. Campinas: Mercado de Letras, 2018. p. 107-152.

BISOL, C. A. *et al*. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.147-172, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/PWzSW9ZCtGWQFRztD85gQFN/. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF. 1971. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF. 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: Seesp, 1994a. 54 p. Disponível em: https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF. 1994b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm#:~:text=LEI%20No%208.948%2C%20DE%208%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201994.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20institui%C3%A7%C3%A3o%20do,Tecnol%C3%B3gica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: L9394. Acesso em:16 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Casa civil. Brasília, DF, 2004a. Disponível em D5154. Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para uma prática pedagógica. 1. ed. Brasília/DF, 2004b. Disponível em: Ensino de Língua Portuguesa para Surdos - Caminhos para a prática pedagógica — Ministério da Educação. Acesso em: 5 fev. 2024.

BRASIL**. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

BRASIL. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de

Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008a. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2008c. 8 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. 138 p. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre as Aprovação das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025, Art. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação básica ao superior 2013**. INEP/MEC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 331, 05 de abril de 2018**. Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC. Diário Oficial da União, Brasília, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA331DE5DEABRILDE2018.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 01, de 3 de janeiro de 2018**. Institui a Plataforma Nilo Peçanha – PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Revalide. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 3, p. 10, 4 jan. 2018c. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-intra/portarias-intra-2018/portaria-n-01-de-03-de-janeiro-de-2018. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal. Brasília**, DF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 674, de 06 de maio de 2022**. Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 65, 25 out. 2022. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Resolucao_674_2022.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. INEP/MEC. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 411, de 7 de maio de 2024**. Dispõe sobre a alteração de tipologia dos *Campi* Avançados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 37, 8 maio 2024b. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-411-de-7-de-maio-de-2024-558533925. Acesso em: 17 jul. 2024.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais**. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ORIENTACOES_REGISTRO_PRODUCAO_TECNICA_TECNOLOGICA_ENSINO.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

CARDOSO, P. É. P.; MARTINS, I. C. C. M. Universidade e Sociedade. Edição Especial. **Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior** – ANDES. Ano XXVIII – n. 62 - junho de 2018, p. 74-89. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/18b3aa287d9e7604490aa283ce28f0bd_1548265007.pdf. Acesso em: 7 maio 2024.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, p.1-20, 2005.

CORRÊA, A. M. S.; SILVA, E. K. S.; BATISTA, A. G. Ferramentas tecnológicas no ensino de libras. *In*: CONGRESSO DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, 2019, Caruaru. **Anais** [...]. Caruaru: 2019. p. 1-13. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/download/57596/33068/277914 /. Acesso em: 6 jun. 2020.

CORRÊA, Y.; CRUZ, C. R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. 200 p.

DANTAS, B. A. P. S. **O uso de vídeos institucionais como uma forma de divulgação e democratização do conceito de Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação**. 2020. 91 f. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal do Espírito Santos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/962. Acesso em: 14 dez. 2022.

DIEHL, B. T.; TERRA, E. L. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, v. 28, n. 2, p. 166-185, 2017.

FARHANA, M. Implication of brand identity facets on marketing communication of lifestyle magazine: case study of a Swedish brand. **Journal of Applied Economics and Business Research**, v. 4, n. 1, p. 23-41, 2014.

FERNANDES, S. F. **Práticas de letramento no contexto da educação bilíngue para surdos**. Curitiba: SEED, 2006. 28 p. Disponível em: https://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Fernandes_praticas_letramentos-surdos_2006.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

FERNANDE, K. G.; BENIGNI, B. M. M. Psicologia das cores: o que é e como influencia nas emoções? **Revista científica eletrônica de psicologia da FAEF.** São Paulo, v. 39, n. 2, p. 15. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iqaKst71EohWGQv_2024-10-24-19-14-42.pdf. Acesso em: 7 maio 2024.

FERREIRA, J. A.; OLIVEIRA, M. R. C. Educação bilíngue de surdos: um direito, um desafio, um compromisso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240010, 2019.

FONSECA, P. C. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**. São Paulo. v. 23, n. 1, jan./mar. 2003.

FRANCO, E. C. Educação inclusiva: a importância da interação no espaço escolar entre docente e estudante surdo. **Nuances** – Estudos sobre Educação, Presidente. Prudente, SP, v. 27, n. 1, p. 247-263, jan./ abr. 2016. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3440. Acesso em: 8 maio 2024.

FREIRE, E. P. A. ***Podcast* na educação brasileira**: natureza, potencialidades e implicações de uma tecnologia da comunicação. 2013. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14448. Acesso em: 15 ago. 2022.

FRIGOTTO, G. Mercantilização da educação superior e o fazer docente. **Revista Pedagógica**, v. 11, n. 22, p. 155-158, 2009. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/379. Acesso em: 11 jul. 2024.

FRIGOTTO, G. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador**:** impasses teóricos e práticos. *In*: GOMEZ, Carlos, M. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 128 p. p.19-38.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. *In*: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62.

GARCIA, K. F. L. **O recurso audiovisual no ensino de surdos numa abordagem ciência, tecnologia, sociedade, ambiente**: diálogos sobre radiação e a saúde humana. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Goiás, 2022. Disponível em: http://www.cefetgo.br/attachments/article/1279/disserta%C3%A7%C3%A3o_Kamilla%20Fonseca%20Lemes%20Garcia.pdf.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. 80 p.

GESSER, A. **LIBRAS? que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 124 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008. 200 p.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre Iniciação à pesquisa científica**. 6. ed. Campinas: Alínea, 2001. 79 p.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica. Organização Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. 4 v. 1330 p.

IFMT. Instituto Federal de Mato Grosso. **Extensão Tecnológica**: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013a. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/proex/documentos/conif-2013-extensao-tecnologica-rede-federal-1.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

IFMT. Instituto Federal de Mato Grosso. **Resolução nº 043, de 17 de setembro de 2013**. Aprova a Instrução Normativa que orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou implementação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2013b. Disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/6d/a0/6da01aa4-2964-41ef-82b5-e1a7031e2f76/resolucao-no-0432013-aprovar-instrucao-normativa-napne.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

IFMT. Instituto Federal de Mato Grosso. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. PDI: 2019-2023. Cuiabá: MT, 2019a. 261.p. Disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/de/4d/de4dc553-4177-4878-b92c-473c88a9ed00/pdi_2019_2023_110p.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

IFMT. Instituto Federal de Mato Grosso. **Resolução nº 026/2019, de 28 de junho de 2019**. Aprova o Plano de Integridade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2019b. 21 p. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46052/5/IFMT_Plano_de_Integridade_V1.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

IFMT. Instituto Federal de Mato Grosso. **Instrução Normativa nº 03/2021, de 26 de julho de 2021**. Orienta procedimentos quanto à execução do Regime de Exercícios Domiciliares no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT e dá outras providências. Cuiabá, MT, 2021. 10 p. Disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/14/d4/14d42095-0a66-4eeb-af93-58252b486618/in_3_2021_red.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

IFMT. Instituto Federal de Mato Grosso. **Resolução nº 88, de 16 de setembro de 2022**. Dispõe sobre a Política de Educação Inclusiva para Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. Cuiabá, MT, 2022. Disponível em: https://dsaestudantil.ifmt.edu.br/media/filer_public/07/b0/07b06991-4c86-4342-9652-77f8c2d81957/resolucao_882022_consup.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

IFMT. Instituto Federal de Mato Grosso. **Instrução Normativa Conjunta nº 2/2023 – RTR-DSAE/RTR/IFMT**. Estabelece normas e diretrizes para os procedimentos de identificação, elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), acompanhamento e avaliação de estudantes com necessidades educacionais específicas do IFMT. Cuiabá, MT, 2023. 11 p. Disponível em:

https://pdl.ifmt.edu.br/media/filer_public/0e/a2/0ea29564-5ce2-4e6f-b381-bf88ee0ae43d/instrucao_normativa_conjunta_22023_-_rtr-dsae-rtr-ifmt_-_plano_educacional_individualizado_-_pei.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

JUNQUEIRA, R. D; LACERDA, C. B. F. Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 28-45, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28732/pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

KLEIN, A. M. **Projetos de vida e escola**: a percepção dos estudantes do Ensino Médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-141814/publico/ANA_MARIA_KLEIN.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

KUENZER, A. Z. Sistema educacional e a formação dos trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio flexível. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 57-66, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 23 set. 2023.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2009. Semestral v. 2, n. 2, Brasília: MEC, SETEC, 2009. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939. Acesso em: 5 fev. 2023.

KYLE, J. O ambiente bilíngüe: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilingüismo para surdos. *In*: SKLIAR, C. (org.). **Atualidades da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. 1 v. p. 149-162.

MAGALHÃES, F. P. **Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional**: reflexões, análises e possibilidades. 2011. 357 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas: 2011. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2018/11/G%C3%AAneros-Discursivos-da-Esfera-Empresarial-no-Ensino-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional-Reflex%C3%B5es-An%C3%A1lises-e-Possibilidades-Fernanda-Pizarro-de-Magalh%C3%A3es.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

MAGALHÃES, M. R; MACIEL, E. F; MORAES, R. S. Pensando e vivendo a orientação profissional. **Psicologia e Educação**, São Paulo, v. 14, n. Especial, p. 72-78, 1993. Disponível em: https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V5S1A3/311. Acesso em: 23 abr. 2024.

MAIA, A. E. F. **O sucesso dos alunos surdos no ensino superior**. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em Língua Gestual Portuguesa e Educação de Surdos) –

Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22143/1/203016521.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

MALACARNE, V. *et al*. A escolha profissional e Ensino Superior: uma experiência a partir da educação de jovens e adultos. *In:* SEMANA DE EDUCAÇÃO, 19., 2007, Cascavel. **Anais** [...], Paraná, 2007. p. 01-10.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 456 p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê. Como fazer? 1. Ed. São Paulo: Summus Editorial, 2015. *E-book*. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. 133 p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Volume II. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 1.943 p.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: Educação no Brasil: o balanço de uma década, 33., 2010, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPEd, 2010. v. 1, p. 1-17.

MESQUITA, L. S. Políticas Públicas de Inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 255-273, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/RhTc89SFtdyzDT5yy5xQYwh/. Acesso em: 26 jun. 2024.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 125 p.

MONTEIRO, M. A. A.; GERMANO, J. S. E.; BARBOSA, S. C. D. ComplexMidiaLibras: uma estratégia de ensino inclusivo baseada em mídias digitais. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, MG, v. 12, n. 1, p. 01-18, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/15629. Acesso em: 31 mar. 2024.

MONTEIRO, M. S. Mestres e doutores surdos: um estudo sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 48, jul./dez. 2017. Disponível em: https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1207/1211. Acesso em: 26 jun. 2024.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. *In*: MORAN, José Manuel; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. Campinas: Papirus. 2006. p.11-66.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, 2013.

NASCIMENTO, G. **Para ler vozes na tela**: a escola como potencializadora das legendas como recurso de acessibilidade para surdos. 2018. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

NILTON, A. O. N.; ROSA, O. M. A.; PAULO, H. R. Trabalho como princípio educativo: uma busca pela definição do conceito e sua relação com o capitalismo. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, p. 43-55, 2018. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/download/387/346/1392. Acesso em: 11 abr. 2024.

NOSELLA, P. Ensino Médio: em busca do princípio pedagógico. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO. Brasília, 2009. **Anais** [...], Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1732-ensino-medio-embuscadoprincipio&Itemid=30192. Acesso em: 04 fev. 2024.

PACHECO, E. (org.). **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. 122 p. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

PAIVA, T. S. Z. N. **Meninas na Educação Profissional e Tecnológica**: Caminhos, Vivências e Sonhos Contados em um Podcast. Instituto. 2021, 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Mato Grosso, Campo Grande, 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

QUADROS, R. **Letras Libras ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Editora Ufsc., 2014. 528 p.

QUADROS, R. M.; CERNY, R. Z.; PEREIRA, A. T. Inclusão de surdos no ensino superior por meio do uso da tecnologia. *In.* QUADROS, Ronice Muller. **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 30-55.

QUADROS, R. O ‘BI’ em bilinguismo na educação de surdos. *In:* FERNANDES, E. (org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010. p. 27-37.

QUADROS, R.; NEVES, B.C. Letramento e alfabetização de crianças surdas. *In*: RODRIGUES, A. F.; FORTUNATO, M. P. (org.). **Alfabetização e letramento**: prática reflexiva do processo educativo. Edição reformulada. São Paulo: Humanitas, 2017. p. 233-248.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In:* FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 106-127.

ROSADO, L. A. S.; TAVEIRA, C. C. **Gramática visual para os vídeos digitais em línguas de sinais.** E-book do Instituto Nacional de Educação de Surdos – Rio de Janeiro: INES, 2022.

SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. *In:* CARVALHO. M. L. M. (org.). **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Ed. Centro Paulo Souza, 2011. p. 200. p. 165-184.

SANTOS, J. A. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? *In:* FRIGOTTO. G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. (org.). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 113-24.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*. FERRETI, C. J *et al.* **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147-164.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E.; LARA, P. T. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. **Revista *online* de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1137-1164, 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14337. Acesso em: 29 fev. 2024.

SEDUC. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Caderno do(a) professor(a)**: protagonismo juvenil. v. 1. São Paulo, 2021. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/03/caderno-de-protagonismo_juvenil.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e educação: Análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2. n. 5, p. 128-136, maio 2020. Disponível em: https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Covid-19Educacao. Acesso em: 3 ago. 2022.

SILVA, A. S.; SILVA, A. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo**: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924. Acesso em: 3 maio 2023.

SILVA, C. A. **A visão de professores surdos sobre o processo de produção de materiais didáticos para o ensino de Libras para ouvintes no formato de vídeos**. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/caaa5e35-cfbe-4389-8ea2-309afba26299/content. Acesso em: 8 abr. 2024.

SILVA, C. M.; SILVA, D. N. H. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./abr. 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/2823/282346233004/html/. Acesso em: 2 out. 2022.

SILVA, I. M. A. **Políticas de Educação Profissional para Pessoa com Deficiência**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504767/bytestreams/content/content?filename=Izaura+Maria+de+Andrade+da+Silva.pdf. Acesso em: 4 nov. 2022.

SILVA, L. G. M.; FERREIRA, T. J. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e Docência**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, dez. 2014. Disponível em: https://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/download/415/372. Acesso em: 5 mar. 2023.

SILVA, M. C.; PAVÃO, S. M. O. (IM)Possibilidades das adaptações curriculares na educação superior. **Revista e-Curriculum**, v.16, n.3, p. 621-649. 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/viewFile/30099/26723. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOBRINHO, J. D. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Revista Avaliação**. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/8vyyv53ksSMWX7jhYsHLsXv/. Acesso em: 2 abr. 2024.

SOUSA, G. P. **A utilização do *WhatsApp* e *Hand Talk* por alunos surdos na sala de aula**. 2021. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras – EAD), Patos – PB, 2021.Disponível em: https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/1306/1/A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20WHATSAPP%20E%20HAND%20TALK%20POR%20ALUNOS%20SURDOS%20NA%20SALA%20DE%20AULA-Geruza%20Pereira%20de%20Sousa.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

SOUSA, J. J. Politecnia e omnilateralidade em MARX. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, MG, 2013. Quadrimestral. v. 5, p. 98-114. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9150. Acesso em: 12 dez. 2022.

STUMPF, M. R., Educação de Surdos e Novas Tecnologias. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010. 34 p. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/educacaoD

eSurdosENovasTecnologias/assets/719/TextoEduTecnologia1_Texto_base_Atualizado_1_.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009. 118 p.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A. A educação profissional no Brasil. **Revista Interações**, Curitiba, PR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691/7655#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20conhecida%2C%20hoje,para%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20por%20m%C3%A1quinas. Acesso em: 19 abr. 2023.

WINCKLER, C. R.; SANTAGA, S. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2631. Acesso em: 15 jan. 2023.

APÊNDICE A – Carta de Anuência

Ao (a)
Cargo que ocupa
IFMT – *Campus* Cel. Octayde Jorge da Silva
Prezado(a) Diretor(a)

Eu, Maikon Bruno Giehl, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do *Campus* Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, venho solicitar de vossa senhoria, autorização e apoio na disponibilização dos estudantes surdos egressos de seus cursos para convidá-los a participar da pesquisa.

Além do mais, comunico que já houve um contato inicial com os profissionais intérpretes de Libras do referido *campus*, as quais se dispuseram a colaborar com a pesquisa, tanto na intermediação do contato com os estudantes, como também no levantamento de dados para a pesquisa.

Nesse sentido, as informações das quais irei precisar se referem ao índice de matrícula, trancamentos, desistência e conclusões de estudantes surdos do IFMT de Campo Novo do Parecis, entre os anos de 2018-2022, mas isso está condicionado à sua autorização.

Dessa forma, a pesquisa intitulada **"Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT"** buscará compreender de que forma os conhecimentos adquiridos pelos estudantes surdos, egressos do Ensino Médio Integrado do IFMT, contribuíram para a escolha de sua formação acadêmica e carreira profissional. O projeto está sob minha responsabilidade e tem como orientadora a Profa. Dra. Juliana Saragiotto Silva, docente do ProfEPT/IFMT.

Para tanto, o Produto Educacional gerado por meio da pesquisa se consistirá em um *vodcast* em Libras, que discutirá temas voltados à Educação Profissional e Tecnológica, acessibilidade e o mundo do trabalho. Desse modo, a divulgação e orientação de informações sobre a escolha profissional, para os estudantes do ensino médio, poderá contribuir para uma reflexão sobre a sua formação profissional e

inserção no mundo do trabalho.

Vale ressaltar que este projeto, atualmente (abril/2023), encontra-se na fase de revisão da literatura e finalização para a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT (CEP/IFMT) por meio da Plataforma Brasil, seguindo a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 (CNS, 2016).

Por fim, com a criação dos episódios de um *vodcast* inclusivo, almeja-se que os estudantes tenham acesso a algumas informações que envolvem o Ensino Médio Integrado (EMI), contribuindo para suas decisões futuras quanto ao mundo do trabalho e no acesso ao ensino superior.

Declaro, para os devidos fins, que estou de acordo com a execução do projeto intitulado **"Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT"**, sob a responsabilidade do mestrando Maikon Bruno Giehl. Assim sendo, assumo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa, na etapa que envolver os estudantes surdos (matriculados ou egressos do EMI) deste c*ampus*, após aprovação no CEP/IFMT.

_____

Nome do (a) diretor (a)

Departamento

IFMT – *Campus* Cel. Octayde Jorge da Silva

Apêndice B – TCLE – Estudantes Surdos Egressos do EMI do IFMT – Maiores de Idade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa **"Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT"**, que será conduzida pelo pesquisador responsável Maikon Bruno Giehl.

O motivo para o convite é o fato de você ter os requisitos para a participação na pesquisa: ser surdo, maior de idade e ter concluído o Ensino Médio Integrado no IFMT. Sua participação ocorrerá na sua cidade, após o contato e a confirmação.

Sua contribuição na pesquisa será em participar de uma entrevista com o pesquisador, a fim de conhecer suas vivências sobre temas voltados à educação escolar, Educação Profissional e Tecnológica, acessibilidade e inclusão, bem como mundo do trabalho. A entrevista será presencial, em local e data pré-agendada com você. Caso você não esteja no Estado de Mato Grosso, a entrevista poderá ocorrer *online* via Google Meet.

A coleta das informações durante a realização da entrevista seguirá os seguintes passos: (i) formalização do convite e estabelecimento do contato com você, por meio dos dados coletados na instituição que estudou; (ii) agendamento da data e local da entrevista; e (iii) realização da entrevista, em formato de diálogo filmado com você.

Para que haja maior contato com você, o pesquisador optou por criar um grupo para se comunicar com os participantes via mensagens instantâneas (*WhatsApp*) e, caso necessário, também serão realizadas reuniões pela plataforma Google Meet. Com isso, seu número de celular e e-mail serão solicitados. Nesse sentido, em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de dúvidas.

Todo o diálogo será gravado durante a realização da entrevista, com a intenção de garantir maior interação e, posteriormente, a transposição fiel das falas coletadas. O diálogo fará parte da composição de um dos episódios de um *vodcast* (conteúdo digital em formato de áudio e vídeo, transmitido por meio da internet). Assim, o nome ou o material que indique a sua participação não será disponibilizado sem a sua permissão.

Rubrica do aluno
Rubrica do pesquisador

Além disso, é importante informar que, quando finalizada a pesquisa, o *vodcast* estará à sua disposição, assim como da comunidade, para livre acesso em plataforma digital (*YouTube*).

Em relação aos riscos, esclarece-se que esta pesquisa contém riscos considerados de graduação mínima, uma vez que durante a coleta de informações você pode sentir algum cansaço ou desconforto. Por isso você pode responder apenas à pergunta que quiser.

Pensando em minimizar ainda mais os riscos, também lhe será garantido: (i) a retirada do consentimento em qualquer momento da pesquisa; (ii) a não indução ou interferência durante a entrevista por parte do pesquisador responsável; (iii) a imparcialidade na condução das atividades propostas por parte do pesquisador responsável; (iv) o direito de acesso ao teor do conteúdo da entrevista antes de responder às perguntas.

Em qualquer momento da realização da pesquisa você terá autonomia para escolher participar ou não das atividades propostas, como também para retirar o seu consentimento ou desistir da participação, sem que isso lhe traga algum prejuízo.

Caso ocorra algum dano decorrente desta pesquisa, o pesquisador se responsabilizará por arcar com a indenização ou o ressarcimento dos eventuais prejuízos.

Vale ressaltar que a sua participação não terá qualquer custo e você não receberá nenhuma vantagem financeira. No entanto, como requisito, é solicitado que você tenha algum aparelho de comunicação (*smartphone*, *tablet*, computador ou similar) com acesso à internet, para facilitar a comunicação entre você e o pesquisador responsável.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, de modo que uma via ficará aos cuidados do pesquisador responsável, que é lotado no IFMT – *Campus* Avançado de Diamantino, e a outra cópia será fornecida a você.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____, celular (__) _____, e-mail _____, fui informado(a) acerca dos objetivos da pesquisa **“Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT”** e esclareci todas as minhas dúvidas. Concordo que os materiais e as informações coletadas relacionadas à minha

pessoa poderão ser utilizados em atividades de natureza acadêmico-científica mediante minha autorização.

Estou ciente de que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão de participar ou não desta pesquisa, se assim desejar. Dessa forma, declaro que **concordo** com minha participação nesta pesquisa, bem como com a divulgação de minha imagem no *vodcast* e que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

_____, _____ de_____ do ano de _____.
Cidade, Dia/Mês/Ano

_____ _____
Assinatura do participante Assinatura do pesquisador responsável

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi criado para defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento destas dentro dos padrões éticos.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMT no seguinte endereço:

Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º andar, Bairro Duque de Caxias.
CEP: 78.043-400, Cuiabá – MT.
Telefone: (65) 3616-4180.
E-mail: cep@ifmt.edu.br
Horário de atendimento da secretária do CEP/IFMT: de segunda a sexta-feira (das 8h às 12h).

Pesquisador responsável: Maikon Bruno Giehl.
Contato: <omitido para publicação> e-mail: maikon.giehl@ifmt.edu.br
Parecer do CEP/IFMT nº 6.185.679

Apêndice C – TALE – Estudantes Surdos do EMI do IFMT – Menores de Idade – Avaliação do Produto Educacional

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa **"Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT"**, que será conduzida pelo pesquisador responsável Maikon Bruno Giehl.

O motivo para o convite é o fato de você atender aos requisitos para a participação na pesquisa: ser estudante surdo, menor de idade e estar matriculado em alguma turma dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nos *campi* de Campo Novo do Parecis, Barra do Garças ou Pontes e Lacerda do IFMT. Sua participação ocorrerá na sua cidade, após o contato e a confirmação.

Sua contribuição na pesquisa será em responder ao questionário final de avaliação do Produto Educacional "Sinais em Foco EPT", com o objetivo de avaliar a qualidade, o funcionamento, a acessibilidade e a viabilidade do *vodcast.* A aplicação do questionário será presencial e somente será divulgada após a confirmação do local e data pré-definidos.

A coleta das informações durante a realização do questionário seguirá os seguintes passos: (i) formalização do convite e estabelecimento de contato com você, por meio da instituição que estuda; (ii) agendamento das datas e local para a aplicação do questionário; e (iii) aplicação do questionário de avaliação do *vodcast*.

Para que haja maior contato com você, o pesquisador optou por criar um grupo para se comunicar com os participantes via mensagens instantâneas (*WhatsApp*) e, caso necessário, também serão realizadas reuniões pela plataforma Google Meet. Com isso, seu número de celular e e-mail serão solicitados. Nesse sentido, em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de dúvidas.

Em relação aos riscos, esclarece-se que esta pesquisa contém riscos considerados de graduação mínima, uma vez que pode ocasionar algum tipo de cansaço ou desconforto. Por isso você pode responder apenas à pergunta que quiser.

Pensando em minimizar ainda mais os riscos, também lhe é garantido: (i) a proteção da imagem; (ii) a retirada do consentimento em qualquer momento da pesquisa; (iii) a não indução ou interferência durante as respostas por parte do

Rubrica do aluno

Rubrica do pesquisador

pesquisador responsável; (iv) a imparcialidade na condução da aplicação do questionário por parte do pesquisador responsável; (v) e o direito de acesso ao teor do conteúdo do questionário antes de responder às perguntas.

Em qualquer momento da realização da pesquisa você terá autonomia para escolher participar ou não das atividades propostas, como também para retirar o seu consentimento ou desistir da participação, sem que isso lhe traga algum prejuízo.

Caso ocorra algum dano decorrente dos riscos apresentados na pesquisa, o pesquisador se responsabilizará por arcar com a indenização ou o ressarcimento dos eventuais prejuízos.

Vale ressaltar que a sua participação não terá qualquer custo e você não receberá nenhuma vantagem financeira. No entanto, como requisito, é solicitado que você tenha algum aparelho de comunicação (*smartphone*, *tablet*, computador ou similar) com acesso à *internet*, para facilitar a comunicação entre você e o pesquisador responsável.

Este Termo de Assentimento encontra-se impresso em duas vias, de modo que uma via ficará aos cuidados do pesquisador responsável, que é lotado no IFMT – *Campus* Avançado de Diamantino, e a outra cópia será fornecida a você.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu,_____, celular (__) _____, e-mail _____, fui informado(a) acerca dos objetivos da pesquisa **“Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT”** e esclareci todas as minhas dúvidas. Concordo que os materiais e as informações coletadas relacionadas à minha pessoa poderão ser utilizados em atividades de natureza acadêmico-científica mediante minha autorização e do meu(s) responsável(eis).

Estou ciente de que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão de participar ou não desta pesquisa, se assim o desejar. Dessa forma, declaro que **concordo** com minha participação nesta pesquisa e no *vodcast* e que recebi uma via deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

_____, _____ de_____ do ano de _____
Cidade, Dia/Mês/Ano

_____ _____

Assinatura do participante	Assinatura do pesquisador responsável

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi criado para defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento destas dentro dos padrões éticos.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMT, no seguinte endereço:

Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º andar, Bairro Duque de Caxias.
CEP: 78.043-400, Cuiabá – MT.
Telefone: (65) 3616-4180.
E-mail: cep@ifmt.edu.br.
Horário de atendimento da secretária do CEP/IFMT: de segunda a sexta-feira (das 8h às 12h).

Pesquisador responsável: Maikon Bruno Giehl
Contato: <omitido para publicação> e-mail: maikon.giehl@ifmt.edu.br
Parecer do CEP/IFMT nº 6.185.679

Apêndice D – TCLE – Responsável Estudante Surdo do EMI do IFMT – Menor de Idade

AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O(a) estudante, menor de idade, sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa **"Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT"**, que será conduzida pelo pesquisador responsável Maikon Bruno Giehl.

O motivo para o convite é o fato de ele atender aos requisitos para a participação na pesquisa: ser estudante surdo, menor de idade e estar matriculado em alguma turma dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nos *campi* de Campo Novo do Parecis, Barra do Garças ou Pontes e Lacerda do IFMT. A participação dele ocorrerá na sua cidade, após o contato e a confirmação.

Sua contribuição na pesquisa será em autorizá-lo(a) a responder ao questionário final de avaliação do Produto Educacional "Sinais em Foco EPT", com o objetivo de avaliar a qualidade, o funcionamento, a acessibilidade e a viabilidade do *vodcast.* A aplicação do questionário será presencial e somente será divulgada após a confirmação do local e data pré-definidos.

A coleta das informações durante a realização do questionário seguirá os seguintes passos: (i) formalização do convite e estabelecimento de contato com vocês, por meio da instituição que ele(a) estuda; (ii) agendamento das datas e local para a aplicação do questionário; e (iii) aplicação do questionário de avaliação do *vodcast*.

Para que haja maior contato com o(a) estudante, o pesquisador optou por criar um grupo para se comunicar com os participantes via mensagens instantâneas (*WhatsApp*) e, caso necessário, também serão realizadas reuniões pela plataforma Google Meet. Com isso, o número de celular e e-mail de vocês serão solicitados. Nesse sentido, em qualquer etapa do estudo, vocês terão acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de dúvidas.

Em relação aos riscos, esclarece-se que esta pesquisa contém riscos considerados de graduação mínima, uma vez que podem ocasionar algum tipo de cansaço ou desconforto. Por isso o(a) estudante pode responder apenas à pergunta que quiser.

Rubrica do aluno

Rubrica do pesquisador

Pensando em minimizar ainda mais os riscos, será garantido ao participante da pesquisa: (i) a retirada do consentimento a qualquer momento da pesquisa; (ii) a não indução ou interferência durante as respostas por parte do pesquisador responsável; (iii) a imparcialidade na condução da aplicação do questionário por parte do pesquisador responsável; (iv) e o direito de ter acesso ao teor do conteúdo do questionário antes de responder às perguntas.

Em qualquer momento da realização da pesquisa o(a) estudante terá autonomia para escolher participar ou não das atividades propostas, como também para retirar o consentimento ou desistir da participação, sem que isso lhe traga algum prejuízo.

Caso ocorra algum dano decorrente dos riscos apresentados na pesquisa, o pesquisador se responsabilizará por arcar com a indenização ou o ressarcimento dos eventuais prejuízos.

Vale ressaltar que a participação dele(a) não terá qualquer custo e ele(a) não receberá nenhuma vantagem financeira. No entanto, como requisito, é solicitado que ela(e) tenha algum aparelho de comunicação (*smartphone*, *tablet*, computador ou similar) com acesso à *internet*, para facilitar a comunicação entre o estudante e o pesquisador responsável.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via ficará aos cuidados do pesquisador responsável, que é lotado no IFMT – *Campus* Avançado de Diamantino, e a outra cópia será fornecida a vocês.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____, celular (__) _____, e-mail _____, fui informado(a) acerca dos objetivos da pesquisa **“Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT”** e esclareci todas as minhas dúvidas. Concordo que os materiais e as informações coletadas relacionadas a quem sou responsável poderão ser utilizados em atividades de natureza acadêmico-científica mediante nossa autorização.

Estou ciente de que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão e do(a) estudante de participar ou não desta pesquisa, se assim o desejar. Dessa forma, declaro que **concordo** com a participação dele(a) nesta pesquisa no *vodcast* e que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE).

_____, _____ de_____ do ano de _____
Cidade, Dia/Mês/Ano

_____	_____
Assinatura do responsável pelo(a) menor	Assinatura do pesquisador

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi criado para defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento destas dentro dos padrões éticos.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMT, no seguinte endereço:

Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º andar, Bairro Duque de Caxias.
CEP: 78.043-400, Cuiabá – MT.
Telefone: (65) 3616-4180.
E-mail: cep@ifmt.edu.br.
Horário de atendimento da secretária do CEP/IFMT: de segunda a sexta-feira (das 8h às 12h).

Pesquisador responsável: Maikon Bruno Giehl
Contato: (65) <omitido para publicação> e-mail: maikon.giehl@ifmt.edu.br
Parecer do CEP/IFMT nº 6.185.679

Apêndice E – Declaração do Pesquisador

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Maikon Bruno Giehl, pesquisador responsável pelo projeto **"Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT"**, **DECLARO** estar ciente de todos os detalhes inerentes à pesquisa e **COMPROMETO-ME** a acompanhar todo o processo, prezando pela ética tal qual expresso na Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, especialmente no que se refere à integridade e proteção dos participantes da pesquisa. Nesse sentido, caso ocorra algum dano decorrente dos riscos apresentados em alguma etapa desta pesquisa, o pesquisador se responsabilizará por arcar com a indenização ou o ressarcimento dos eventuais prejuízos ao participante. Por fim, **ASSEGURO** que os benefícios resultantes do projeto retornarão aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa.

Cuiabá, _____ de _____ de _____.

_____

Maikon Bruno Giehl
Pesquisador responsável
SIAPE: <omitido para publicação>

Apêndice F – Roteiro para a Entrevista – Estudantes Surdos Egressos do EMI do IFMT

Prezado(a) convidado, este roteiro de entrevista é parte integrante da pesquisa intitulada **"Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT"**, sob a responsabilidade do discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – IFMT, Maikon Bruno Giehl, sob a orientação da Prof.ª Dra. Juliana Saragiotto Silva.

Este instrumento foi elaborado com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a formação na EPT, qualificação profissional e inclusão de surdos no mundo do trabalho. O roteiro é composto por 3 partes constituídas por perguntas semiestruturadas, com a previsão de tempo estimada para resposta de 5 (cinco) minutos. Você tem a liberdade de responder apenas às perguntas que se sentir à vontade.

Sua contribuição é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa! Obrigado pelo seu aceite e participação!

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Antes de concluir o Ensino Médio Integrado:

1- Quais eram os seus planos de vida antes de concluir o Ensino Médio Integrado (EMI)?

Durante o Ensino Médio Integrado no IFMT:

2- Durante o tempo que estudou no Ensino Médio Integrado, você participou dos projetos relacionados à pesquisa e extensão ou das atividades como Workif, Jenpex, Marte ou Jifs?
3- Durante a sua trajetória no Ensino Médio, quais os maiores desafios enfrentados quanto a acessibilidade linguística?
4- E quanto às questões voltadas para a acessibilidade geral, como a presença de intérprete e conteúdo e atividades adaptadas?

5- Como foi para você a interação na escola com os colegas, professores e toda a comunidade escolar?
6- Pode nos contar algum fato que marcou você durante o percurso no Ensino Médio Integrado?

Após concluir o EMI no IFMT:

7- Depois de terminar o Ensino Médio Integrado, você optou por estudar ou trabalhar? Por quê?
8- De que forma estudar no EMI colaborou para suas escolhas pessoais e profissionais?
9- Quais suas perspectivas futuras quanto a sua vida acadêmica e profissional?
10- Qual conselho você daria para as pessoas surdas que desejam estudar no IFMT?

APÊNDICE G – Questionário para a Avaliação do Produto Educacional

Estudante Surdos do EMI do IFMT

Pesquisa de mestrado: **Formação Acadêmica e Mundo do Trabalho: proposta de um *vodcast* inclusivo sobre vivências de Estudantes Surdos do IFMT**
Pesquisador Responsável: Maikon Bruno Giehl, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Olá!

Prezado participante, convido você a assistir o *vodcast* “Papo Inclusivo”, desenvolvido como Produto Educacional da pesquisa. Depois de assistir, por gentileza, responda ao questionário a seguir.

Gostaria de lembrar que não existem respostas certas ou erradas, apenas o seu ponto de vista, que é muito importante para esta pesquisa.

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato comigo pelo telefone: <omitido para publicação>.

Desde já agradeço sua participação!

Você poderá responder as perguntas 1 a 4 usando uma escala de 0 a 5 pontos, sendo:

1= Péssimo	2 = Ruim	3 = Indiferente	4 = Bom	5 = Excelente

1) Quanto à apresentação de informações do *vodcast* (título do programa, título das faixas, identidade visual, descrição etc.): ○ ○ ○ ○ ○ 1 2 3 4 5 ( ) Não quero Responder
2) Quanto ao conteúdo abordado: ○ ○ ○ ○ ○ 1 2 3 4 5 ( ) Não quero Responder
3) Quanto à qualidade dos efeitos visuais e acessibilidade visual? ○ ○ ○ ○ ○ 1 2 3 4 5 ( ) Não quero Responder
4) Quanto ao potencial de promover reflexões acerca da temática ao público que assistir ao *vodcast*: ○ ○ ○ ○ ○ 1 2 3 4 5 ( ) Não quero Responder

As questões de 5 a 8 são abertas. Você poderá respondê-las de forma livre.
5) O que você mais gostou? ( ) Não quero Responder
6) O que você menos gostou? ( ) Não quero Responder
7) Você identificou algum conteúdo inadequado? Se sim, o que seria? ( ) Não quero Responder
8) Você indicaria este *vodcast* para outras pessoas? Se sim, quem você gostaria que tivesse acesso a ele? ( ) Não quero Responder

Pesquisa responsável: Maikon Bruno Giehl. Contato: (65) 9 9964-1215, e-mail: maikon.giehl@ifmt.edu.br
Parecer do CEP nº 6.185.679

OBRIGADO!

O presente questionário foi adaptado de:
PAIVA, T. S. Z. N. **Meninas na Educação Profissional e Tecnológica**: caminhos, vivências e sonhos contados em um podcast. 2021. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Mato Grosso, 2021.

APÊNDICE H – *Folders* de divulgação do Produto Educacional

Figura 22 *- Folder de Divulgação do Produto Educacional em Português*

Figura 23 *- Folder de Divulgação do Produto Educacional em Inglês*